

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Wanderley Pereira da Silva Junior

Maconha e Educação Física:

uma análise crítica da produção científica no PubMed entre os anos de 2000 a 2022

Goiânia
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Wanderley Pereira da Silva Junior

Título do trabalho: Maconha e Educação Física: uma análise crítica da produção científica no PubMed entre os anos de 2000 a 2022

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Luiz Lino De Sousa, Professor do Magistério Superior**, em 12/09/2022, às 23:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WANDERLEY PEREIRA DA SILVA JUNIOR, Usuário Externo**, em 13/09/2022, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3157688** e o código CRC **38B4C59A**.

Wanderley Pereira da Silva Junior

Maconha e Educação Física:

uma análise crítica da produção científica no PubMed entre os anos de 2000 a 2022

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Bacharelado em Educação Física, sob orientação do Prof. Dr. Wilson Luiz Lino de Sousa e coorientação do Prof. Dr. Guilherme Borges.

Goiânia
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva Junior, Wanderley Pereira da
Maconha e Educação Física [manuscrito] : uma análise crítica da produção científica no PubMed entre os anos de 2000 a 2022 / Wanderley Pereira da Silva Junior. - 2022.
CVIII, 108 f.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Luiz Lino de Sousa; co-orientador Dr. Guilherme Borges da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD), Educação Física, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Produção científica. 2. Drogas. 3. Cannabis. 4. Saber biopsicossocial. I. Sousa, Wilson Luiz Lino de, orient. II. Título.

CDU 796



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na data de **25/08/2022**, às **9 horas**, de forma **presencial**, no **Auditório da FEFD/UFG**, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **“Maconha e Educação Física: uma análise crítica da produção científica no PubMed entre os anos de 2000 a 2022”**, de autoria de **Wanderley Pereira da Silva Junior**, do curso de **Educação Física - Bacharelado**, da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo **Prof. Dr. Wilson Luiz Lino de Sousa - orientador FEFD-UFG** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Heitor Martins Pasquim - UNIFESP** e **Prof. Dr. Mário Hebling Campos - FEFD-UFG**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **10,0 (dez)**, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Hebling Campos, Professor do Magistério Superior**, em 01/09/2022, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Luiz Lino De Sousa, Professor do Magistério Superior**, em 12/09/2022, às 23:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor Martins Pasquim, Usuário Externo**, em 15/09/2022, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3157686** e o código CRC **253E213D**.

Este trabalho é dedicado à minha mãe, às minhas irmãs e ao meu companheiro.

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar esses agradecimentos expressando minha gratidão e emoção por estar concluído a graduação em Educação Física, ainda mais diante dessa conjuntura histórica marcada por tantos percalços, dores, perdas (decorrente da Covid-19) e adversidades políticas que tentam nos arrastar para a beira de um colapso social. Todavia, ao mesmo tempo me sinto privilegiado por “sobreviver” a esse turbilhão, chegando ao final desse ciclo educacional, há uma paz dentro de mim ao saber que estou prestes a me formar. Alegro-me ainda mais pelo fato dessa minha trajetória acadêmica ter acontecido em uma universidade pública brasileira, de qualidade e renome, lugar que um dia achei que não pudesse estar ou que tentaram me fazer acreditar que não era meu lugar, mas aqui estou, provando para mim mesmo o inverso do que me apontaram, porém nunca me limitaram: RESISTI, CRESCI E VENCI.

Agradeço muito à minha mãe, uma mulher que me inspirou e me inspira ao longo de toda minha vida, que ajudou a forjar meu caráter, tornando-me uma pessoa honesta, corajosa e persistente. Ela fez de tudo para evitar que eu e minhas irmãs precisassem trabalhar antes de concluir o ensino médio, por acreditar que a educação era prioridade em nossas vidas. Querida mãe, agradeço-te por todo amor, carinho e suas sabedorias compartilhadas comigo.

Sobre essa pessoa, tentarei não me alongar muito, que é meu companheiro de vida, o serzinho que divide comigo os melhores e piores momentos, meu Guilherme. Amor, obrigado por não deixar eu desistir dos estudos e dos meus sonhos, principalmente quando perdi a bolsa de estudos de uma faculdade particular, quando achei que não daria mais, daí você veio falar da UFG, me encorajando e convencendo a tentar o vestibular e, por conta disso, aqui estou eu finalizando essa etapa de minha vida, etapa que construímos juntos. Muito obrigado por me inspirar, por me amar, por cuidar de mim e fazer desse percurso mais leve. Obrigado por compartilhar seu conhecimento diariamente comigo, trazendo reflexões sociológicas para eu pensar a Educação Física e a minha profissão. Agradeço também por me acolher no lar dos seus pais quando iniciei meus estudos na UFG, pois a gente sabe que a distância de onde eu morava lá em Senador Canedo até o Campus Samambaia é um tanto quanto longa, isso facilitou bastante o cotidiano e me ajudou a dedicar mais tempo à minha formação. Quero que saiba que tudo foi fundamental nessa conquista, incluindo o desenvolvimento deste trabalho de TCC, por isso e tantas outras coisas que já vivenciamos, venho aqui me manifestar que sou imensamente grato a você, te amo.

Agradeço às minhas irmãs pelo amor que recebo, pois esse sentimento, tão simples e rico, faz-me sentir mais forte e determinado em concretizar meus sonhos. E aos meus demais familiares que de alguma forma ou outra me ajudaram ao longo de minha jornada de vida.

Devo um agradecimento especial à minha sogra, Dona Fátima, como eu a tratava, que infelizmente faleceu há alguns meses, a mulher mais resistente que já conheci, de uma simpatia ímpar e um coração gigantesco. Dona Fátima, obrigado por ter sido tão especial em minha vida, por ter me abrigado e cuidado de mim, por todo seu apoio, carinho e amor. Sou e serei eternamente grato à senhora!

Obrigado ao meu orientador, Wilson Lino, por ter aceitado o meu pedido de orientação, ainda mais diante do curto prazo de avaliação do trabalho. Agradeço por acreditar em minha capacidade e por partilhar de seus pensamentos, posicionamentos e ideias sobre a Educação Física, eles me inspiraram.

Agradeço também aos professores que compuseram a minha banca avaliadora e por ter somado ao trabalho que até aqui produzi.

Aos meus amigos de faculdade, em especial ao Celestino, Luis Felipe e Lucas Bastos, por todos os momentos e experiências que compartilhamos ao longo desse tempo e por fazerem aquelas tardes serem mais empolgantes.

No mais, agradeço à Faculdade de Educação Física e Dança e à Universidade Federal de Goiás por me proporcionarem as ferramentas necessárias para a minha formação, mesmo diante de um contexto político que é guiado por um governo que odeia a educação, com suas ações que visam o desmonte da ciência e das universidades públicas brasileiras, justamente por conta da importância que elas possuem no desenvolvimento de nossa sociedade e no enfrentamento às injustiças sociais. Viva a ciência, viva a universidade pública inclusiva e viva a educação!

“Cada um busque a sua felicidade, então deixa cada um ser o que é!”
(Dercy Gonçalves)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação buscou avaliar a produção científica da Educação Física e de trabalhos que dialogam com ela presentes nos periódicos inseridos na base de dados da PubMed, relativas ao período de janeiro de 2000 até abril de 2022, que tem a maconha como parte de seu objeto de estudo. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de caráter sistemático dos artigos publicados na plataforma e, em seguida, efetuou-se uma análise descritiva e crítica dos resultados. A partir das contribuições teóricas de Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu e com auxílio de uma literatura biopsicossocial sobre a maconha, evidenciou-se que os artigos encontrados no PubMed sobre o tema em questão partem de um viés predominantemente biomédico, reproduzindo, assim, uma perspectiva científica fragmentada, reduzida e limitada sobre um fenômeno que é bem mais complexo, como é o caso da relação humana com a maconha. Portanto, confirmando a hipótese levantada neste trabalho, apreende-se que a maior parte dos estudos analisados, de algum modo ou outro, acaba corroborando com a estigmatização da substância e de seus usuários e contribuem com a produção e o fortalecimento de discursos favoráveis à continuidade de políticas proibitivas relacionadas a essa planta.

Palavras-chave: Produção científica; Drogas; Cannabis; Saber biopsicossocial.

ABSTRACT

This Undergraduate Course Completion Work sought to evaluate the scientific production of Physical Education and works that dialogue with it present in the journals inserted in the PubMed database, for the period from January 2000 to April 2022, which has marijuana as part of its object of study. To this end, a systematic bibliographic survey of the articles published on the platform was carried out, followed by a descriptive and critical analysis of the results. Based on the theoretical contributions of Norbert Elias, Michel Foucault and Pierre Bourdieu and with the help of a biopsychosocial literature on marijuana, it was shown that the articles found in PubMed on the subject in question start from a predominantly biomedical bias, thus reproducing, a fragmented, reduced and limited scientific perspective on a phenomenon that is much more complex, as is the case of the human relationship with marijuana. Therefore, confirming the hypothesis raised in this work, it is understood that most of the analyzed studies, in some way or another, end up corroborating the stigmatization of the substance and its users and contribute to the production and strengthening of discourses favorable to continuity. of prohibitive policies related to this plant.

Keywords: Scientific production; Drugs; Cannabis; Biopsychosocial knowledge.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As bases de dados do <i>Harzing's Publish or Perish</i>	50
Quadro 2: Recursos de pesquisa no PubMed.....	52
Quadro 3: Descritores e suas possíveis combinações.....	52
Quadro 4: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais e prevalência de uso de substâncias.....	57
Quadro 5: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e sedentarismo.....	58
Quadro 6: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e comportamentos de risco à saúde.....	60
Quadro 7: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e nível da atividade física.....	63
Quadro 8: Síntese analítica da subcategoria Práticas corporais, uso de substâncias e COVID-19.....	64
Quadro 9: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e suas consequências.....	65
Quadro 10: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e intensidades.....	66
Quadro 11: Síntese analítica da subcategoria: Efeitos do uso de maconha no desempenho físico.....	68
Quadro 12: Síntese analítica da subcategoria: Efeitos do uso de canabinóides e respostas fisiológicas.....	70
Quadro 13: Síntese analítica da subcategoria: Uso de maconha e adiposidade corporal.....	72
Quadro 14: Síntese analítica da subcategoria: Uso de maconha e mortalidade no esporte.....	73
Quadro 15: Síntese analítica da categoria: Maconha e <i>Doping</i>	74
Quadro 16: Síntese analítica da categoria: Maconha e Redução de Danos.....	77
Quadro 17: Síntese analítica da categoria: Maconha e Saúde Mental.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Combinações de palavras e número de artigos encontrados.....	54
Tabela 2 - Quantidade de artigos por categorias analíticas.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

]]]

CBD	Canabidiol
CSP	Convenção das Nações Unidas sobre Substâncias Psicotrópicas
CUN	Convenção Única de Narcóticos
DCB	Denominações Comuns Brasileiras
EF	Educação Física
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LNUD	Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Brasileira
LSD	Dietilamida do Ácido Lisérgico
MDMA	3,4-Metilenodioximetanfetamina
NEIP	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
THC	Tetrahydrocannabinol
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. ASPECTOS TEÓRICOS E SABERES CANÁBICOS	20
<i>1.1 A configuração da ciência moderna, a centralidade biomédica e a constituição da EF enquanto campo científico</i>	<i>20</i>
<i>1.2 Saberes canábicos e a perspectiva biopsicossocial sobre a maconha.....</i>	<i>30</i>
2. O CAMINHO METODOLÓGICO	49
3. ANÁLISE DESCRITIVA E CRÍTICA DOS RESULTADOS	56
<i>3.1 Análise descritiva dos resultados</i>	<i>56</i>
<i>3.2 Análise crítica dos resultados.....</i>	<i>80</i>
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
5. REFERÊNCIAS	87
<i>5.1 Referências Bibliográficas do TCC</i>	<i>87</i>
<i>5.2 Referências Bibliográficas dos Artigos do Banco de Dados.....</i>	<i>93</i>
ANEXO A – BANCO DE DADOS DA PESQUISA	100

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a maconha¹ (*Cannabis sativa*) vem recebendo atenção mundial das mais diversas áreas do conhecimento e de diferentes campos científicos. Uma planta ancestral, incorporada à vida social de diversas culturas ao longo de todo planeta e que desde a sua popularização no ocidente, através dos movimentos contraculturais, em meados do século passado, tem chamado a atenção da comunidade científica global, sem falar dos múltiplos interesses políticos e mercadológicos (CARNEIRO, 2019).

Apesar das possibilidades que a diversidade de saberes científicos poderiam proporcionar na produção de conhecimento sobre essa planta, as políticas proibitivas e coercitivas que se desenvolveram em diversos países ao longo do século XX e XXI, baseadas em um saber médico questionável e influenciadas por tratados internacionais imperiosos, impediram e vêm dificultando, como é o caso do Brasil, a realização de estudos e pesquisas com essa substância, assim como empurrou para a marginalização e o esquecimento saberes tradicionais acumulados sobre as formas humanas em lidar com essa planta (ESCOHOTADO, 1989).

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, as discussões relacionadas à maconha, especialmente aquelas produzidas pelo difuso movimento antiproibicionista, com reivindicações diversas sobre o direito ao uso da substância, e o crescente interesse econômico capitalista que tem se constituído em volta da planta, têm feito com que ela ganhe cada vez mais visibilidade social, tornando-se, com isso, objeto de disputa política, científica e mercadológica. Afinal, se há poucas décadas a maconha era descrita pela cosmovisão dominante como uma droga que corrompia o corpo do indivíduo e a moral da população, acompanha-se nas últimas décadas a sua transformação em uma planta de possibilidades, descrita, até mesmo, com propriedades milagrosas que são capazes de interferir positivamente na qualidade de vida das pessoas, seja como medicamento ou terapêutica.

Mesmo com o entendimento de que a maconha é uma planta milenar e atravessada de saberes ancestrais, é preciso evidenciar que é bastante recente em nossa história o fato dela ter se constituído enquanto objeto científico, sendo parte do processo de racionalização que se desenvolveu nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas ao longo da idade moderna e, principalmente, contemporânea.

¹ Cientificamente a maconha é denominada de “Cannabis Sativa”. Todavia, para este estudo, houve uma preferência por empregar o termo “Maconha” como forma de posicionamento político diante do estigma social construído no Brasil sobre essa planta e seus usuários.

Como reflexo desse processo de racionalização, que além de dar as condições de possibilidade para que a maconha, e tantas outras coisas, fosse incorporada enquanto objeto do saber científico, acompanha-se a composição de múltiplos interesses que dizem respeito, diretamente e indiretamente, a essa planta e seus usos. Dentro dessa lógica, a maconha tornou-se objeto de interesse de estudo de distintas áreas do conhecimento, oportunizando a constituição de um campo de saber científico, que passou a disputar, através das técnicas específicas de cada ciência, pela construção de verdades relacionadas a essa planta, incluindo as relações que os seres humanos, biologicamente e culturalmente, estabelecem com ela.

Nessa perspectiva, compreende-se, a partir da analítica foucaultiana, de que as ciências médicas, ao se tornarem substanciais na constituição das sociedades contemporâneas, receberam certo protagonismo na produção das verdades científicas. Sendo assim, os saberes produzidos por essas ciências passaram a estabelecer e definir verdades sobre a vida humana, colocando a existência da espécie numa perspectiva, predominantemente, biológica. Nessa lógica de produção de conhecimento, a própria relação humana com a maconha passou a ser intermediada e pautada, principalmente, a partir desse olhar.

Na Educação Física (EF), a maconha é também objeto recente de investigação e um tema ainda pouco estudado, ao menos é a avaliação quando se faz uma pesquisa exploratória em diferentes bases de periódicos acadêmicos² ou nos sites especializados que tem a planta e os saberes produzidos sobre elas como temáticas centrais³. É nesse sentido que esse estudo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretendeu percorrer, em busca de desvendar como é a produção acadêmica da Educação Física que tem a maconha, enquanto objeto e/ou temática, como parte de seu campo de estudo, partindo da compreensão particular de que essa área de produção de saber tem por interesse os fenômenos que estão relacionados, diretamente e indiretamente, com as diferentes manifestações culturais dos movimentos e das corporalidades humanas.

A EF, assim como qualquer ciência e área do conhecimento, forma-se através de jogos relacionais de poder. No caso dela, tem-se um campo constituído por diversos tipos de pensamentos, atuações e posicionamentos, porém, percebe-se mais notoriamente uma certa

² Realizou-se, inicialmente, como parte da fase exploratória de elaboração deste estudo, um breve levantamento da produção acadêmica da Educação Física sobre temas relacionados à maconha nas seguintes plataformas: Google Acadêmico, Pub Med e Periódicos Capes.

³ Realizou-se, inicialmente, como parte da fase exploratória de elaboração deste estudo, um breve levantamento de notícias em sites especializados sobre a maconha relacionadas às produções científicas e acadêmicas da Educação Física que tinham a planta como uma das temáticas de estudo. Foram feitas buscas nos seguintes sites: 1) Sechat (www.sechat.com.br); 2) Growroom (growroom.net); 3) Cannabis Monitor (cannabismonitor.com.br); 4) Smoke Buddies (www.smokebuddies.com.br); 5) Norml (norml.org) e; Revista Cáñamo (canamo.net).

disputa que vem se desenrolando entre duas perspectivas distintas de compreensão do corpo humano enquanto objeto do saber. De um lado, tem-se uma tendência de atuação de base biomédica, isto é, que pensa o corpo a partir de uma perspectiva predominantemente biológica, dando ênfase às suas manifestações físicas, químicas e biomecânicas. De outro, há um viés de pensamento que vê o corpo em suas múltiplas possibilidades de existência, através das relações de intersecção no qual esse mesmo corpo estaria atravessado, por isso é um saber relacional que contempla uma cosmovisão biopsicossocial do ser humano.

Trazer essa reflexão sobre o campo no qual estou me formando e por ter a maconha como tema de interesse particular, despertou em mim uma certa curiosidade acerca da produção científica da EF que tem essa substância como parte de seu objeto de pesquisa. Mais ainda, quis compreender mais especificamente como é essa produção intelectual naqueles periódicos que estão inseridos na plataforma PubMed, considerada, por parte de alguns atores situados nesse campo científico, *mainstream*, sobretudo entre aqueles profissionais que compartilham de uma cosmovisão biomédica da EF.

Seguindo essa perspectiva, o problema de pesquisa que guiou a produção desse TCC buscou compreender, através de uma análise descritiva e crítica dos dados, como é a produção científica da EF nos periódicos que estão na base da PubMed, relativas aos anos de 2000 a 2022, que tem a maconha como parte de seu objeto de estudo?

A hipótese levantada foi de que os trabalhos acadêmicos encontrados na plataforma PubMed tendem, em sua maioria, a pensar a relação humana com a maconha por meio de um viés biomédico, tendo como uma das principais consequências a reprodução de uma perspectiva científica fragmentada, reduzida e limitada sobre um fenômeno que é bem mais complexo, como é o caso da relação humana com a maconha. Sendo assim, acredita-se que esses estudos, de algum modo ou outro, acabam corroborando com o processo social de estigmatização tanto da substância quanto de seus usuários, assim como contribuem com a produção e o fortalecimento de discursos favoráveis à continuidade de políticas proibitivas relacionadas a essa planta.

Para dar conta desse empreendimento científico, o TCC foi estruturado em três capítulos mais e a conclusão. O primeiro deles, intitulado “Aspectos Teóricos e Saberes Canábicos”, está dividido em dois subcapítulos. Primeiramente, aborda-se sobre os aspectos teóricos que guiaram este estudo, mais especificamente acerca de questões que estão relacionadas como a emergência e o desenvolvimento do saber científico nas sociedades contemporâneas ocidentais e ocidentalizadas, o protagonismo dado ao saber biomédico nas artes de governar na formação

do Estado Moderno e, por fim, sobre a configuração do campo científico da Educação Física, destacando o cenário brasileiro, e de como esse campo está em disputa entre duas perspectivas epistemológicas – biomédica e biopsicossocial –, que, como um de seus efeitos, tem impactado diretamente no olhar sobre o fazer científico-político dessa área e na própria produção de saber. Já no segundo subcapítulo, a partir de uma análise bibliográfica de estudos transdisciplinares relacionados ao universo canábico, apresenta-se uma breve exposição de aspectos sócio-históricos da relação humana com a maconha, da produção de diferentes saberes relacionados a essa planta e, por fim, uma reflexão teórico-científica que aponta para a necessidade de apreender a relação humana com as drogas, incluindo a maconha, a partir de uma perspectiva biopsicossocial, devido à complexidade de elementos e fatores que envolvem, diretamente e indiretamente, tal fenômeno.

No segundo capítulo, por sua vez, intitulado de “O Caminho Metodológico”, buscou-se apresentar o percurso de elaboração e desenvolvimento da pesquisa, evidenciando quais os mecanismos e as técnicas utilizadas na coleta dos artigos científicos e na produção do banco de dados utilizado neste estudo. Já o terceiro capítulo, que está dividido em duas partes, foi denominado de “Análise descritiva e crítica dos resultados”. No primeiro subcapítulo, apresenta-se de forma descritiva os achados da pesquisa a partir da divisão categórica construída sobre o conjunto de artigos que compuseram o bando de dados deste estudo. A seguir, baseado na discussão teórica e sobre os saberes canábicos apresentados no primeiro capítulo, realizou-se, no segundo subcapítulo, uma breve análise crítica sobre os dados descritivos e uma reflexão sobre a necessidade da EF, enquanto campo científico, em pensar a relação humana com a maconha a partir de uma perspectiva biopsicossocial. Em conclusão, em busca de sintetizar todas as informações produzidas neste estudo, apresenta-se, ao final, as conclusões do TCC.

1. ASPECTOS TEÓRICOS E SABERES CANÁBICOS

1.1 A configuração da ciência moderna, a centralidade biomédica e a constituição da EF enquanto campo científico

Norbert Elias (1984; 1994; 2002) descreve que ao longo da história da humanidade os indivíduos desenvolveram diferentes formas de produção de saber em busca de compreenderem a si mesmos, tanto individualmente quanto coletivamente, e todas as demais coisas com as quais se relacionam. Assim, no decorrer do processo civilizador que vem ocorrendo nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, relata que a ciência, entendida como fruto das figurações humanas que dizem respeito à uma determinada forma de produção de saber, passou a ocupar certa posição de poder, e, por isso, tornou-se uma das protagonistas na construção simbólica da vida social moderna e contemporânea.

Para compreender esse acontecimento, o sociólogo alemão explica que a constituição da ciência como uma forma imprescindível da estrutura de produção de saber das sociedades modernas se deu em decorrência de um longo processo social em que os indivíduos, através de suas interações interpessoais e estruturais, puderam desenvolver uma estrutura psíquica cada vez mais racionalizada. Desse modo, as mudanças que ocorreram nas estruturas sociais e psíquicas entre os indivíduos permitiram com que eles se autopercebessem como portadores de uma determinada razão, o que possibilitou, por sua vez, com que houvesse a centralização do ser humano nessa nova figuração da produção de saber, fazendo com que esse sujeito moderno, conforme os escritos de Michel Foucault (2002), constitui-se tanto como objeto quanto meio necessário para que essa nova forma de saber pudesse acontecer.

Nesse sentido, ao ser instituído como sujeito dotado de razão, seguindo a lógica de uma ciência antropocêntrica, os indivíduos modernos passaram a produzir mecanismos e estratégias em busca de compreenderem a natureza, visto que se posicionaram exteriormente a ela, e, como parte desse processo, têm tentado historicamente dominá-la. A singularidade reflexiva e a capacidade criativa que os seres humanos foram desenvolvendo no decorrer da história deram as condições de possibilidade para que eles se posicionassem no topo da hierarquia das espécies e das vidas, desse modo “tudo e todos foram submetidos e sujeitados ao domínio de uma racionalidade antropocêntrica” (BORGES, 2019, p,35).

Todavia, ao realizar uma leitura do processo de constituição dessa ciência antropocêntrica, Norbert Elias (1984; 2002) alerta que todos os fenômenos que envolvem a vida humana necessitam ser compreendidos a partir das relações que se estabelecem entre natureza e sociedade. Nessa perspectiva, os seres humanos devem ser compreendidos como parte da

natureza, tidos como “um tipo específico de vida que a integra, como um ser que é, por natureza, sociável” (BORGES, 2019, p.36).

Ao avançar nessa leitura, o sociólogo alemão aponta que a vantagem humana sobre outras espécies de vida animal se deu em decorrência do desenvolvimento da relação contínua entre o seu aparato biológico e social. Assim, discute, por exemplo, que a capacidade de comunicação é uma característica biológica dos seres humanos, porém, os padrões sonoros construídos e expressos em símbolos devem ser interpretados como construções simbólicas forjadas nas relações de interdependência em que estão submetidos e como resultado processual de aprendizagem social (ELIAS, 2002).

O potencial natural dos seres humanos jovens só pode revelar-se através de um contacto apropriado com outros seres humanos. Sob alguns aspectos, a natureza humana e a sociedade humana, longe de serem antípodas, estão interligadas e são, assim, interdependentes. A capacidade humana de transformação sob a forma de desenvolvimento social, e sem quaisquer transformações biológicas, está baseada na constituição biológica dos seres humanos. A evolução biológica que tornou possível e necessário que os seres humanos adquirissem os seus principais meios de comunicação com os seus semelhantes através da aprendizagem individual permitiu também que estes meios de comunicação pudessem transformar-se sem transformações biológicas, que pudessem, por outras palavras, desenvolver-se (ELIAS, 2002, p.26)

A capacidade de síntese é uma das características peculiares da espécie humana, entendida como fruto das relações que se teceram entre os aspectos biológicos e sociais de nossa espécie. Essa capacidade de síntese é que possibilita que os seres humanos acumulem, ampliem e compartilhem o conhecimento. Para que isso aconteça, é necessário que os indivíduos estejam em relação com outros indivíduos, pois esse processo somente se dá através de aprendizagem e mediante experiência social. E essa necessidade de socialização, que pode ser entendida como a natureza sociável dos seres humanos, permite que a nossa espécie desenvolva habilidades específicas e crie simbolicamente sobre tudo com que se relaciona e a cerque (ELIAS, 2002).

Com isso em mente, na concepção do autor seria um equívoco a separação que tem se desenrolado ao longo da história entre as ciências humanas e as ciências naturais, uma vez que, conforme os exemplos acima citados, elas configuram uma relação de interdependência, e não de exclusão. Ou seja, essa separação entre as diferentes áreas de saber acaba por produzir um conhecimento fragmentado, estanque e limitado dos fenômenos que envolvem a vida humana.

[...] compreende-se que o ser humano não deve ser tomado apenas por sua formação biológica e nem somente pelos seus aspectos socioculturais, e sim como uma relação entre os elementos e os sistemas naturais e socioculturais que o constituem. O ser humano é complexo, pois é formado através da relação entre diferentes sistemas. Por isso, pode-se entender que o ser humano é uno, enquanto indivíduo, e múltiplo, pois

ele é produzido e é capaz de produzir por conta dessas interações socioculturais e naturais que o constitui e o forma (BORGES, 2019, p.43).

Em termos próximos, o filósofo Merleau-Ponty (2000) situa sobre a impossibilidade de realizar uma separação do corpo orgânico das construções que são produzidas sobre ele, pois, seguindo a sua leitura sobre esse fenômeno, defende que o simples ato de poder pensar sobre a natureza do corpo humano é inevitavelmente um comportamento constituído no mundo social, reflexo das relações entre os indivíduos e resultado de nossa capacidade humana de síntese.

Diante do contexto de uma ciência fragmentada e antropocêntrica, Michel Foucault fez uma análise de como as relações de saber/poder que se desenvolveram nas ciências biomédicas, em especial a medicina, as colocaram em uma posição protagonista na construção dos regimes de verdade que guiam as sociedades contemporâneas ocidentais e ocidentalizadas. Para explicar esse fenômeno, o pensador francês desenvolve o conceito de Biopoder, que pode ser entendido como “um conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p.03). O Biopoder, continua o filósofo, é composto de dois polos relacionais, a saber:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. (FOUCAULT, 1999, p. 130)

Nessa perspectiva, entende-se que os saberes produzidos pelas ciências biomédicas foram penetrando em diversos aspectos da existência humana, sobretudo quando uma série de discursos se tornaram indispensáveis para o disciplinamento do corpo individual de cada sujeito (poder disciplinar) e a partir do momento em que eles foram sendo incorporados como tecnologias e dispositivos do governo das populações (biopolítica).

Dentro de sua analítica sobre o Biopoder, Foucault diz que em sua faceta biopolítica as relações de saber/poder possibilitaram a emergência de uma medicina social, que tinha por preocupação regular e gerenciar de forma calculada a vida da população.

O aparecimento da figura de autoridade médico-política através da instauração da medicina como mecanismo de controle governamental, atravessou a ampliação dos domínios sobre um suposto ‘estado de saúde plena’, onde o hospital é transformado em instrumento terapêutico. Dessa forma, os padrões de saúde e doença de um dado local eram definidos pela autoridade médica e científica, elencados por um conjunto tecnológico mais amplo, a polícia. O crescimento ativo da população após o século XVII, tornou a saúde social um objeto do Estado, refém dos enquadramentos disciplinares e de um controle exaustivo sobre a higiene pública e diretamente sobre os corpos. O corpo populacional como aparelho de produção de saber científico e objeto governamental atuou para reafirmar o poder médico individualizante e totalizante, alvo de intervenção e sistematização. Os mecanismos disciplinares integram-se a essa biopolítica em uma perspectiva ampliada de poder sobre a vida (AMADO, VIEIRA, 2015, p.02).

Esse fenômeno pode ser compreendido também como processo social de medicalização da vida, sobretudo a partir do momento em que autoridade médica se transformou em “uma autoridade social que pode tomar decisões no nível de uma cidade, um bairro, uma instituição, um regulamento” (FOUCAULT, 2010, p.182). Assim, a medicina, além de se ocupar das doenças e enfermidades, acabou por ampliar seu campo de intervenção, tornando-se também uma medicina das coisas. Nesse novo contexto emergente, os saberes biomédicos incorporados ao Estado possibilitam ações e intervenções sobre diversos aspectos da vida coletiva, como, por exemplo, no saneamento dos bairros, na qualidade da água e do ar, nas condições de higiene, moradia e trabalho, na natalidade e mortalidade, nos costumes sociais, nas práticas de atividade física e esportiva, e em tantos outros aspectos e questões que estão relacionados com a vida do corpo social.

Em seu estudo sobre a Escola e a Educação Física, Marcelo Moraes e Silva (2012) analisa como esse campo do saber, através das práticas corporais relacionadas à ginástica e ao esporte, constituíram-se como dispositivos de uma maquinaria disciplinar dos corpos individuais e de uma biopolítica da população. No mesmo caminho, Amaral, Neves e Baptista (2022) estudaram como a Educação Física, enquanto um campo do conhecimento que tem importante influência do saber biomédico em sua constituição, tem funcionado como parte de uma governamentalidade biopolítica, através da constituição de dispositivos que visam produzir padrões de corpos, de pensamentos e comportamentos, voltados tanto para aqueles sujeitos que são submetidos às práticas corporais quanto entre os próprios indivíduos que compõem essa área profissional.

Jorge Jiménez Muñoz e Carlos José Martins (2019, p. 05), por sua vez, situam a Educação Física como um instrumento da governamentalidade biopolítica, no sentido de que ela é uma área que “vem a ser colocada como uma tecnologia voltada a orientar as práticas de gestão dos corpos e das populações, agindo conjuntamente com uma racionalidade política e programas de governo predominantes”. Nesse sentido, os autores entendem que a função biopolítica da Educação Física tem se desenrolado fundamentalmente a partir de dois níveis: através do campo científico, vinculada, portanto, à Ciências dos Esportes e às Ciências Médicas e da Saúde, e; por meio da Educação Física Escolar, mediante sua inserção nos currículos educacionais.

Desse modo, entende-se que a Educação Física, ao menos uma parte dela, tem operado como instrumento da biopolítica, sobretudo quando vinculada às relações de saber/poder biomédicas, pois tende a produzir e reproduzir discursos que visam: a prevenção da saúde coletiva da sociedade; a fabricação de corpos e estilos de vidas tidos como saudáveis; a instituição de medidas corporais e protocolos de atividades físicas/esportivas; a produção de sujeitos, instituições, normas e verdades; entre outros. Assim, a Educação Física, ao ser incorporada como tecnologia de controle e de gerenciamento do corpo coletivo, constituiu-se, também, como um dispositivo de controle moral da sociedade, uma vez que passou a estabelecer padrões de normalidade sobre os corpos e a sociedade.

Nessa perspectiva biopolítica, entende-se que todos os fenômenos que envolvem a vida humana passaram a ser pautados, sobremaneira, pelo esse viés biomédico, uma vez que foi dado aos discursos científicos produzidos neste campo de saber certo protagonismo na constituição do regime de verdade no qual tem se sustentando as sociedades contemporâneas.

Da mesma forma que em outras esferas que dizem respeito à vida humana, compreende-se, no que se refere ao fenômeno das drogas, que uma das consequências das relações que se teceram entre as ciências biomédicas e o Estado, está a produção de discursos que estabeleceram que determinadas substâncias deveriam ser tratadas como coisas perigosas por produzirem riscos aos indivíduos e ao todo populacional, sendo acusadas de provocar desajustes morais e sociais, como hábitos depravados e promíscuos, vícios, comportamentos descontrolados e violentos, etc. Dessa forma, propagaram-se discursos que afirmavam que algumas substâncias deveriam ser suprimidas da vida social, pois transformaria indivíduos consumidores em pessoas degeneradas, logo era necessário medidas interventivas para que esse tipo de uso não se alastrasse socialmente e, conseqüentemente, para que não afetasse a qualidade, sobretudo biológica, da população (CARNEIRO, 2002). Os discursos produzidos no

âmbito das ciências biomédicas e incorporados à força administrativa do Estado deram as condições de possibilidade para que houvesse a perseguição e a criminalização de comportamentos sociais que estavam vinculados àquelas substâncias que foram sendo classificadas como nocivas, instituindo-se, progressivamente, tecnologias e dispositivos que fundaram e ainda sustentam o proibicionismo contemporâneo das drogas (BORGES, 2019).

Já para pensar a produção científica da EF sobre a maconha, utilizou-se neste TCC alguns aspectos da teoria do campo do sociólogo Pierre Bourdieu (1983, 1989). Esse pensador buscou compreender como as estruturas sociais se relacionam com a vida prática dos indivíduos e de como essa relação produz um processo de distinção social que se dá no âmbito das ideias, dos estilos, dos gostos e, de modo geral, na forma como os indivíduos existem e se comportam no mundo social. Assim, ele parte do entendimento de que a sociedade é, na verdade, composta por um sistema de privilégios e hierarquias socialmente organizadas e constituída por relações de poder e dominação. Para dar conta dessa análise, Bourdieu desenvolveu sua teoria social levando em consideração três conceitos fundamentais e relacionais: campo, capital e habitus.

O sociólogo francês desenvolveu esses conceitos em busca de evidenciar a pluralidade de aspectos que atravessam a vida coletiva dos indivíduos e de como essa pluralidade acaba produzindo diferentes realidades que se relacionam entre si e configuram, de modo geral, o mundo social em que os atores estão inseridos e a forma como eles estão posicionados e atuam dentro deste mesmo mundo. Desse modo, compreende-se que os campos e os subcampos são tidos como espaços sociais – compostos de agentes, instituições, práticas, símbolos, linguagens, etc. –, que se constituem continuamente através de relações de poder e dominação. Pelo fato de os agentes sociais ocuparem diferentes posições dentro de um determinado campo – assim como as instituições, as práticas e os símbolos por eles produzidos –, entende-se, a partir da compreensão de que tais agentes portam de forma desigual diferentes capitais (cultural, político, econômico, social, científico, etc.), que os campos e subcampos serão constituídos igualmente por relações também desiguais, com suas divergências, discordâncias e lutas.

Bourdieu enfatiza que as relações de dominação e a construção de visões de mundo circundam a prática da dinâmica social, e os indivíduos incorporam a estrutura social em que vivem legitimando-a ou reproduzindo-a. Dessa forma, somos, pensamos e agimos enquanto produto da vida em sociedade e produtores de práticas sociais, quer confrontando-as ou confirmando-as. Ele considera que o universo social existe sob dois pilares articulados: objetivamente o “campo” e subjetivamente o “*habitus*”. Ou seja, há uma relação histórico dialética entre as condutas individuais socialmente adquiridas (*habitus*) dos agentes e as estruturas objetivas ou “*campos*” de relações entre agentes que estão em diferentes posições e empoderamento. O campo social é um espaço objetivamente estruturado de relações entre seus agentes que ocupam posições diferentes segundo a distribuição desigual de recursos simbólicos, ou seja, de capitais múltiplos. Portanto, os campos são os nichos de confronto da atividade dos

indivíduos, de onde se legitimam as representações. Nesse sentido, Bourdieu jamais comparou um campo a um jogo de forças cegas. Existem reais possibilidades de transformação que são muito diferentes conforme a posição ocupada. Os campos e subcampos são constituídos de estrutura própria, e de certa forma, são autônomos em relação aos demais, mas se diferenciam pelo tipo de capital: econômico, cultural, social. Tal fato é perceptível no campo da saúde quando se atenta para as relações entre médico e enfermeiro. Embora possa haver cooperação entre esses profissionais na organização de saúde, há também conflitos por disputa de autoridade e de monopólio do poder, tendo em vista que historicamente o médico tem autoridade legítima de agir e falar em nome desse campo. Bourdieu utiliza a terminologia campo de poder para designar as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder. Portanto, no campo se estabelecem conflitos, lutas pela obtenção do poder simbólico que produz e confirma significados, e onde os valores se consagram e se tornam aceitáveis pelo senso comum. Nele se formam o *habitus* e o código de aceitação social. (SOUZA, SILVINO, 2018, p.2177)

Nesse sentido, compreende-se os campos e os subcampos como estruturas que são construídas socialmente – e que estão em constante transformação –, em que os agentes, a partir dos lugares em que estão posicionados e dos capitais adquiridos, incorporam elementos dessa estrutura social, podendo, com isso, reproduzir, legitimar, questionar ou criar novas práticas. Todavia, é preciso ter em mente que o mundo social – enquanto espaço de luta, poder e violência – tende a impor cosmovisões, pensamentos, comportamentos, valores, entre outros, que visam a manutenção do poder dominante.

Dentro dessa perspectiva, entende-se que as instituições – Estado, Educação, Ciência, Família, Igreja, etc. – estabelecem padrões de comportamento, valores e atitudes entre os agentes sociais que nelas estão inseridos, e que tais padrões, valores e atitudes estão ancorados por relações de poder, que visam, sobretudo, a reprodução simbólica dominante de uma sociedade, de um campo ou, ainda, de um subcampo.

Para manutenção do poder, seus detentores defendem suas ideologias e visam demonstrar que seus interesses particulares representam os interesses do coletivo, o que já caracteriza uma violência simbólica. Trata-se de um poder oculto e dissimulado que se propõe a garantir a dominação. Para Bourdieu, esse é o poder simbólico, ou seja, o poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Os sistemas simbólicos só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Essa estrutura a que Bourdieu se refere, diz respeito aos símbolos que trazem no seu bojo a intenção de efetivação da integração social, que por sua vez contribui para a formação de um consenso sobre a realidade e facilita a reprodução da ordem social [...]. Há uma relação direta entre texto e contexto, um universo intermediário que Bourdieu denomina ser o campo onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Assim, temos o campo artístico, o campo literário e o campo científico (SOUZA, SILVINO, 2018, p.2176-2177)

Ao tratar sobre o campo científico, Bourdieu (1989) diz que ele se configura por meio da disputa em torno do monopólio da autoridade científica, pois os agentes precisam ser

reconhecidos pelos seus pares, pois somente assim conseguirão adquirir capital científico e simbólico, garantindo-lhes, dessa forma, posições de poder dentro do campo, assim como prestígio na produção e reprodução de verdades científicas. E o campo científico, como qualquer outro campo, é constituído por questões políticas e filosóficas, pois as ações que são desenvolvidas nele nunca são desinteressadas e sempre visam estabelecer relações de dominação. Nessa perspectiva, a partir da compreensão de que o campo é um espaço de lutas e embates, entende-se que os agentes, com seus *habitus* adquiridos, buscam, por meio do uso das estruturas sociais, construir mecanismos e estratégias que lhes permitem a produção/reprodução das relações simbólicas e de dominação no mundo social.

No caso deste estudo, concebe-se a EF como um campo científico específico – mas ela pode se constituir igualmente como parte de outros campos, como, por exemplo, o campo da saúde ou campo do ensino, ou ser constituída também de outros vários subcampos, como, por exemplo, do ensino de ginástica, da musculação, da cinesiologia, do voleibol –, composto por diferentes agentes, instituições, práticas, símbolos, linguagens, técnicas, instrumentos, etc. E neste campo, por sua vez, as relações de poder que o configura também estão em constante disputa e em movimento, o campo nunca está cristalizado, inclusive quando se trata da reprodução/produção de conhecimento que envolve essa área do saber.

Dentro dessa perspectiva sobre a constituição do campo científico da EF no Brasil, Lazzarotti Filho, Silva e Mascarenhas (2014, p.68) afirmam que ele “é relativamente recente no processo de incorporação sistemática da prática científica em seu cotidiano, buscando consolidar-se como campo acadêmico-científico com maior autonomia”.

De acordo com Soares (2004) e Silva (2014), as bases biomédicas contribuíram de maneira determinante no desenvolvimento do campo científico da EF, pois essa ciência se constituiu, sobretudo, a partir de referências oriundas das ciências da natureza. Nesse sentido, baseado na literatura de Michel Foucault, os autores descrevem que os conteúdos da EF ensinadas nas escolas brasileiras até a primeira metade do século passado se baseavam em uma perspectiva predominantemente médico-higienista, interessada, mesmo que de forma velada, na melhora biológica da raça e em introjetar condutas morais e comportamentais na sociedade.

A partir da década de 1980, Costa e Neves (2022) contam que houve a emergência de um movimento renovador no campo científico da EF brasileira. Momento em que:

Instaura-se o debate sobre qual é a ciência da EF e se ela é, de fato, uma ciência. Objetivava-se construir identidade e autonomia científica para o campo, estabelecendo uma dicotomia no campo científico: de um lado, estavam os agentes que defendiam uma EF que visa compreender o movimento humano (objeto da motricidade); do outro, os agentes que defendiam a EF como uma prática pedagógica

(objeto da cultura corporal). No final da década de 1980, reestruturaram-se currículos da graduação. Manteve-se a ênfase nas disciplinas biológicas e foram inseridas disciplinas das áreas humanas e sociais, modificando a dinâmica do campo científico. Foi apenas na década de 1990 que se iniciou uma expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em EF. [...] nesses cursos não havia uma produção científica expressiva, e a maioria dos docentes era das ciências biológicas e da saúde (COSTA, NEVES, 2022, p.04).

Lazzarotti Filho, Silva e Mascarenhas (2014) vão dizer que a EF na década de 1980 foi marcada por um período de questionamentos acerca da influência dominante das ciências da natureza em sua base científica, trazendo para o campo uma maior aproximação e diálogo com as ciências humanas e, sobretudo, com a educação. Uma das marcas desse movimento, segundo os autores, foi o surgimento da ideia de uma ciência “engajada”, que se deu em razão do crescente movimento associativista e, sobretudo, por conta do engajamento político diante da conjuntura de abertura política e redemocratização da sociedade brasileira. De igual modo, os autores apontam que a EF brasileira na década de 1990 continuou a operar no mesmo caminho, com destaque ao desenvolvimento de estudos do tipo estado da arte, que tinham por objetivo mergulhar na própria produção científica do campo e realizar revisões teóricas e práticas daquilo que já havia sido produzido anteriormente.

Os autores descrevem que esses processos históricos nas décadas de 1980 e 1990 ampliaram o âmbito da EF e permitiram novas concepções, visões e perspectivas sobre os espaços sociais de formação. Como resultado disso, acompanha-se, sobretudo a partir da primeira década do século XXI, uma maior autonomia do campo científico da EF no Brasil. Desse modo, realizam a seguinte descrição sobre o campo científico da EF brasileira:

Na primeira década do século XXI, ele se expande, se diversifica e se dinamiza, consolidando-se como campo acadêmico-científico com maior autonomia. Tal processo é amplo e complexo, demarcando um espaço social e forjando um *habitus* próprio, com a luta entre agentes e instituições em torno de capital específico e de novos objetos em disputa. O poder instituído no campo e as lutas dos agentes para mantê-lo ou modificá-lo expressam-se na disputa pela construção dos conceitos e de suas representações na constituição de dois *modus operandi*, os quais representam uma forma de ver o próprio campo e a sua disputa para legitimá-lo, assim como na formação das novas gerações de agentes, estruturando formas de vê-lo. Neste contexto, observa-se que o *modus operandi* que tem impulsionado o desenvolvimento acadêmico-científico da Educação Física tem implicado no seu relativo afastamento dos debates pedagógicos (LAZZAROTTI FILHO, SILVA E MASCARENHAS, 2014, p.67)

Deste modo, os pesquisadores concluem que o poder instituído no campo e as lutas dos agentes para mantê-lo ou modificá-lo podem ser apreendidos a partir da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, uma vez que identificaram no campo científico da EF uma disputa pela construção dos conceitos e de suas representações e, também, na constituição de dois modos

operandi distintos no fazer dessa ciência. De um lado, tem-se uma cosmovisão científica mais voltada à perspectiva biomédica e, do outro, uma orientação científica que tende a uma perspectiva político-social da EF. E essa disputa não está apenas nos currículos, nas práticas e nas instituições que compõem o campo científico da Educação Física, mas, também na formação de novos agentes e na produção/reprodução dos saberes que eles produzem em suas agendas de pesquisas e acerca dos objetos estudados.

Dentro dessa leitura, os autores, ao se posicionarem em relação à configuração do campo científico da EF, defendem que “a sua especificidade está no diálogo interdisciplinar, exigindo a todo o momento as tomadas de decisão e a produção de condições de fortalecimento, reconhecimento e criação de um *modus operandi* próprio, com aumento da sua autonomia relativa” (Lazzarotti Filho, Silva e Mascarenhas, 2014, p.77).

Por fim, retoma-se a ideia de que o campo científico da EF, assim como qualquer outro campo científico, configura-se através de jogos relacionais de poder e dominação. No caso dela, tem-se um campo constituído por diversos tipos de pensamentos, atuações e posicionamentos, porém, percebe-se mais notoriamente uma certa disputa que vem se desenrolando entre duas perspectivas distintas de compreensão do corpo humano enquanto objeto do saber, fruto das disputas que vêm ocorrendo no interior deste campo. De um lado, tem-se uma tendência epistemológica de perspectiva biomédica, que pensa o corpo a partir de um viés predominantemente biológico, enfatizando as manifestações físicas, químicas e biomecânicas. De outro, há uma perspectiva epistemológica que pensa o corpo como reflexo das relações de intersecção entre as áreas biológicas, sociais e psicológicas. Nessa perspectiva, portanto, o corpo seria fruto de um emaranhado de saberes e questões de cunho político, filosófico, científico, moral, etc.

Tendo isso em mente, o TCC em questão buscou analisar como a produção científica do campo da EF que tem a maconha como parte de seu objeto de estudo tem abordado esse fenômeno. Mais especificamente, diante da compreensão de que o campo científico da EF se divide em duas perspectivas epistemológicas em relação ao corpo humano e ao próprio ensino/papel da EF, a pesquisa aqui empreendida buscou analisar a produção científica da EF sobre a relação humana com a maconha naqueles periódicos que estão inseridos na plataforma PubMed, ao entender que os estudos publicados nessa plataforma se baseiam, sobretudo, a partir de uma cosmovisão biomédica do corpo humano e dos fenômenos que o cercam.

Todavia, acredita-se que os fenômenos relacionados à vida humana são complexos e, por isso, precisam ser tomados e analisados a partir de uma perspectiva que leve em

consideração os múltiplos fatores que os influenciam. Pensando nessa questão, visando elucidar sobre a complexidade existente na relação humana com a maconha, no próximo subcapítulo busca-se apresentar uma cartografia de saberes canábicos e descrever como a perspectiva biopsicossocial é imprescindível para que possamos entender as riquezas que perpassam e atravessam tal fenômeno.

1.2 Saberes canábicos e a perspectiva biopsicossocial sobre a maconha

A história do uso da maconha tanto como uma substância psicotrópica quanto para fins industriais não é recente. Há décadas, essa substância estabeleceu-se como a droga ilícita mais consumida no Brasil e no mundo. Nos anos mais recentes, foi descoberto um sistema canabinóide endógeno, pertencente ao corpo humano, com neuroreceptores específicos para neurotransmissores presentes na maconha. Mesmo com tantas potencialidades e informações sendo descobertas sobre essa planta, outras drogas como heroína e cocaína receberam muito mais atenção na mídia e na literatura profissional, sendo muito recente um interesse maior pela planta. Diversos fenômenos sociais fizeram reduzir todo o alvoroço social relacionado ao uso dessa substância, o que tem resultado em um entendimento de que seja uma substância que não produz tantos danos. Isso indica que os pensamentos acerca dessa planta estejam mudando, ao longo de três décadas com o crescente uso da maconha, agora estamos notando o amadurecimento da discussão que envolve temas pertinentes a essa substância. É de se dizer que é muito recorrente ainda que essas discussões sejam carregadas de tenacidade, com conotações políticas ou ideológicas, o que inevitavelmente acarreta em posições muitas vezes conflituosas (BOBES; CALAFAT, 2000).

Aspectos epidemiológicos

A maconha é a substância ilícita mais consumida no mundo, seja como resina ou como erva, e o consumo tende a crescer nos países em desenvolvimento. Segundo o Relatório Global do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, estima-se que há 192 milhões de usuários de maconha no mundo, na faixa de idade entre 15 a 64 anos. África, América do Norte e Oceania são os continentes com maiores taxas de prevalência. Os estudos apontam índices de consumo que variam de 2%, na Ásia; 5%, na Europa; a 10%, nos Estados Unidos (UNODC, 2018).

No Brasil, o III Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Brasileira (III LNUD) teve como objetivo principal estimar e avaliar parâmetros epidemiológicos sobre o

uso de substâncias. Foi o primeiro estudo de abrangência nacional, sendo representativo da população brasileira na faixa etária de 12 a 65 anos. O estudo foi coordenado pela Fiocruz e entrevistou mais de 17 mil pessoas em 351 municípios brasileiros, no ano de 2015. Este é o mais recente e completo estudo sobre uso de substâncias já realizado no país (FIOCRUZ, 2019).

Dentre as drogas ilícitas pesquisadas, a maconha foi a substância que apresentou uma estimativa mais elevada, sendo que 7,7%, dos brasileiros de 12 a 65 anos afirmaram ter consumido essa substância alguma vez na vida, com um percentual de 11,9% entre os homens e 3,7% entre as mulheres. Cerca de 2,5% da população da pesquisa relatou ter feito uso de maconha nos 12 meses anteriores à pesquisa, esta estimativa corresponde a 3,8 milhões de pessoas entre 12 e 65 anos. Deste total, 4,1% eram homens e 1,1% mulheres (FIOCRUZ, 2019).

Aspectos Históricos da maconha no mundo e Brasil

Aparentemente o uso da planta de cannabis remete-se ao período neolítico, onde há sinais de utilização recorrente em rituais xamânicos apontados no nordeste asiático (SCHULTES & HOFMANN, 1992; MACRAE, 2004).

Provavelmente, ao que muitas pesquisas apontam, a planta da cannabis é originária da Ásia Central, ligeiramente acima da Índia, lugar de onde teria se difundido para a Ásia Menor, África e Europa. Ao que se indica, os espanhóis teriam levado a maconha para o México, Chile e Peru no século XVI, para o Canada e nordeste-americano os responsáveis foram os franceses e ingleses, respectivamente, no século XVII. Os povos citas, possivelmente, levaram para a China (ABANADES, 2005; CAVALCANTI, 2005).

O conhecimento dessa planta pelo homem existe, possivelmente, desde a descoberta da agricultura, em torno de 10 mil anos atrás, porém pode ainda ser mais antigo que esse registro (SCHULTES & HOFMANN, 1992). Supostamente uma das primeiras plantas a ser usada como incenso foi a maconha, pelos assírios, ainda no século IX a.C. Segundo Macrae (2005) os Vedas indianos já relatavam usar a cannabis como um néctar divino, isso a aproximadamente 2000 a.C. Além do mais, a planta foi consagrada ao deus hindu Shiva, e é considerada a bebida preferida do deus Indra (ROBINSON, 1999). Ainda associado a espiritualidade encontra-se referências no budismo tântrico, no budismo mahaiana, entre os tibetanos, entre alguns grupos mulçumanos, no zoroastrismo, no judaísmo, taoísmo, xamanismo chines, xintoísmo e no próprio cristianismo (SCHULTES & HOFMANN, 1992; ROBINSON, 1999; CAVALCANTI, 2005).

Da Ásia Menor a maconha percorreu para a África, supostamente por influência islâmica. Rapidamente foi inserida nos costumes daqueles povos, sendo chamada de Kif, grifa ou dagga. Alguns povos usavam a planta como medicina e como psicoativo, outros, como grupos do Buiti, em seus rituais religiosos fumam a maconha em cachimbos (CAVALCANTI, 2005; SAMORINI, 2005; USÓ, 2005).

Algumas pesquisas apontam que os responsáveis por espalhar a maconha pela Europa foram os povos citas, momento que provavelmente os gregos e romanos descobriram suas propriedades. Ademais, Demócrito referiu-se ao uso da maconha associado com vinho e mirra por estes povos. Galeno também atribuiu, em meados de 200 d.C., que era frequente servir maconha para os convidados, afim de promover diversão. É de se saber também, tendo a planta sido disseminada pelo continente Europeu, entre os séculos X e XVI, e com as grandes navegações, países como México e Peru logo tomaram conhecimento das propriedades psicoativas da planta. Ainda houve um grande interesse literário e artístico, no século XIX, sobre os efeitos da maconha, especialmente por influência francesa (MACRAE, 2005; USÓ, 2005).

Nas Américas, povos indígenas fazem o uso da planta em seus rituais religiosos, como os Cuna, no Panamá, os Cora, Tepehaus e os Tepecanos. No noroeste do México, os Tepecanos a nomeiam de Rosa Maria e frequentemente a utilizam em seus rituais, indígenas dos estados mexicanos de Veracruz, Hidalgo e Puebla usam a maconha, chamada por eles de Santa Rosa, quando eles não têm disponível o peiote, em cerimônias de cura e como intercessora (SCHULTES & HOFMANN 1992; FURST, 1994; MACRAE, 1998, 2005; ROBINSON, 1999).

No Brasil, provavelmente, a entrada da maconha se deu através da população negra de escravos, tendo a disseminação do seu uso a partir dos séculos XVII e XVIII e atualmente é cada vez mais tida como parte da cultura nacional (MOTT, 1986; HENMAN, 2005). Pelos portugueses foram introduzidas as fibras de cânhamo, muito utilizadas, nesse período, para a construção de navios, em meados do século XVIII (CAVALCANTI, 2005). Mesmo como dito anteriormente, a maconha como parte da cultura nacional, predomina em nossa sociedade um enorme preconceito contra os usuários de maconha, sobretudo contra os negros, descendentes de negros, índios e seus descendentes (HENMAN, 1986). Assim como afirma Carneiro (2002, p. 216), em uma de suas publicações:

“O discurso médico-sanitário que, desde o século XIX, vem interpretando as manifestações da cultura negra como patologias perigosas e contaminadoras

identificou no hábito de fumar a maconha uma ameaça à integridade física e moral da raça branca”.

Aqui no Brasil algumas manifestações religiosas afro-brasileiras e afro-indígenas são associadas ao uso de maconha. Alguns povos indígenas fizeram ou ainda o fazem. Há vários relatos do uso da maconha por vários grupos indígenas, como por exemplo, entre os Mura, do baixo madeira, os Fulniô, de Águas Belas, Pernambuco, entre os Saterê-Mawé, do Amazonas, entre os Guajajara ou Tenetehara, do Maranhão, entre os Timbira e os Krahô, do Tocantins (HENMAN, 1986, 2005; CAVALCANTI, 2005; RODRIGUES & CARLINI, 2005).

Na religião do Santo Daime alguns grupos batizaram a planta de Santa Maria e era usada para fins espirituais. Seu uso foi feito por algum tempo, porém esse costume teve que ser abandonado em razão da legislação brasileira em relação a planta (MACRAE, 1992, 1998). Há também outros grupos religiosos, por exemplo, como no Brasil e na Jamaica, predominantemente negros que fazem o uso da planta com fins político-espirituais, são os rastafaris, que a chamam de ganja.

O movimento hippie, nas décadas de 60 e 70, teve o uso da maconha mundialmente conhecido como uma das suas bandeiras, este movimento é responsável por influenciar e ainda influencia inúmeras partes dos comportamentos atuais, destacando os movimentos feministas, os direitos humanos, assim como as reformas psiquiátricas, entre outros (GROISMAN, 2000). Nos anos 80 começou a se perceber, por parte dos grandes setores da classe média, uma maior tolerância do hábito de fumar maconha, visto em maior parte no meio acadêmico, com uso eventual (MACRAE & SIMÕES, 2000). Mesmo com o aumento do uso da maconha nas últimas duas décadas, englobando todas as classes sociais, o modelo proibicionista-repressivo não cansa de provar sua ineficácia de se lidar com a chamada “guerra as drogas”, promovendo ainda mais, ao invés de diminuir, os danos físico-morais relacionados ao consumo da maconha, por meio das prisões, agressão policial, estigmatização do usuário e outras formas ineficazes e falidas de tratar essa questão (SANTOS, 2009).

Aspectos legais da maconha

A entrada da maconha para a legislação internacional se deu por meio da Convenção Internacional do Ópio, firmada em Haia, no ano de 1912, a seguir sendo inserida ao Tratado de Versalhes, em 1919, contudo seu registro oficial se deu apenas em 1923, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Doze países assinaram o tratado feito pela Convenção Internacional do Ópio, a saber: Alemanha, China, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos, Pérsia, Portugal, Reino Unido, Rússia e Sião (BERTOLOTE, 2021).

Cabe a Convenção Internacional do Ópio “o controle sobre a produção, importação, venda, distribuição e exportação de morfina, cocaína e seus respectivos sais, bem como sobre as edificações nas quais pessoas desenvolvem tal indústria ou comércio” (BERTOLOTE, 2021, p.5).

A cannabis foi incluída a lista da Convenção Internacional do Ópio posteriormente, por um pedido dos Estados Unidos, mesmo tendo assinado a lista original, onde essa substância não fazia parte, o que resultou em uma forte resistência por diversos países, principalmente da Índia, por conta das duas tradições sociais e religiosas. Por conta desse tipo de casos, em 1925 foi assinada uma revisão nomeada de Convenção Internacional Relativa a Drogas Perigosas, por isso foi vetada a exportação de cannabis para países onde essa substância fosse proibida e sendo permitida apenas para os demais, unicamente para fins medicinais ou científicos. Como consequência a essa controvérsia, essa convenção nunca chegou a um patamar de tratado, tipo de documento internacional de maior peso (BERTOLOTE, 2021).

Foi dessa maneira que a cannabis entrou para a Legislação Internacional, tendo sido proibida apenas para exportação, sem causar efeitos a plantação, a produção, a distribuição nacional e ao uso de caráter recreativo (BERTOLOTE, 2021).

Novamente ela voltou a aparecer na Legislação Internacional, em 1961, na Convenção Única sobre Narcóticos (CUN), essa consolidou documentos nacionais anteriores (Convenção Internacional do Ópio, de 1925, e Convenção de Paris, de 1931). A partir dessa convenção passou a ser proibida a produção e o fornecimento de determinadas substâncias (denominadas de narcóticos), estabelecidas em quatro categorias/classes, “Lista I”, “Lista II”, “Lista III” e “Lista IV”, baseadas em sua utilidade clínica e nos riscos associados a cada uma delas (BERTOLOTE, 2021).

A cannabis foi adicionada à Lista IV, a considerada mais perigosa de todas, que trata de substâncias denominadas perigosas (em comparação com outras, por exemplo o álcool, o qual foi apontado, porém não incluso em nenhuma das quatro classes), com possibilidades de causar dependência e que os efeitos tóxicos não se sobressaem sobre suas possíveis utilidades terapêuticas. Além da cannabis foram adicionados também a essa classe os opioides semissintéticos (heroína) e sintéticos (fentanil e seus derivados) (BERTOLOTE, 2021).

Uma nova convenção foi assinada sobre “substâncias psicotrópicas”, no ano de 1971, em Viena, sobre o respaldo da Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de controlar drogas psicoativas, anfetaminas, barbituratos, benzodiazepínicos e psicodélicos, isso

devido ao avanço do desenvolvimento de substâncias psicoativas, muitas delas, inclusive, eram utilizadas como medicamento (BERTOLOTE, 2021).

Antes da assinatura da Convenção de Viena houve muita discussão e uma fragmentação entre os países assinantes, posicionando os países ricos de um lado, donos de uma forte indústria química e farmacêutica, estimulada em favorecer seus produtos sintéticos em desfavor dos produtos naturais e, do outro, os países com indústria química e farmacêutica pobre, com o interesse de manter o uso tradicional dos seus produtos naturais. Nesse embate os países os países ricos conseguiram impor seu posicionamento, assim, a Convenção das Nações Unidas sobre Substâncias Psicotrópicas (CSP) estabeleceu uma nova classificação sobre as drogas, em favorecimento desses, quatro categorias/classes foram estabelecidas, “Lista I”, Lista II”, “Lista III” e “Lista IV”. Os compostos derivados da cannabis foram adicionados as “Lista I” e “Lista II” que tratavam, respectivamente, de “drogas com alto risco para a saúde pública, sem valor terapêutico. Podendo ser citado, isômeros do THC, dietilamida do ácido lisérgico (LSD), catinona, ecstasy e metilendioxianfetamina (MDMA)” e “drogas com uso terapêutico, como por exemplo, delta-9-THC (natural e sintético), anfetamina, metilfenidato (BERTOLOTE, 2021).

O álcool e o tabaco não foram adicionados na CUN, motivo de muitas críticas, logo a CSP veio com a justificativa de que ambas não fizeram parte da lista de substâncias psicoativas porque não eram pertinentes para o modelo de controles pressupostos pela Convenção de Viena, e se, caso fossem empregues, não teriam nenhuma implicação útil. Argumento muito contraditório, já que o álcool era tido como a substância-padrão de comparação para o que era estabelecido como “droga perigosa” (BERTOLOTE, 2021).

Desde 2003 a Organização Mundial da Saúde (OMS – órgão técnico da ONU responsável pela avaliação de substâncias psicoativas) tem feito diversas manifestações e solicitações para a mudança da cannabis e de todos seus derivados da Lista I para a Lista II da CSP, tendo como base argumentos sanitários, porém isso tem sido continuamente ignorado pelas outras agências da ONU, baseando-se em argumentos aplicados a segurança (BERTOLOTE, 2021).

A primeira referência legal sobre a proibição da cannabis no território brasileiro é o Decreto-lei nº 891/38 assinado pelo presidente Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo, que incluía os artigos a seguir: (BERTOLOTE, 2021).

Artigo 2º São proibidos no território nacional o plantio, a cultura, a colheita e a exploração, por particulares, da Dormideira “Papaver somniferum” e a sua variedade

“Aibum” (Papaveraceae), da coca “Erytroxylum coca” e suas variedades (Erytroxilaceae), do cânhamo “Cannabis sativa” e sua variedade “indica” (Moraceae) (Cânhamo da Índia, Maconha, Meconha, Diamba, Liamba e outras denominações vulgares) e demais plantas de que se possam extrair as substâncias entorpecentes mencionadas no art. 1º desta lei e seus parágrafos.

Artigo 3º Para extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, possuir, importar, exportar, reexportar, expedir, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou ter para um desses fins sob qualquer esfera, alguma das substâncias discriminadas no artigo primeiro, é indispensável licença da autoridade sanitária, com o visto da autoridade policial competente, em conformidade com os dispositivos desta lei (BRASIL, 1938)

Esse decreto teve seu vigor até 1976, momento que foi revogado pela Lei nº 6.368/76, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel, aplicado como meio de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso inadequado de substâncias de caráter entorpecentes ou que levem a dependência física e psíquica. Como essa Lei não citava nenhuma substância especificamente, essa função ficou a cargo do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (BERTOLOTE, 2021).

No ano de 2006 ocorreu a revogação da Lei nº 11.343/2006 para a Lei nº 6.368/76 que em seu parágrafo único, no artigo primeiro diz: “Para fins desta Lei, são consideradas como drogas as substâncias ou os produtos com o potencial de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”. E do qual o artigo 66 estabelece que: “Na eminência do parágrafo único do art. 1º desta Lei, até que seja atualizada a terminologia da lista mencionada no preceito, nomeiam-se drogas substâncias tidas como entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998” (BRASIL, 2006).

Contudo, em janeiro de 2017, uma nova portaria da Anvisa concedeu a aprovação do registro do primeiro medicamento contendo THC e CBD, adquiridos da planta Cannabis Sativa (Mevatyl®)³⁰ e, em maio de 2017, essa mesma instituição do governo fez uma atualização da lista das Denominações Comuns Brasileiras (DCB), com a inserção da Cannabis sativa L., sob número 11.543.31. Atualmente em vigor a Lei nº 13.840/2019,³² altera diversas leis anteriores para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, sem, no entanto, citar substâncias específicas, mantendo-se, assim, vigente ambas as portarias da Anvisa mencionadas anteriormente (BERTOLOTE, 2021).

Considerações críticas e científicas contra a proibição da maconha

No decorrer da história a filosofia proibicionista têm tido suas resoluções implementadas questionadas por diferentes estudos, especialmente as relacionadas aos critérios

científicos adotados para selecionar quais drogas seriam proibidas ou não (BORGES, 2019). Conforme criminologista alemão Sebastian Scheerer (2003), seria necessário que diferentes saberes e crenças que tiveram importância fundamental no estabelecimento do proibicionismo das drogas passassem por uma reavaliação profunda e crítica. Sabendo que grande parte das justificativas baseadas na ciência foram elaboradas no início do século passado, além de serem atravessadas de interesses políticos, morais e econômicos bastante questionáveis (BORGES, 2019).

Atualmente, sabe-se, a partir dos embasamentos no conhecimento científicos, que alguns argumentos que levaram a proibição de algumas substâncias pela Convenção Internacional não se sustentam mais. Se tratando da cannabis, os relatórios que deram base para a sua proibição garantiam que o seu uso a longo prazo resultaria em graves danos aos usuários, contudo as produções científicas atuais apontam que naqueles estudos houveram distorções e exageros na análise dos resultados, como, por exemplo, de que o uso da droga era responsável por “matar” neurônios. Outro ponto relacionado à cannabis, era a crença de que o seu consumo potencializaria os indivíduos a praticarem ações violentas e criminosas (BORGES, 2019; ARANA, 2012; SANTOS, 2009).

Trinta anos após o encontro que definiu a proibição da cannabis, a Convenção de Genebra de 1925, a Indian Hemp Drugs Commission⁴ apresentou um estudo que dizia que o uso moderado de maconha era benéfico e que também não causava nenhum dano físico, mental e moral aos usuários, além disso, indicava que tinha um forte potencial medicinal. Porém, em razão da proibição e da demonização que historicamente se teceu sobre a planta, a associação negativa que se faz dessa dela, ao menos no campo simbólico, parece querer perdurar até os dias atuais (BORGES, 2019).

Na Convenção de Genebra de 1925, o delegado do Egito, Mohamed El Guindy, defendeu que a substância deveria ser proibida alegando que ela era tão ou mais prejudicial do que o ópio, alegando que transformaria os usuários em lunáticos. Alguns países como a Turquia, Grécia, África do Sul e Brasil apoiaram a proibição da planta, de outro modo, Grã-Bretanha,

⁴ Foi um estudo Indo-britânico sobre o uso de maconha na Índia. Em março de 1893, a Câmara dos Comuns do Reino Unido se mostrou preocupada com os efeitos dessa substância na província de Bengala, na Índia. Em razão disso, o governo convocou uma comissão formada por sete membros com o objetivo de investigar essa questão naquela região, iniciado em julho daquele mesmo ano. Lord Kumberley, Secretário de Estado das Colônias Britânicas, decidiu expandir o estudo para toda Índia. O relatório final, com cerca de 3.281 páginas, contou com o depoimento de quase 1.200 pessoas – desde médicos, trabalhadores, camponeses, espiritualistas, chefes de asilos para pessoas consideradas loucas, coletores de impostos, oficiais do exército, comerciantes da planta, contrabandistas, entre outros – e teve como conclusão de que a planta não era danosa para os usuários e, principalmente, não lhes causavam insanidade, razão principal para o desenvolvimento deste estudo (MILLS, 2003)

Índia e Holanda, além de votarem contra, criticaram a proposta pelo fato dela não estar na agenda oficial daquela conferência. Como a defesa do representante egípcio causou forte impacto entre grande parte das delegações, foi decidido que o cânhamo índico era tão viciante e perigoso quanto o ópio, por isso, essa substância foi submetida ao controle jurídico internacional (BORGES, 2019; ARANA, 2017).

Em 1938, o prefeito de Nova York, Fiorello La Guardia, formou uma comissão de inquérito, formada por professores, médicos e pesquisadores, com o objetivo de compreender os efeitos e os riscos em fumar cannabis. Após 5 anos de estudo, chegou-se a um catálogo de conclusão com 13 pontos. Entre os quais: a grande parte dos usuários eram negros e latino-americanos; o uso da droga propiciava um sentimento de pertencimento social; a prática do consumo não causava vício nos termos médicos da palavra; não havia um controle sobre a cannabis referente a qualquer grupo organizado; era raro o uso entre crianças e adolescentes em idade escolar; fazer o uso não era fator determinante para o crime; não havia associação da delinquência juvenil ao uso da cannabis e; o consumo não era um caminho que levaria as pessoas a fazerem o uso de outras drogas consideradas mais pesadas, como a morfina, heroína e cocaína (BORGES, 2019; IVERSEN, 2001; 2018).

Diante dos conhecimentos científicos apresentados até aqui, entende-se que os estudos que indicam os problemas causados pela modelo proibicionista ou que desmistificam os argumentos do porquê de algumas substâncias estarem proibidas e outras não, tem sido historicamente ignorados e criticados justamente pelos indivíduos, grupos e governos que defendem a permanência desse modelo de gestão de drogas, pontualmente pelo fato de que os resultados não corroboram e nem reproduzem a lógica proibitiva (BORGES, 2019).

Já essa contra resistência, ao seu modo, sugere que a perspectiva proibicionista não está norteada e nem fundamentada em bases científicas de confiança, visto que ao longo da história despreza e repudia provas empíricas, mas sim coberta por um sistema de crenças, valores e interesses que defendem e escoram toda uma arquitetura que se dirige para algumas drogas previamente selecionadas (BORGES, 2019). Diante disso, Arana (2012) sustenta a necessidade da criação de políticas e legislações que estejam adequadamente embasadas nos conhecimentos científicos mais atuais e articuladas a uma cultura democrática e de congruência aos Direitos Humanos.

Aspectos morfológicos e farmacológicos da maconha

O cânhamo é originário da Ásia Central, de lá se espalhou para o resto da Ásia, para a África e para a Europa, para depois se propagar para o restante do mundo. A cannabis foi domesticada muito cedo, sendo uma das plantas que os humanos usam há mais tempo. Isso se deve, entre outras coisas, à sua grande versatilidade, já que dessa planta se aproveita tanto as substâncias ativas (que têm sido usadas para fins cerimoniais, medicinais e recreativos), quanto as sementes (usadas na alimentação humana e como ração) e a fibra de seu caule (amplamente utilizada para a fabricação de cordas, tecidos e papel) (BARRIUSO, 2013).

Normalmente a palavra cânhamo é utilizada quando se faz referências a usos industriais e cannabis para falar de derivados psicoativos, mas a verdade é que ambos são a mesma planta, só que as variedades para uso industrial que foram selecionadas são correspondentes as partes não psicoativas. Cannabis é o nome latino e cânhamo no idioma espanhol, ambas as formas podem ser usadas nos variados contextos. Em galego é chamado cânabo, em Euskara kalamua e em catalão cànem (BARRIUSO, 2013).

Todas as plantas de cannabis pertencem a uma única espécie (cannabis sativa), que é dividida em três subespécies, sativa, indica e ruderalis. As sementes que estão atualmente no mercado são quase sempre misturas de indica e sativa, em diferentes proporções. Diferentes variedades produzem diferentes proporções de ingredientes ativos. O meio de cultivo, o clima e outros fatores também desempenham um papel, por isso é impossível garantir um certo efeito antecipadamente (BARRIUSO, 2013).

Existem plantas masculinas e femininas, embora às vezes ocorram casos de hermafroditismo. Isso é muito importante ao dar-lhe uso psicoativo, pois os ingredientes ativos mais importantes são encontrados quase exclusivamente nas fêmeas, especialmente nas flores (BARRIUSO, 2013).

A planta inclui inúmeras substâncias em sua composição, aproximadamente 400, no entanto as mais características são os chamados canabinóides, cerca de 61, que só são encontrados na própria cannabis. Dezenas de canabinóides já foram descobertos, mas a maioria aparece em quantidades muito pequenas ou apenas em certos climas e cepas. O poder psicoativo está concentrado no Δ -9-tetrahydrocannabinol (THC), que é também a substância mais conhecida da cannabis. Existem também outros canabinóides psicoativos, como o delta-8 THC e o canabinol (CBN), e também canabinóides que não possuem propriedades psicoativas, como o canabidiol (CBD) (ABANADES, 2005; SPINELLA, 2001; AMERI, 1999)

Se tratando dos seus efeitos, a maconha possui, de maneira geral, propriedades sedativas e ansiolíticas, podendo produzir também uma euforia, no entanto, mesmo em doses mais altas não são capazes de suprimir a respiração. Em doses mais elevadas o uso de Cannabis pode provocar alteração da percepção do tempo, aumento da sensibilidade sensorial e até mesmo alucinações, o que leva a maconha a uma aproximação dos alucinógenos clássicos (LSD, psilocibina, mescalina etc.) (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001). Algumas reações contrárias podem apresentar pânico ou ansiedade, sendo mais frequente em novos usuários. Estes efeitos são influenciados significativamente por variáveis psicobiológicas (características individuais, expectativas e motivações) e ambientais (contexto sociocultural onde ocorre o uso do psicoativo) (SANTOS, 2008).

Embora sua fama se dê mais por seus efeitos psicológicos associados ao uso recreativo, a maconha e suas substâncias apresentam um grande potencial terapêutico que merece ser ainda devidamente mais explorado. O seu uso com finalidades terapêuticas pode ocorrer para vários fins e meios, por exemplo, pode ser usado no tratamento quimioterápico (para efeitos antieméticos e antinauseantes), em casos de dores com origem neural, pós-operatória ou por espasmo muscular (para efeitos analgésicos), para pessoas com que sofrem com glaucoma (propriedade de reduzir a pressão intra-ocular), por seus efeitos anticonvulsivos, por causar o estímulo do apetite resultando em ganho de peso e melhora do estado nutricional em pacientes de Aids e cânceres, antiespasmóticos beneficiando pacientes com esclerose múltipla, assim como relaxante muscular, e possivelmente, mais recentemente, como coadjuvante nos tratamentos das enfermidades de Alzheimer, Parkinson e coreia de Huntington. A saber, além disto, alguns estudos clínicos apresentaram maiores efeitos terapêuticos e menores efeitos adversos num contexto de uso dos extratos da planta ao invés de unicamente THC (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001; CARLINI, 2004; ABANADES, 2005).

Já em relação à toxicidade, determinadas “informações” acerca da maconha, largamente divulgadas pela mídia sensacionalista, evidentemente tem por objetivo demonizar a planta ou o próprio consumidor dela, na grande maioria das vezes os dois. Entre essas informações divulgadas nas mídias podem ser citadas aquelas que rotulam que a maconha destrói cromossomos, desenvolve psicose, cânceres, afeta contrariamente os sistemas endócrino e imunológico, causa problemas cardíacos e etc. Várias informações, dadas hoje como antigas preocupações, sobre a maconha não se justificam mais, e sabe-se também que essa substância pode ser caracterizada por sua extraordinária baixa toxicidade (SANTOS, 2008; CARLINI, 2004; GALLIGO, 2005).

Dados mais atuais apontam que o dano cromossomial associado ao consumo de Cannabis não foi provado, pois as desordens previamente indicadas são comuns a outras substâncias amplamente utilizadas e não parecem ter significado clínico (CARLINI, 2004; GÁLLIGO, 2005).

Existem trabalhos que procuram comprovar que o usuário crônico de maconha tem maiores chances de desenvolver a chamada “psicose canábica”. Embora esta suspeita não deva ser ignorada, inclusive ressaltando que pessoas com histórico pessoal ou familiar de psicopatologias, como a esquizofrenia, deveriam ser desencorajadas de fazer o uso de maconha, muitos autores, através de seus estudos, negam esta possibilidade (SANTOS, 2008; MARSHALL, 2006). De acordo com Gálligo (2005) a frequência de casos de esquizofrenia ou outras psicoses continua estável na Europa e nos Estados Unidos ao longo das últimas décadas, mesmo tendo um aumento exponencial do consumo de maconha desde 1950. Carlini (2004) afirma em seu estudo que não são encontrados embasamentos científicos que apoiem esta “psicose canábica” e que a associação do uso crônico de maconha ao desencadeamento de um episódio de esquizofrenia em pessoas com predisposição a essa psicopatologia não está suficientemente estabelecida, ao ponto de ser tomado como um fato científico.

Quanto a possibilidade do uso crônico de cannabis causar cânceres, são encontradas evidências de que se a fuligem obtida do resultado combustão da maconha for passada por vários dias, entrando semanas, na pele de camundongos, irá causar tumores malignos. Em consequência de a fumaça da maconha conter substâncias irritantes e cancerígenas, por isso existe um potencial que pode causar prejuízos à árvore brônquica bem como cânceres nas vias respiratórias humanas. Existem estudos que apresentam um aumento de cânceres aerodigestivos (da boca ao estômago) em usuários que fazem o uso crônicos de maconha, igualmente o que já foi relatado entre os fumantes de tabaco. Apesar disso, em relação ao homem, não existem provas nem relatos específicos de que o uso de maconha possa causar câncer de pulmão ou enfisema (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001; CARLINI, 2004).

Embora existam evidências de certos efeitos imunossupressores associados à maconha, ainda não foi definido seu significado funcional e estes efeitos provavelmente são sutis (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001). Realizou-se um estudo de 12 semanas na Universidade da Califórnia, no qual pessoas portadoras do vírus HIV com o sistema imunológico comprometido, ou fizeram o uso da maconha fumada ou tomaram uma pílula de THC ou fumaram placebo, não foi encontrado nenhum efeito negativo. Mesmo considerando o curto período de tempo que o estudo foi realizado, possíveis efeitos adversos no sistema imunológico

não aceleraram o progresso da Aids tampouco tiveram nenhuma outra consequência clínica (SANTOS, 2008; CARLINI, 2004).

Em relação aos problemas cardíacos, é fato o consumo de cannabis promove o aumento dos batimentos cardíacos (taquicardia). Não entanto não registros de doses fatais para seres humanos. Efeitos cardiovasculares adversos podem ser limitados a usuários mais idosos, que já possuem cardiopatias, ou simplesmente para indivíduos com cardiopatias preexistentes que apresentam cardiopatias, ou simplesmente para indivíduos com cardiopatias preexistentes (SANTOS, 2008; GÁLLIGO, 2005; CARLINI, 2004; SPINELLA, 2001; AMERI, 1999).

Quanto aos efeitos neuronais, em diferentes estudos, os canabinóides apresentaram respostas tanto neurotóxicas como neuroprotetores. Além disso, tem-se que os determinantes críticos para a neurotoxicidade dependem do tempo de duração de exposição ao psicoativo e da idade de quem estiver consumindo (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001).

Por fim, um estudo feito pela comissão nomeada pelo prefeito nova-iorquino Fiorello La Guardia que, em 1944, trouxe a público o seu relatório “O Problema da Marihuana na Cidade de Nova York”. Foram incluídos nos seus estudos pesquisas clínicas realizadas em voluntários, de mesmo modo investigações sociológicas onde a conclusão foi que “o uso prolongado desta substância não resulta em degeneração física, mental ou moral e que também não se evidencia nenhum efeito prejudicial permanente como consequência de seu uso prolongado” (SANTOS, 2008; MACRAE, 2004).

Formas de uso

O nome mais comum da cannabis é a maconha, associado a parte da planta que contem seus efeitos psicoativos, o que dá o “barato”, que são as flores secas da planta feminina e que concentra a maior parte dos ingredientes ativos. A outra forma usual de apresentação é o haxixe, uma pasta feita após a extração da resina que cobre as flores. Mais raramente, é encontrado óleo de cannabis, cuja concentração de THC é muito maior do que nos outros dois casos (BARRIUSO, 2013).

A maconha presente no mercado espanhol costuma ter uma predominância de THC sobre CBD, enquanto no haxixe comercial há maior presença de CBD. Isso significa que, na maioria dos casos, a maconha é mais psicoativa que o haxixe. O haxixe caseiro, por outro lado, normalmente vem de plantas com predominância de THC e tende a ter um efeito semelhante a elas (BARRIUSO, 2013).

Tanto a maconha quanto o haxixe podem ser inalados ou ingeridos. Fumar um “baseado” é a forma mais comum de consumo. O efeito do consumo fumado é rápido e geralmente dura cerca de uma hora ou uma hora e meia. Ao queimar a maconha, a maioria dos ingredientes ativos é destruída, então o rendimento é menor do que por outros meios (BARRIUSO, 2013).

Fumar a maconha produz a inalação de uma grande quantidade de substâncias tóxicas resultantes da combustão, e a longo prazo pode causar vários distúrbios respiratórios, como bronquite (que pode se tornar crônica) e irritação, e em alguns casos pode levar à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e enfisema. Se misturada ao tabaco, adiciona-se a esses riscos as toxinas do tabaco (incluindo os aditivos presentes em muitas marcas) e sua natureza altamente viciante. O uso de um bocal de papelão ou um pedaço de cigarro não é recomendado, pois permitem a passagem de substâncias mais nocivas. É melhor que seja usado um bocal de filtro ou algum sistema que retenha o alcatrão (BARRIUSO, 2013).

Essas desvantagens estão tornando cada vez mais populares os vaporizadores, dispositivos que permitem que os ingredientes ativos sejam aspirados sem combustão e, portanto, sem gases tóxicos. Deve-se levar em consideração que na vaporização quase todos os componentes são utilizados, pois dificilmente são destruídos. Portanto, a dose deve ser muito menor do que para fumar (BARRIUSO, 2013).

A outra via mais comum de consumo é a oral. Para isso, podem ser feitas infusões (que devem ser feitas de leite integral ou algum outro líquido que contenha gordura), cozinhar usando maconha ou haxixe, ou macerar a maconha em algum licor para poder consumi-la posteriormente. No caso de ingerir, deve-se saber que o poder do efeito costuma ser maior do que ao fumar e que varia mais de uma pessoa para outra. De fato, aqueles que desejam aproveitar os efeitos menos psicoativos do CBD devem evitar tomá-lo por via oral. As preparações alcoólicas devem ser consumidas com cautela, devido ao risco de mistura de ambas as substâncias (BARRIUSO, 2013).

Deve-se lembrar também que o efeito oral demora mais para começar e dura mais do que quando fumado, e que uma refeição farta, entre outros fatores, pode retardar o início dos efeitos. Por todas essas razões, a ingestão de alimentos com maconha está por trás de grande parte das emergências de saúde relacionadas à cannabis, embora felizmente não ocorram problemas muito graves e o efeito simplesmente acabe desaparecendo (BARRIUSO, 2013).

Tolerância e dependência

Há um debate entre pesquisadores se existe ou não dependência à maconha. Alguns se posicionam do lado que defendem que esta não ocorra, e que seria mais um “mito” associado a essa substância. Nesta perspectiva, existe outro tema de discussões que é o estigma de que a maconha seria uma “porta de entrada” para outras drogas, as que são chamadas de “drogas mais pesadas” (SANTOS, 2008).

Para se falar sobre dependência, é preciso levar em consideração as dificuldades que a medicina vem enfrentando em definir “dependência a uma substância” (MACRAE, 2004). Os critérios utilizados para o reconhecimento científico da ocorrência ou não de dependência estão presentes no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-V (2014), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria. Segundo este manual (DSM-V, 2014), entende-se como dependência um conjunto de três ou mais sintomas, podendo acontecer a qualquer momento, no mesmo período de 12 meses.

Entende-se que a dependência é um fenômeno complexo que apresenta variáveis químicas, biológicas, psicológicas e ambientais (ou socioculturais). Além do mais, conforme a ideia de Carlini (2004), o ser humano é tão impar podendo se tornar dependente de quase tudo. Ainda segundo esse autor, entre as ocorrências mais estranhas estão as das pessoas dependentes de cenoura, que podem até apresentar sintomas de abstinência caso não aconteça a ingestão regular deste alimento (SANTOS, 2008).

Sobre o desenvolvimento de tolerância, através de camundongos examinou-se uma rápida tolerância aos efeitos agudos do THC, porém foi revertido rapidamente. Outro ponto evidenciado é que, a alteração que ocorre nos receptores canabinóides, resultante da exposição crônica à maconha, mostrou-se reversível. Porém, foi evidenciado em humanos a ocorrência de tolerância, onde mesmo as doses mais altas, consideradas potentes, parecem perder sua força, se usadas constantemente. Quanto a isso, alguns pesquisadores recomendam que um intervalo de vinte e quatro horas poderia restabelecer a sensibilidade aos efeitos da maconha. Sendo assim, os indivíduos que desenvolveram a tolerância precisariam diminuir a frequência de uso da substância (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001; MACRAE, 2004).

Em uma pesquisa, realizada em duas grandes capitais brasileiras, utilizou a metodologia da observação participante e entrevistas em profundidade, os sujeitos faziam parte de círculos de usuários de maconha socialmente integrados, relativos à classe média e atuantes no mercado de trabalho ou no sistema educacional, houve o surgimento de tolerância em relação a amostras

específicas de Cannabis, porém os feitos prazerosos não deixaram de ser sentidos com maconha de outra procedência, ou então após breve interrupção do uso (SANTOS, 2008; MACRAE & SIMÕES, 2000).

Somente há registros de sintomas de abstinência por maconha em usuários que fazem um consumo de grande quantidade diariamente e subitamente interrompem o uso. Além disso, quando comparado aos sintomas associados ao consumo de cocaína, álcool e heroína os que são causados pela maconha são bem mais leves. Além do mais, indivíduos que fazem o uso contínuo de maconha não sofrem com o medo de enfrentar uma possível síndrome de abstinência, assim como acontece com os dependentes de opioides (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001).

Registros do I Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil apontaram que apenas 6,9% dos indivíduos que fizeram uso de maconha tiveram um ou poucos incidentes, podendo ser considerados pequeno ou de nenhum impacto, ocorridos em qualquer momento, em toda a vida do sujeito. Além disso, evidenciou-se também que os dados referentes ao “uso frequente” dessa substância não estão evidenciados por apresentarem prevalências muito baixas em todas as faixas etárias, podendo ser interpretado como falta de significância estatística. Todavia, este estudo registrou apenas 1% de casos de “dependentes de maconha” (SANTOS, 2008; MACRAE, 2004; CARLINI et al., 2002).

Diante dos estudos apresentados até aqui, se torna duvidoso e bastante questionável classificar a maconha como uma substância que causa dependência a indivíduos que fazem um uso considerado pequeno. E mesmo os indivíduos que fazem um uso considerado grande, caso desenvolvam algum nível de dependência, como dito anteriormente, podem ter essa situação revertida fazendo uma diminuição da frequência de consumo, ou interrompendo a prática por alguns dias.

O sistema endocanabinóide e os seus receptores

Após a descoberta do sistema endocanabinóide e que existem também receptores específicos para os canabinóides (CB1 e CB2), foi possível identificar canabinóides endógenos ou endocanabinóides.

Os receptores canabinóides CB1 podem ser encontrados em muitas regiões do sistema nervoso central, sobretudo nos gânglios basais, cerebelo, hipocampo, córtex, amígdala e núcleo accumbens. Já os receptores CB2 não estão presentes no sistema nervoso central, estão

localizados apenas em áreas periféricas como, por exemplo, células do sistema imunológico (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001; AMERI, 1999).

A distribuição neuroanatômica dos receptores canabinóides se correlaciona muito bem com os efeitos cognitivos, motores e emocionais desencadeados pelo psicoativo. Além disso, o modo como esses receptores estão distribuídos no tronco cerebral, região que controla as funções cardiovasculares e respiratórias, poderia explicar a baixa toxicidade aguda e a inexistência de uma dose letal para a maconha. Em ambos os receptores o THC possui uma alta atividade agonista (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001; AMERI, 1999).

A primeira vez que foi feito o isolamento de um endocanabinóide aconteceu em 1992, analisou-se a anandamida⁴, encontrada em regiões que apresenta grande concentração de receptores canabinóides, como o hipocampo e o cerebelo. Quanto aos demais neurotransmissores, seus níveis no cérebro podem ser comparados aos de dopamina e serotonina, porém bem menores que os de GABA e glutamato. As características bioquímicas e farmacológicas que a anandamida apresenta se assemelham a dos canabinóides agonistas tanto do receptor CB1 como no CB2, porém são menos potentes e produzem um efeito de menor tempo do que o THC (SANTOS, 2008; SPINELLA, 2001; AMERI, 1999).

Por fim, existem evidências de que o sistema canabinóide desempenha vários papéis fisiológicos, atuando na memória, cognição, motivação, emoções, mecanismos de recompensa, controle da imunidade, funcionamento motor, termorregulação, processos neurovegetativos (controle de náuseas e vômitos), regulação neuroendócrina, resposta ao estresse, percepção da dor e desenvolvimento cerebral, participando também nos processos de gênese neuronal (SANTOS, 2008; AMERI, 1999; SPINELLA, 2001; ABANADES, 2005).

Perspectiva biopsicossocial sobre a maconha

Uma parte importante da produção científica que ao longo dos anos tem sido produzida relacionada a essas substâncias tem se pautado em um viés de conhecimento com caráter hegemônico, fragmentado e unidimensional, sem pesar as múltiplas relações que as permeiam (BORGES, 2019). O biólogo Rafael Santos (2008), ao construir uma análise que avaliou os estudos sobre os consumos de substâncias desse gênero, concluiu que eles se concentram em três pontos principais e que por muito tempo foram retratados como independentes: a biológica-química, a psicológico-cognitiva e a sociocultural.

Para o antropólogo Edward MacRae (2001), a principal vertente analítica a pautar essas substâncias tornou-se a abordagem biológica-química, ou médico-farmacológica, o que

resultou, conforme Arana (2012), em uma compreensão parcializada e reduzida desse fenômeno, que, ao unir-se ao saber jurídico, foi se tecendo em uma visão de mundo que inseriu parte dessas substâncias como causadoras de graves problemas sociais.

Como resultado do posicionamento entre estudiosos de diferentes áreas, de que a perspectiva puramente biológica e química não é mais suficiente para dar respostas aos dilemas de uma sociedade cada vez mais complexa, desenvolvendo-se, mesmo sob resistência, uma perspectiva de saber que considera, ao mesmo tempo, três esferas, biológica, psicológicas e sociais do uso dessas substâncias. Portanto, se a lógica analítica de Norbert Elias (1984; 2002) de que entre a estrutura social e a estrutura psíquica a relação é de interdependência, ou então entre o biológico e o social na formação humana, do mesmo modo que também foi descrito por Morin (1973; 1977) ao retratar as relações sistêmicas do corpo biológico e do corpo social, é apropriada a afirmação de que há uma profunda integração entre a mente, corpo e sociedade, e cada vez mais tornando-se mais difícil separá-los para ser possível compreender o consumo de psicoativos (BORGES, 2019; SANTOS, 2008).

De modo geral, a perspectiva biopsicossocial é caracterizada através da compreensão de um enfoque integrado dos aspectos farmacológicos, biológicos, psicológicos e socioculturais para uma compreensão mais ampla e sensata do consumo de psicoativos, oposta uma análise unilateral e simplista, como o modelo que ainda predomina, proibicionista-repressivo, que se mostra defasado e limitado para uma abordagem mais efetiva desta temática (SANTOS, 2008; MACRAE & SIMÕES, 2000).

O modelo adotado no Brasil, proibicionista-repressivo, de origem ditatorial, quando padroniza todos os usuários de maconha em categorias mal definidas sobre quem é consumidor e quem é traficante, submete os usuários à estigmatização social, abuso policial, ameaças de violência e prisões, desse modo resulta em prejuízos tanto individuais como coletivos, afetando tanto a esfera da saúde quanto a esfera da economia (SANTOS, 2008; MACRAE & SIMÕES, 2000).

Quanto ao significado e importância cultural construída em torno do consumo dessas substâncias, Becker (2008) relatou a importância da cultura que é construída no consumo de psicoativos, possibilitando a transmissão de conhecimentos empíricos entre os usuários sobre as melhores formas de se aproveitar os benefícios e como evitar os riscos de efeitos indesejados dessas substâncias.

Considerando que há um processo que leva alguém a se tornar e permanecer consumidor regular de Cannabis, através da experiência de aprendizagem com outros usuários, poderiam

ser identificados os seguintes estágios: 1) inalar de maneira correta; 2) aprender a identificar os efeitos; 3) compreender os efeitos como sendo algo prazeroso e a lidar com eles de maneira que consiga a melhor sensação possível em termos do prazer procurado; 4) aprender a enfrentar os dispositivos sociais de controle que desaprovam esse hábito, por meio da concepção de estratégias para obtenção da maconha, de garantir a descrição diante de não-consumidores e de justificar, a si próprio, o seu comportamento diante da condenação moral. Seria neste percurso que se expandiriam as disposições ou motivações para o consumo da maconha por prazer (SANTOS, 2008; MACRAE & SIMÕES, 2000).

Segundo Zinberg (1984), psiquiatra e psicanalista, para se adquirir uma correta compreensão de como essas substâncias atingem os usuários, é necessário levar em consideração três fatores indispensáveis:

- A droga em si — tem a ver com a própria substância: tipo, composição química, dosagem, toxicidade, qualidade, etc.;
- O "set" — o momento atual do estado psíquico que o indivíduo faz o uso da substância, sem deixar de lado a sua estrutura de personalidade;
- O "setting" — a influência correspondente ao meio físico e social no qual acontece o uso, além dos significados culturais correspondentes a ele.

Portanto, vários pesquisadores apontam que os controles informais, ou esta subcultura que foi desenvolvida pelos usuários, deve ser respeitada, pesquisada, compreendida e, ainda mais, deve ser aplicada aos programas de prevenção de danos associados a psicoativos. Segundo esta abordagem, estes controles seriam mais eficazes para se tratar de prevenção e redução de danos do que os aplicados pelo modelo proibicionista-repressivo (ARANA, 2012; SANTOS, 2008; MACRAE & SIMÕES, 2000; MACRAE, 1992).

2. O CAMINHO METODOLÓGICO

Em busca de alcançar os objetivos apresentados na discussão inicial deste TCC, a presente pesquisa se desenvolveu metodologicamente a partir de uma revisão da literatura científica no PubMed, mais especificamente acerca da produção acadêmica da EF que tem a maconha como parte de seu objeto de estudo.

A Revisão de Literatura, também reconhecida como Pesquisa Bibliográfica, é entendida metodologicamente como um tipo de investigação que busca abranger:

[...] toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 66).

Entre os diferentes caminhos que há neste tipo de investigação, tem-se a Revisão Bibliográfica Sistemática. A Revisão Bibliográfica Sistemática, por sua vez, subdivide-se em quatro tipos: 1) Meta Análise⁵; 2) Revisão Qualitativa⁶; 3) Revisão Integrativa⁷ e; 4) Revisão Sistemática (BOTELHO *et al.*, 2011).

Neste estudo, empregou-se a Revisão Sistemática, que, de acordo com Botelho et al. (2011), é um formato de revisão que visa fazer um levantamento geral sobre um determinado tema específico. A condução deste tipo de investigação precisa se pautar por uma transparência sobre o caminho metodológico empreendido, no sentido de que o estudo deve deixar claro ao leitor, e por isso precisa ser bem delineado, sobre todas etapas e percursos, pois uma de suas características principais é a possibilidade de sua reprodução por outros investigadores.

Sendo assim, partindo dessa perspectiva metodológica, o TCC foi desenhado a partir de uma autorreflexão acerca de quais tipos de materiais deveriam ser utilizados no processo analítico da investigação e que conseguiriam responder o problema levantado pela pesquisa, confirmando ou não a hipótese do estudo. Diante desse contexto, decidiu-se por aqueles artigos

⁵ A Revisão Meta Análise pode ser compreendida por um apanhado quantitativo do desfecho de vários estudos iniciais que aplica modelos estatísticos, aprimorando a assertividade e a validade das buscas da pesquisa (WHITEMORE; KNAFL, 2005).

⁶ A Revisão qualitativa pode ser compreendida como um método que sintetiza “os achados de estudos qualitativos individuais, transformando-os em ferramentas para a construção de novas teorias” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 126).

⁷ A Revisão integrativa, por sua vez, pode ser compreendida pela sistematização do conhecimento científico, que integra opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

que estavam inseridos em uma plataforma de periódicos que fosse reconhecida do ponto de vista acadêmico da EF e que concentrasse um número expressivo de publicações.

Para dar prosseguimento a essa investigação, adotou-se o software *Harzing's Publish or Perish*, um programa que realiza um vasto levantamento de artigos científicos em diferentes bases e plataformas de periódicos acadêmicos. Ele utiliza uma variedade de fontes de dados online para obter as citações brutas, analisa-as e calcula uma série de métricas de citações, incluindo o número de artigos, o total de citações e o índice *index*. Os resultados ficam disponíveis dentro da pesquisa realizada no software e podem ser copiados para a área de transferência do Windows ou MacOS (para colar em outros aplicativos) ou salvos em vários formatos de arquivo de texto (para futura referência ou análise posterior). Além disso, o *Harzing's Publish or Perish* inclui um arquivo de ajuda detalhado com dicas de pesquisa e informações adicionais sobre as métricas de citação (HARZING, A.W., 2007).

O *Harzing's Publish or Perish* utiliza de 7 bases de dados diferentes onde são realizadas as buscas, são elas: 1) *CrossRef*; 2) *Google Scholar*; 3) *Google Scholar Profile*; 4) *PubMed*; 5) *Microsoft Academic*; 6) *Scopus* e; 7) *Web of Science*. Para isso, o (a) pesquisador (a) tem a opção de selecionar apenas uma ou mais de uma dessas bases simultaneamente. No quadro a seguir apresenta-se uma descrição detalhada sobre tais bases de dados:

Quadro 1 – As bases de dados do *Harzing's Publish or Perish*

BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO
CrossRef	É uma agência de registro oficial do identificador do objeto digital (DOI). É administrado pela Publishers International Linking Association Inc. Foi lançado no início de 2000.
Google Scholar	É um mecanismo virtual de pesquisa de livre acesso que organiza e lista textos completos ou metados da literatura acadêmica em uma extensa variedade de formatos de publicação. Foi lançado em uma versão beta em 2004, inclui a maior parte de revistas e livros online revisados por pares, artigos de referência, pré-impressões, teses e dissertações, resumos, relatórios técnicos e outras literaturas acadêmicas.
Google Scholar Profile	É uma ferramenta do Google Scholar que permite ao usuário a criação de um perfil. Ele fornece uma maneira simples para os autores exibirem suas publicações acadêmicas. Pode ser verificado quem está citando seus artigos, fazer gráficos de citações ao longo do tempo e calcular várias métricas de citações.
PubMed	É uma plataforma de busca da <i>National Library of Medicine</i> (NLM), que reúne registros das bases de dados MEDLINE (principal base produzida pela NLM) e

	registros únicos PubMed. Assim, essa plataforma disponibiliza outros tipos de registros além do MEDLINE, ainda que em menor proporção, são eles: registros no modelo pré-print ainda não indexados no MEDLINE; registros de artigos de periódicos da coleção do PubMed Central e artigos não indexados de autores que receberam financiamento de agências americanas. MEDLINE tem em torno de 4800 revistas publicadas aos Estados Unidos e em mais de 70 países de todo mundo desde 1966 até a atualidade.
Microsoft Academic	É um mecanismo de pesquisa público gratuito para as publicações e literatura acadêmica, desenvolvido pela Microsoft Research. Relançada em 2016, a ferramenta apresenta uma estrutura de dados e mecanismo de pesquisa totalmente novos usando tecnologias de pesquisa semântica.
Scopus	É um banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos. Abrange cerca de 19,5 mil títulos de mais de 5 mil editoras internacionais, incluindo a cobertura de 16.500 revistas peer-reviewed nos campos científico, técnico, e de ciências médicas e sociais (incluindo as artes e humanidades).
Web of Science	É um site que fornece acesso baseado em assinatura a vários bancos de dados que fornecem dados abrangentes de citações para muitas disciplinas acadêmicas diferentes.

Fonte: *Harzing's Publish or Perish*

Conforme exposto na discussão inicial e de acordo com os objetivos propostos por este estudo, o interesse empreendido voltou-se para a produção científica inserida na base de dados PubMed.

O PubMed é um recurso gratuito que, de acordo seus princípios existenciais, visa apoiar a busca e a seleção de literatura biomédica e de ciências da vida, com o objetivo de melhorar a saúde coletiva das populações e das pessoas.

A base de dados PubMed contém, atualmente, mais de 33 milhões de citações e resumos de literaturas de áreas biomédicas. Disponível ao público online desde 1996, o PubMed foi desenvolvido e é mantido pelo *National Center for Biotechnology Information* (NCBI), na *U.S National Library of Medicine* (NLM), localizado no *National Institutes of Health* (NIH).

As citações no PubMed derivam, principalmente, das áreas de conhecimento que perpassam pela biomedicina, saúde, ciências da vida e comportamentais, bioengenharia, entre outras que dialogam e se relacionam diretamente com elas. Para facilitar a pesquisa do usuário, o PubMed utiliza-se de diferentes recursos de literatura da Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA (NLM), que são:

Quadro 2 – Recursos de pesquisa no PubMed

RECURSO	DESCRIÇÃO
MEDLINE	É o maior componente do PubMed e consiste principalmente em citações de periódicos selecionados para MEDLINE, artigos indexados com MeSH (Medical Subject Headings) e curadoria com financiamento, genética, química e outros metadados.
PubMed Central (PMC)	As citações de artigos do PubMed central (PMC) constituem o segundo maior componente do PubMed. O PMC é um arquivo de texto completo que incluem artigos de periódicos revisados e selecionados pelo NLM para arquivamento, bem como artigos individuais coletados para arquivamento em conformidade com as políticas do financiador.
Bookshelf	O componente final do PubMed são as citações de livros e alguns capítulos individuais disponíveis no Bookshelf. O Bookshelf é um arquivo de texto completo de livros, relatórios, banco de dados e outros documentos relacionados às ciências biomédicas, de saúde e da vida.

Fonte: PubMed

A partir do momento em que a ideia central da pesquisa de TCC foi definida, logo começou a refletir sobre quais palavras seriam utilizadas como descritores de busca no PubMed, levando em consideração publicações que ocorreram entre janeiro de 2000 até abril de 2022. Seguindo os preceitos estabelecidos no objetivo do estudo acerca da relação entre a EF e a maconha, decidiu-se pelo uso de descritores que combinavam duas palavras específicas empregues seja no título e/ou enquanto palavras-chave. Os descritores escolhidos buscaram alcançar a produção acadêmica da EF referente ao tema nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

As palavras “Maconha”, “Cannabis” e “Marihuana” foram empregues com diferentes palavras que remetem à área da EF e nos três idiomas mencionados: Educação Física, Atividade Física e Esporte. A palavra “Cannabis” foi empregue nos três idiomas, pelo fato de ser o nome científico da planta. Como resultado, apresenta-se a seguir, no Quadro 3, os descritores utilizados na busca e suas diferentes possíveis combinações:

Quadro 3 – Descritores e suas possíveis combinações

Combinações	Título	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2
1	<i>Cannabis; Physical Education</i>		
2	<i>Cannabis; Physical Activity</i>		
3	<i>Cannabis; Sport</i>		

4	<i>Cannabis; Educação Física</i>	
5	<i>Cannabis; Atividade Física</i>	
6	<i>Cannabis; Esporte</i>	
7	<i>Cannabis; Educación Física</i>	
8	<i>Cannabis; Actividad Física</i>	
9	<i>Cannabis; Deporte</i>	
10	<i>Cannabis</i>	<i>Physical Education</i>
11	<i>Cannabis</i>	<i>Physical Activity</i>
12	<i>Cannabis</i>	<i>Sport</i>
13	<i>Cannabis</i>	<i>Educação Física</i>
14	<i>Cannabis</i>	<i>Atividade Física</i>
15	<i>Cannabis</i>	<i>Esporte</i>
16	<i>Cannabis</i>	<i>Educación Física</i>
17	<i>Cannabis</i>	<i>Actividad Física</i>
18	<i>Cannabis</i>	<i>Deporte</i>
19	<i>Physical Education</i>	<i>Cannabis</i>
20	<i>Physical Activity</i>	<i>Cannabis</i>
21	<i>Sport</i>	<i>Cannabis</i>
22	<i>Educação Física</i>	<i>Cannabis</i>
23	<i>Atividade Física</i>	<i>Cannabis</i>
24	<i>Esporte</i>	<i>Cannabis</i>
25	<i>Educación Física</i>	<i>Cannabis</i>
26	<i>Actividad Física</i>	<i>Cannabis</i>
27	<i>Deporte</i>	<i>Cannabis</i>
28		<i>Cannabis Physical Education</i>
29		<i>Cannabis Physical Activity</i>
30		<i>Cannabis Sport</i>
31		<i>Cannabis Educação Física</i>
32		<i>Cannabis Atividade Física</i>
33		<i>Cannabis Esporte</i>
34		<i>Cannabis Educación Física</i>
35		<i>Cannabis Actividad Física</i>
36		<i>Cannabis Deporte</i>
37	<i>Maconha; Educação Física</i>	
38	<i>Maconha; Atividade física</i>	
39	<i>Maconha; Esporte</i>	
40	<i>Maconha</i>	<i>Educação Física</i>
41	<i>Maconha</i>	<i>Atividade Física</i>
42	<i>Maconha</i>	<i>Esporte</i>
43	<i>Educação Física</i>	<i>Maconha</i>
44	<i>Atividade Física</i>	<i>Maconha</i>
45	<i>Esporte</i>	<i>Maconha</i>
46		<i>Maconha Educação Física</i>
47		<i>Maconha Atividade Física</i>

48		<i>Maconha</i>	<i>Esporte</i>
49	<i>Marihuana; Educación Física</i>		
50	<i>Marihuana; Actividad Física</i>		
51	<i>Marihuana; Deporte</i>		
52	<i>Marihuana</i>	<i>Educación Física</i>	
53	<i>Marihuana</i>	<i>Actividad Física</i>	
54	<i>Marihuana</i>	<i>Deporte</i>	
55	<i>Educación Física</i>	<i>Marihuana</i>	
56	<i>Actividad Física</i>	<i>Marihuana</i>	
57	<i>Deporte</i>	<i>Marihuana</i>	
58		<i>Marihuana</i>	<i>Educación Física</i>
59		<i>Marihuana</i>	<i>Actividad Física</i>
60		<i>Marihuana</i>	<i>Deporte</i>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Depois de realizada a busca e com as diferentes combinações acima mencionadas, o resultado de trabalhos totais encontrados foi de 438 trabalhos, conforme na tabela 1.

Tabela 1 – Combinações de palavras e número de artigos encontrados

COMBINAÇÕES DE PALAVRAS	Nº
<i>Cannabis [palavra-chave]; physical activity [palavra-chave]</i>	168
<i>Cannabis [palavra-chave]; physical education [palavra-chave]</i>	89
<i>Cannabis [palavra-chave]; sport [palavra-chave]</i>	73
<i>Cannabis [título]; physical activity [palavra-chave]</i>	43
<i>Cannabis [título]; sport [palavra-chave]</i>	25
<i>Cannabis [título], physical education [palavra-chave]</i>	22
<i>Cannabis [palavra-chave]; sport [título]</i>	11
<i>Cannabis [palavra-chave]; physical activity [título]</i>	7
<i>Demais combinações</i>	0
Total	438

Fonte: produzida pelo autor do estudo.

Na continuidade da investigação, realizou-se um processo de limpeza do banco de dados dos artigos encontrados, com o objetivo de verificar duplicidades e possíveis erros, como, por exemplo, publicações que, no final de contas, não tinha relação com o objetivo deste estudo ou que não estavam disponíveis em sua integralidade.

Após o processo de limpeza e o emprego dos critérios de inclusão e exclusão sobre a leitura realizada dos resumos, o banco de dados se constituiu, ao final, com 68 artigos. Em

seguida, construiu-se uma planilha, conforme exposto no anexo A, objetivando a organização do trabalho, de suas próximas etapas e para facilitar a leitura dos dados produzidos pela pesquisa.

Os artigos que compuseram o banco de dados da pesquisa foram enumerados e elencados cada um numa linha da planilha a partir da data de publicação. As colunas, por sua vez, indicavam: 1) Número do artigo; 2) Ano; DOI; 3) Autor (a) ou autores (as); 4) Título do artigo; 5) Ano de publicação e; 6) Periódico da publicação.

Após a construção do banco de dados, realizou-se, conforme será exposto no próximo capítulo, uma análise descritiva geral dos resultados encontrados, com a construção de categorias analíticas a partir das informações levantadas em cada artigo, e, posteriormente, guiado pela literatura exposta no primeiro capítulo do TCC, uma análise crítica sobre as informações obtidas com a análise descritiva da pesquisa.

3. ANÁLISE DESCRITIVA E CRÍTICA DOS RESULTADOS

3.1 *Análise descritiva dos resultados*

Como o objetivo deste estudo tem a ver com o mapeamento e a compreensão da produção científica da EF que tem a maconha como parte de seu objeto de pesquisa, na construção da análise descritiva foi realizada uma síntese analítica dos artigos visando demonstrar quais foram os objetivos e os resultados apresentados em cada uma das publicações que compuseram o banco de dados analisado. Conforme veremos na exposição dos dados, a numeração dos artigos no texto seguiu a mesma identidade numérica dada aos artigos no banco de dados, conforme está no anexo A.

Já no processo de análise do banco de dados, com todos os 68 artigos obtidos, realizou-se uma divisão de temáticas que se constituíram em cinco categorias analíticas, sendo elas: 1) Maconha e Práticas Corporais; 2) Maconha e Aspectos Fisiológicos; 3) Maconha e *Doping*; 4) Maconha e Redução de Danos; e, por fim, 5) Maconha e Saúde Mental.

Tabela 2: Quantidade de artigos por categorias analíticas

Categoria analítica	Quantidade de artigos
<i>Maconha e Práticas Corporais</i>	34
<i>Maconha e Aspectos Fisiológicos</i>	18
<i>Maconha e Doping</i>	8
<i>Maconha e Redução de Danos</i>	7
<i>Maconha e Saúde Mental</i>	1
Total	68

Fonte: produzida pelo autor do estudo.

Maconha e Práticas Corporais

Na primeira categoria analítica, Maconha e Práticas Corporais, reuniu-se todos aqueles artigos que de algum modo correlacionavam o uso dessa substância com a realização de práticas corporais diversas. Nessa categoria foram situados, ao todo, 34 estudos, que, por sua vez, foram divididos em outras 7 subcategorias, a saber: a) Práticas corporais e prevalência do uso de substâncias (6 artigos); b) Práticas corporais, uso de substâncias e sedentarismo (7 artigos); c) Práticas corporais, uso de substâncias e mudanças comportamentais (10 artigos); d) Práticas corporais, uso de substâncias e nível de atividade física (1 artigo); e) Práticas corporais, uso de substâncias e COVID-19 (3 artigos); f) Práticas corporais, uso de substâncias e suas consequências (4 artigos) e, por fim; g) Práticas corporais, uso de substâncias e intensidades (3 artigos).

Na primeira subcategoria, denominada “Práticas corporais e prevalência do uso de substâncias”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas:

Quadro 4: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais e prevalência de uso de substâncias

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
1	<p>Neste artigo foi realizado uma avaliação entre o uso de maconha e a prática desportiva entre estudantes de uma escola da região de Midi Pyrénées, em Andorra, na França. Do total da amostra analisada, tem-se que 28% dos meninos e 19% das meninas declararam já ter consumido maconha. Entre os estudantes que praticam atletismo, esse consumo potencial atingiu 28,6% dos meninos e 19,6% das meninas. Além disso, 1,2% dos estudantes praticantes de atletismo (n=7) declararam já ter consumido maconha durante a prática do esporte em clubes ou competições. Entre os meninos, esse consumo potencial aumentou com a idade; foi menor entre os alunos não atletas e os mais esportistas; mas foi maior entre os praticantes de esporte individual "X-treme" (50% neste grupo versus 26% entre os atletas praticantes de esportes coletivos). O consumo potencial de maconha também foi maior entre os atletas que declararam praticar algum tipo de esporte por busca de emoções e não por conta de benefícios à saúde, mas que consideravam que o esporte poderia envolver riscos (PILLARD et al., 2001);</p>
18	<p>Neste artigo foi avaliado a prevalência do uso de substâncias ilícitas entre atletas australianos de elite, com foco em diferentes substâncias (maconha, ecstasy, metanfetamina/anfetamina, cocaína, GHB e cetamina). Da amostra geral, tem-se que 16% dos atletas acreditavam que havia uma droga usual em seu esporte e que gerava preocupação, sendo indicados, principalmente, o ecstasy, a cocaína e o álcool. O estudo constatou também que um terço da amostra de atletas, cerca de 33%, recebeu ou teve a oportunidade de usar uma substância ilícita no último ano referente ao estudo, apesar disso, os dados apontam que houve um baixo índice de uso. Apesar da discussão da mídia sobre o uso de álcool no esporte, o álcool foi indicado como uma substância preocupante apenas por uma pequena proporção de atletas estudados (DUNN et al., 2011);</p>
29	<p>Investigou-se neste estudo, por meio de uma revisão sistemática, a prevalência do uso de maconha entre atletas. Em oposição aos padrões de uso da população geral, os resultados apontaram que a maconha ocupa o lugar do tabaco e, com isso, é a segunda substância mais utilizada pelos atletas, depois do álcool. Ao contrário da imagem de que os atletas não usam substâncias psicoativas, esta revisão sugere que vários subgrupos de atletas correriam maior risco por uso de maconha (BRISOLA-SANTOS et al., 2016);</p>

35	<p>Neste artigo foi realizada uma revisão da prevalência, padrões de uso, fatores de risco, efeitos no desempenho e tipos de intervenção para todas as classes de substâncias recreativas e que melhoram o desempenho em atletas de elite por esporte, etnia, país e gênero. Álcool, maconha, tabaco (nicotina), opioides e estimulantes prescritos são as substâncias mais comumente usadas em atletas de elite, mas geralmente usadas em taxas menores do que em não atletas. Em contraste, as taxas de uso/uso indevido de álcool em festas, tabaco oral, opioides sem prescrição e esteroides anabólicos androgênicos são maiores entre atletas do que não atletas, especialmente em esportes de força e colisão. Maconha e canabinóides parecem ter substituído a nicotina como a segunda substância mais usada. O uso de substâncias em atletas de elite varia de acordo com o país, etnia, gênero, esporte e nível competitivo (MCDUFF et al., 2019);</p>
37	<p>Analisou-se neste artigo o consumo de substâncias por professores de dança, bem como determinar as variáveis influenciadoras em função de sua função de modelo (escolaridade, prevalência de lesões, IMC e renda). A maioria dos professores de dança fez uso único ou ocasional das substâncias testadas. A maconha foi a substância mais consumida com prevalência de até 40,1%. Apenas algumas diferenças significativas específicas de gênero foram observadas. Houve fracas correlações específicas de gênero entre o consumo de substâncias e nível educacional e renda ou lesões. Devido ao estresse ocupacional específico a que os professores de dança estão expostos, seria concebível o uso de substâncias. No entanto, com exceção da maconha, o consumo de substâncias psicoativas em professores de dança parece ser insignificante (WANKE et al., 2019);</p>
58	<p>Realizou-se neste artigo uma revisão na literatura, narrativa, com o objetivo de investigar quais substâncias psicotrópicas são as mais utilizadas entre atletas de elite. Dentro dessa categoria, foram incluídos álcool, nicotina, substâncias ilícitas e medicamentos prescritos. O resultado foi que as substâncias psicoativas mais utilizadas entre os atletas de elite foram álcool, nicotina, maconha, estimulantes e opioides (EXNER et al., 2021);</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na segunda subcategoria, denominada “Práticas corporais, uso de substâncias e sedentarismo”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas.

Quadro 5: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e sedentarismo

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
---------------------	--------------------------

28	<p>Neste estudo realizou-se uma avaliação sobre a associação entre autorrelatos de atividade física no lazer, comportamento sedentário e uso de álcool, tabaco e maconha entre adolescentes. A frequência de tabagismo diário foi significativamente associada à atividade física no lazer, enquanto o uso de álcool e maconha não. Usar o computador ≥ 2 horas por dia foi positivamente associado ao tabagismo diário, consumo de álcool no último mês, consumo excessivo de álcool no último mês e alguma vez estar intoxicado, enquanto o uso de maconha não. Esses achados sugerem que a atividade física no lazer está associada ao tabagismo diário; e o comportamento sedentário no lazer está associado ao uso de álcool e tabaco entre adolescentes (LESJAK; STANOJEVIĆ-JERKOVIĆ, 2015);</p>
36	<p>Neste artigo, explorou-se a associação entre o uso de maconha e o comportamento sedentário nos momentos que seriam para o lazer. O resultado apontou que, entre os 94.035 adolescentes participantes da pesquisa, 26,6% apresentaram prevalência de comportamento sedentário no lazer elevado. E destes, 2,8% usaram maconha pelo menos uma vez nos últimos 30 dias. Os achados do estudo sugerem que o uso frequente de maconha está associado a maiores chances de ser mais sedentário na adolescência (VANCAMPFORT et al., 2019);</p>
42	<p>Neste artigo, apresentou-se o resultado de um estudo on-line que buscou analisar atitudes e comportamentos em relação ao uso de maconha com exercícios entre usuários adultos que vivem em Estados dos EUA com acesso legal. Os resultados indicaram que a maior parte dos participantes (81,7%) endossou o uso de maconha concomitantemente com o exercício, e aqueles que o fizeram eram de perfil mais jovens e do sexo masculino. Mesmo depois de controlar essas diferenças, os usuários relataram praticar mais minutos de exercícios aeróbicos e anaeróbicos por semana. Além disso, a maioria dos participantes que endossaram o uso de maconha pouco antes/depois do exercício relataram que isso aumenta o prazer e a recuperação do exercício, e aproximadamente metade relatou que aumenta sua motivação para o exercício (YORKWILLIAMS et al., 2019);</p>
52	<p>Neste artigo, realizou-se uma investigação com objetivo de identificar se o uso de maconha impactou os resultados de uma intervenção para aumentar a atividade física em adultos sedentários com mais de 60 anos. O IMC dos usuários de maconha foi significativamente menor do que os não usuários. Os usuários de maconha relataram 0,70 dias a mais de exercício, no Stanford 7-Day Physical Activity Recall, do que os não usuários, no período de 8 semanas e foram 4,1 pontos mais altos na subescala de exercícios, do Community Healthy Activities Model Program, para idosos, em 16 semanas. Nem a aptidão inicial, nem a pós-intervenção diferiram pelo status de uso de maconha e a aptidão cardiovascular melhorou após a intervenção na amostra completa. Esses dados preliminares sugerem que o status atual de uso de maconha não está associado a um impacto negativo na aptidão física e nos esforços para aumentar o exercício em idosos sedentários (YORKWILLIAMS et al., 2020);</p>

60	<p>Este estudo teve o objetivo de analisar as associações gerais e específicas do gênero entre o uso de maconha, atividade física e comportamento sedentário. Chances significativamente mais altas foram encontradas para ser um indivíduo ativo para quem já fez uso de maconha.</p> <p>Em relação ao comportamento sedentário, o uso de maconha foi associado a maiores chances para assistir TV ≥ 2 h/dia, na amostra geral, essa associação foi observada apenas no sexo masculino. O uso de maconha foi associado ao tempo total sentado, que foi mais evidente no sexo feminino. O consumo de maconha foi associado a maiores níveis de atividade física e tempo sentado (SMITH et al., 2021);</p>
61	<p>Neste estudo, explorou-se a relação entre o uso de maconha e o comportamento sedentário/atividade física usando medidas objetivas. Modelos de regressão indicaram que o comportamento sedentário, medido por acelerômetro, dos usuários atuais de maconha não diferiu significativamente dos usuários não atuais. Usuários frequentes de maconha se envolveram em mais atividade física do que usuários não atuais. Usuários leves de maconha tiveram maiores chances de autorrelato de atividade física em comparação com usuários não atuais (ONG et al., 2021);</p>
67	<p>Neste artigo, realizou-se uma investigação para saber se o uso de tabaco e/ou maconha moderou as associações entre atividade física, chances de beber e uso de bebidas alcoólicas, durante a semana. O uso de maconha ou tabaco enfraqueceu as associações positivas, significativas, entre atividade física total e horas/semana de atividade física moderada a vigorosa, recreativa, autorrelatadas, sobre as chances de beber (ORs = 0,978 e 0,967, respectivamente), de modo que o efeito foi negativo ou nulo ao usar maconha ou tabaco, respectivamente. Maior atividade física total e horas/semana de atividade física moderada a vigorosa, com base em dispositivos, foram associados ao consumo de mais bebida, durante a semana. O uso de tabaco enfraqueceu a associação entre atividade física moderada a vigorosa, baseada em dispositivos e bebidas alcoólicas/semana (IRR = 0,934, IC 95%: [0,888, 0,982]). O uso de maconha e tabaco enfraqueceu a associação entre atividade física e uso de álcool (COURTNEY et al., 2022).</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na terceira subcategoria, denominada “Práticas corporais, uso de substâncias e mudanças comportamentais”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas.

Quadro 6: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e mudanças comportamentais

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
---------------------	--------------------------

2	<p>Neste estudo, buscou-se aumentar a compreensão da relação entre atividades esportivas, uso de álcool, cigarro e maconha entre adolescentes (n=10.807), examinando gênero, idade e contexto da prática esportiva e realizada na França. Os achados demonstraram uma curva em forma de U entre a intensidade das atividades físicas e o uso de substâncias lícitas e ilícitas, mostrando-se não ser sistemática. Dependia principalmente do produto e do nível de uso. Ela só permaneceu significativa para meninos e que faz o uso pesado de tabaco, uma vez que o efeito de gênero e idade foram levados em consideração. A relação entre uso de drogas e atividade esportiva também depende do tipo de esporte (PERETTI-WATEL et al., 2002);</p>
4	<p>Neste artigo, buscou-se entender a relação entre atividade esportiva, uso de álcool, cigarro e maconha, por adolescentes e adultos jovens, com foco em atletas estudantes de elite. Os resultados encontrados indicaram que a prevalência do uso de cigarro, álcool e maconha foi marcadamente mais baixas para estudantes atletas de elite do que para os outros adolescentes (geralmente 2 ou 3 vezes mais baixas). Entre os estudantes atletas de elite, quando comparados com a prática de um esporte individual, a prática de esporte coletivo correlacionou-se positivamente com o uso de álcool (OR = 2,7 para meninas, OR = 1,8 para meninos) e a prática de um esporte de deslizamento correlacionou-se positivamente com uso de maconha (para meninas: OR = 2,3) e com uso de álcool (para meninos: 4,3). As meninas que entraram em competição, em nível internacional, foram mais propensas a fumar cigarro e maconha (OR = 6,1 e 2,4, respectivamente). Como um todo, a prática esportiva como estudante-atleta de elite pode ser considerada correlacionada negativamente com o uso de cigarro, álcool e maconha. No entanto, essa relação depende do tipo de esporte praticado, bem como o nível de competição (PERETTI-WATEL et al., 2003);</p>
11	<p>Este estudo, preocupou-se em analisar se a participação em esportes organizados, durante a adolescência, prediz o aumento do tabagismo, intoxicação por álcool e uso de maconha, mais especificamente, ao final da adolescência até a idade adulta. Além disso, se o aumento no consumo de drogas varia de acordo com o tipo de esporte, habilidades principais necessárias e nível de competição. Os achados sugeriram que as análises da curva de crescimento latente indicaram que o nível inicial de participação em esportes organizados predisse o crescimento da intoxicação alcoólica. Aqueles envolvidos inicialmente em esportes coletivos tiveram maior tendência por intoxicação por álcool, porém, menor tendência para o uso e tabaco e maconha, isso em comparação para os envolvidos em esportes técnicos ou de força. A prática de esportes de resistência previu um crescimento reduzido na intoxicação alcoólica e no uso de tabaco. A participação esportiva, na adolescência, e a participação em esportes coletivos, em particular, pode aumentar as chances do abuso de bebida alcoólica, durante o final da adolescência e início da idade adulta, enquanto a participação em esportes coletivos e esportes de resistência pode reduzir o uso de tabaco e maconha (WICHSTRØM; WICHSTRØM, 2009).</p>
21	<p>Este estudo foi realizado com adolescentes, com idade de 15 anos, da Finlândia. Com o objetivo de investigar as associações entre atividade física e o padrão de comportamento de risco à saúde, composto por tabagismo, álcool, tabaco, maconha e uso de preservativo, levando em consideração suas aspirações educacionais e afliência familiar. Os resultados do estudo foram que os meninos eram, significativamente, fisicamente mais ativos e usavam álcool, maconha e tabaco com mais frequência do que as meninas. As meninas usaram preservativo em sua última relação sexual, com menos frequência do que os meninos. A atividade física não foi significativamente associada ao comportamento de saúde, de baixo risco, enquanto as aspirações educacionais para o ensino superior mostraram a associação mais forte (VUORI et al., 2021);</p>

22	<p>Este estudo teve como objetivo mensurar as associações da atividade física e um dos seus componentes, esporte e exercício, com o uso de substâncias, denominadas de risco, em uma população de homens jovens. O resultado indicou que no início do estudo, a regressão logística indicou, que o esporte e exercício estão negativamente associados ao uso de risco de maconha. Foi obtida associação positiva entre atividade física e uso risco por álcool. No início do estudo, o esporte e o exercício foram negativamente associados ao uso de risco de cigarros e maconha, no acompanhamento. Ajustada para esporte e exercício, a atividade física foi positivamente associada ao uso de risco de cigarros e maconha. A conclusão do artigo foi, que o esporte e o exercício estão transversal e longitudinalmente associados a uma baixa prevalência de uso de risco de cigarro e maconha. Este efeito protetor não foi observado para atividade física amplamente definida (HENCHOZ et al., 2014);</p>
25	<p>Neste artigo, desenvolve-se uma revisão sistemática, de 17 estudos longitudinais, que examinaram a relação entre a participação esportiva, o uso de álcool e drogas entre adolescentes. Os resultados indicaram que a participação esportiva está associada ao uso de álcool, com 82% (14/17) dos estudos incluídos, mostrando uma relação positiva significativa. A participação esportiva, no entanto, parece estar relacionada à redução do uso de drogas ilícitas, especialmente, o uso de drogas não relacionadas à maconha. Dos estudos analisados, 80% encontraram participação esportiva associada à diminuição do uso de drogas ilícitas, enquanto 50% dos estudos encontraram associação negativa entre participação esportiva e uso de maconha. Investigações posteriores revelaram que a participação em esportes reduziu o risco geral de uso de drogas ilícitas, mas, particularmente, durante o ensino médio, sugerindo que este pode ser um período crítico para reduzir ou prevenir o uso de drogas pelo esporte (KWAN et al., 2014);</p>
33	<p>Neste trabalho, analisou-se o envolvimento em atividades esportivas, que promovem comportamentos de risco por meio de mecanismos físicos e sociais, em adolescentes canadenses. A força e a direção da relação entre esporte e o uso de substâncias variaram de acordo com o gênero e a substância, com a participação em esportes coletivos associada ao aumento do consumo excessivo de álcool (com razão de incidência [RI] 1,33 para meninos e 1,21 para meninas) e uso de tabaco sem fumaça (RI 1,68 para meninos e RI 1,32 para meninas), mas com menores prevalências de uso de maconha (RI 0,73) e cigarro de tabaco (RI 0,79) apenas para meninas. Também foi comparado atletas de esportes coletivos com alto envolvimento social e envolvimento físico com aqueles com baixo envolvimento. Para os meninos, a combinação de alto envolvimento físico e alto envolvimento social foi associada ao maior risco, enquanto o alto envolvimento social, sozinho, foi associado ao maior risco para as meninas (BOYES et al., 2017);</p>
38	<p>Este estudo examinou a prevalência de participação em esportes coletivos e associações longitudinais com comportamentos relacionados a saúde entre meninas adolescentes canadenses. Os desfechos do estudo foi que a prevalência de participação em esportes de equipe diminuiu em média 38,4% entre as 9ª e 12ª série. As proporções de participantes que foram categorizados como consistentes, intermitentes e não participantes foram de 25,7%, 36,4% e 37,9%, respectivamente. Comparadas as não participantes, as participantes consistentes relataram declínio significativamente maior na atividade física moderada a vigorosa e aumento nas chances de se tornarem usuárias mais frequentes de maconha e bebedoras compulsivas. A participação de meninas em esportes coletivos não teve associação longitudinal, significativa, com comportamentos alimentares e tabagismo (LAU et al., 2019);</p>

44	<p>Este artigo desenvolveu uma revisão sistemática, que fez uma associação entre comportamentos de movimento (atividade física e comportamento sedentário) e substâncias frequentemente usadas (álcool e maconha) entre adolescentes e adultos emergentes, visando intervenções para mudança de comportamento. O resultado apontou que a atividade física foi positivamente associada ao uso de álcool, entre os adultos emergentes, mas a literatura foi mista entre os adolescentes. O comportamento sedentário foi positivamente associado ao uso de álcool e maconha entre adolescentes, mas a evidência foi limitada entre os adultos emergentes. A atividade física está ligada ao maior uso de álcool, entre os adultos emergentes. Enquanto os estudos existentes demonstram que o comportamento sedentário pode servir como um marcador de risco para o uso de álcool e maconha entre adolescentes (WEST et al., 2020);</p>
48	<p>Neste artigo, investigou-se a associação entre a participação em esportes escolares e o comportamento do uso de substâncias, em estudantes do ensino médio, de ambos os sexos. Chegou-se aos resultados que 55% dos alunos não praticavam nenhum esporte escolar e 32% relataram o uso de substâncias. Os esportes recreativos foram negativamente associados ao uso de maconha e cigarro entre todos os estudantes e o uso de cigarro eletrônico entre as mulheres. Os esportes universitários foram associados a menores chances de uso de cigarro entre todos os estudantes e uso de maconha entre os homens. Em contraste, a participação em esportes universitários foi associada a maiores chances de consumo excessivo de álcool e uso de cigarro eletrônico entre todos os alunos. A participação em esportes recreativos e do time do colégio foi associada a maiores chances de consumo excessivo de álcool e uso de cigarros eletrônicos, mas com diminuição das chances de uso de maconha e uso de cigarros. Os jogos recreativos foram considerados protetores contra o uso de maconha e cigarro entre todos os estudantes e o uso de cigarro eletrônico entre as mulheres. Embora os esportes universitários fossem protetores contra o uso de maconha e cigarro, eles foram considerados um fator de risco para o consumo excessivo de álcool e o uso de cigarros eletrônicos (WILLIAMS et al.,2020);</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na quarta subcategoria, denominada “Práticas corporais, uso de substâncias e nível de atividade física”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas.

Quadro 7: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e nível da atividade física

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
---------------------	--------------------------

40	<p>Este estudo fez uma análise da co-concorrência de álcool, maconha e tabaco entre um grande corte de alunos, da 12ª série no Canadá, e explorou se a idade de início de uso dessas substâncias estava associada a atividade física moderada a vigorosa, tempo de tela e IMC. Os achados apontam que a co-concorrência mais comum foi que os alunos relataram ter experimentado as três substâncias (27%). A idade mais jovem do primeiro uso de álcool foi associada ao aumento da atividade física moderada a vigorosa no 12º ano. O início precoce da maconha e do tabaco foi associado ao aumento do tempo de tela no 12º ano. A idade do primeiro uso de álcool, maconha e tabaco não foram associados ao IMC na 12ª série. O estudo indica que para cada ano que o uso de tabaco e maconha é atrasado entre as crianças, há reduções subsequentes no tempo de tela na 12ª série. O início do uso do álcool foi associado ao aumento da atividade física moderada a vigorosa no grau 12. O início precoce do álcool, maconha e tabaco não foram associados ao IMC no grau 12 (WILLIAMS et al., 2019).</p>
-----------	---

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na quinta subcategoria, denominada “Práticas corporais, uso de substâncias e COVID-19”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas.

Quadro 8: Síntese analítica da subcategoria Práticas corporais, uso de substâncias e COVID-19

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
54	<p>Neste trabalho, elaborou-se uma comparação entre o uso de substâncias e os comportamentos de atividade física, de adolescentes, antes e depois das restrições de permanência em casa, por causa da pandemia da Covid-19. Dos 1.423 (n) adolescentes inscritos no início do estudo, 1.006 completaram 6 meses de acompanhamento (623 [62%] eram do sexo feminino e 492 [49%] eram brancos não hispânicos). Houve uma diminuição do uso de cigarro eletrônico desde a linha de base, durante o acompanhamento de 6 meses, concluído antes da ordem de restrição (17,3% para 11,3%) e o seguimento de 6 meses concluído após a ordem de restrição também teve um declínio (19,9% para 10,8%), mas a extensão do declínio não diferiu estatisticamente entre os grupos que responderam antes versus após a ordem de permanência em casa. Em contraste, ser fisicamente ativo permaneceu inalterado desde a linha de base, se o acompanhamento foi antes do período de restrição (53,7% para 52,9%), mas diminuiu acentuadamente de linha de base, se o acompanhamento foi após o período de restrição (54% para 38,1%), indicando uma diferença pronunciada na mudança da linha de base, após o período de restrição. No geral, no coorte, o uso relatado de outros tipos de tabaco, maconha e álcool não diferiu significativamente antes e depois do pedido. Neste mesmo coorte, ocorreu uma redução no uso de cigarros eletrônicos, independentemente das restrições de permanência em casa do COVID-19, mas o uso persistente de maconha e álcool sugere a necessidade contínua de prevenção ao uso de substâncias juvenil e apoio à cessação. (CHAFFEE et al., 2021);</p>

55	<p>Neste artigo, desenvolveu-se uma pesquisa on-line, com o objetivo de detectar mudanças no consumo de álcool e maconha, em atletas de elite e fisiculturistas, durante o primeiro bloqueio da Covid-19, na Suíça. Tanto antes do confinamento quanto durante o confinamento, mais fisiculturistas usaram maconha do que atletas de elite e mais atletas de elite beberam álcool em comparação com fisiculturistas. Durante o confinamento, menos atletas ingeriram álcool em comparação com antes, mas aqueles que continuaram bebendo o fizeram em mais dias por semana. Atletas de elite eram mais propensos a aumentar o consumo de álcool, com 17,7 contra 8,2% em fisiculturistas. Quando comparado às medidas pré-bloqueio, o número de atletas que usavam maconha não mudou durante o bloqueio. Apenas três dos 203 atletas de elite relataram usar maconha durante o bloqueio, isso contrasta com 16 de 85 fisiculturistas (IMBODEN et al., 2021).</p>
65	<p>Este estudo, por meio de uma revisão sistemática, investigou as diferenças nos motivos e consequências relacionadas ao uso de álcool e maconha entre os atletas da <i>National Collegiate Athletic Association (NCAA)</i>, em função das características das suas características. Os motivos de consumo social foram mais fortes entre homens e atletas brancos da <i>NCAA</i> e os motivos específicos de atletas foram mais evidentes para homens e atletas em temporada. Os motivos de uso de maconha para reforço positivo e enfrentamento também foram mais fortes durante a temporada. As consequências negativas relacionadas ao álcool foram maiores entre homens, atletas de cor e atletas fora de temporada, embora mulheres e atletas em temporada tenham sofrido mais consequências no desempenho atlético. Dentro do objetivo exploratório, a pesquisa revelou dois estudos que examinaram correlatos psicossociais e os resultados indicam que a busca de sensações, o estresse e o afeto negativo foram associados a mais consequências relacionadas ao álcool (WILLIAMS et al., 2022);</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na sexta subcategoria, denominada “Práticas corporais, uso de substâncias e suas consequências”, tem-se o seguinte artigo e sua respectiva síntese analítica.

Quadro 9: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e suas consequências

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
6	<p>Este estudo investigou a relação entre uso de maconha, prática esportiva e outras atividades de lazer na adolescência, como teste para a teoria sociológica das oportunidades desviantes. Os resultados apontaram que passear e outras atividades orientadas aos pares foram fortemente correlacionados com o uso de maconha, mas essa relação dependeu de quais níveis de uso foram considerados. O uso ocasional foi mais comum entre os entrevistados que participaram de diversas atividades ao ar livre. O uso regular foi associado a um estilo de vida mais seletivo, com foco em passeios musicais e tempo passado na casa de um amigo, à noite. A mudança dos padrões de estilo de vida associados à transição da iniciação para níveis mais elevados de uso pode revelar uma mudança das oportunidades de uso de maconha oferecidas por uma ampla gama de atividades para atividades específicas escolhidas por sua conveniência para o uso de maconha (PERETTI-WATEL et al., 2003);</p>

8	<p>Nesta pesquisa, demonstrou-se a prevalência do consumo de cigarro, álcool e maconha entre os melhores atletas estudantes, do sudeste da França, e a relação da prática rigorosa de esporte e vícios. Os achados indicaram que entre as mulheres, a quantidade e a duração da atividade esportiva que praticavam semanalmente tiveram uma correlação negativa com o tabagismo e o uso ocasional de maconha. Entre os homens, entretanto, foi observada correlação positiva desses fatores para o tabagismo. Outros determinantes do uso de álcool, tabaco e maconha foram o nível de competição atlética e se o atleta praticava um esporte coletivo. Dois grandes fatores de risco para atletas jovens adultos foram a existência de alto sofrimento psíquico (para ambos os sexos) e a falta de apoio familiar (principalmente no caso do sexo masculino) (GUAGLIARDO et al., 2006);</p>
24	<p>Este artigo analisou a prevalência do uso de substâncias entre atletas adolescentes de elite, n = 1.138 (14 a 18 anos), para identificar determinantes relacionados a esse comportamento e comparar com as prevalências dos atletas que não são do grupo de elite. O estudo apontou que 86% haviam consumido álcool pelo menos uma vez, pelo menos 24% fez o consumo excessivo desta substância durante o último mês e esse consumo excessivo foi associado positivamente com a idade, escolaridade, esportes técnicos, escalões inferiores e frequentar internatos. Esse alto consumo foi maior no sexo masculino, nos adolescentes mais velhos e nos esportes técnicos. O tabagismo (3%) e o uso de maconha (3%) foram menos prevalentes. Comparados com atletas não-elite, eles apresentaram comportamento menos arriscado, exceto pelo consumo excessivo de álcool (DIEHL et al., 2014);</p>
63	<p>Neste estudo, avaliou-se as relações entre o uso de maconha e o exercício. Ambos os modelos de efeitos fixos e de efeitos aleatórios foram estimados com inúmeras variáveis de controle, juntamente com medidas binárias e de contagem de exercício. Os resultados mostram que, particularmente para modelos de efeitos fixos, o uso de maconha não está significativamente relacionado ao exercício, contrariando a sabedoria convencional de que os usuários de maconha são menos propensos a serem ativos. De fato, as únicas estimativas significativas sugerem uma relação positiva, mesmo entre usuários mais pesados, nos últimos 30 dias (FRENCH et al., 2021);</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na sétima subcategoria, denominada “Práticas corporais, uso de substâncias e intensidades”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas.

Quadro 10: Síntese analítica da subcategoria: Práticas corporais, uso de substâncias e intensidades

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
---------------------	--------------------------

5	<p>Neste trabalho, desenvolveu-se um estudo que se concentrou na relação entre atividades esportivas e uso de substâncias. O resultado aponta que a atividade esportiva moderada (1-8 horas por semana) é fator protetor contra o tabagismo regular e contra o uso regular de maconha entre os meninos. A atividade esportiva intensa (>8 horas por semana) é fator de risco para o uso de drogas ilícitas (exceto maconha) e drogas para dormir/tranquilizantes apenas entre as meninas. O nível de competição é o fator de risco mais importante para o uso indevido de substâncias tanto em meninos (exceto soníferos/tranquilizantes) quanto em meninas (ARVERS; CHOQUET, 2003).</p>
30	<p>A temática deste estudo explorou a relação entre o uso de maconha e a atividade física recreativa, de padrões moderado a vigoroso, entre os usuários de maconha. A maioria da amostra relatou uso passado de maconha 40,5% (uso anterior aos últimos 30 dias) ou atual 12,6% (>1 dia nos últimos 30 dias). Usuários de maconha apresentaram menor prevalência de atividade física moderada do que nunca usuários (atuais: 51,9%, passados: 50,4%, nunca: 55,3%). Usuários atuais (66,8%) e passados (67,9%) de maconha também apresentaram menor prevalência de atividade física vigorosa do que nunca usuários (71,9%) (VIDOT et al., 2017);</p>
39	<p>Neste estudo, examinou-se a associação entre atividade física (AF) e uso de maconha entre adolescentes de 21 países, de média e baixa renda. Constatou-se que a prevalência geral do uso de maconha no passado (anterior aos últimos 30 dias) e atual (últimos 30 dias) foi de 1% e 2,9%, respectivamente, enquanto a prevalência de atividade física adequada na última semana (7 dias/semana de 60 minutos) foi de 16,6%. A prevalência de níveis adequados de AF para o uso passado e atual de maconha foi de 7,3% e 6,9%, respectivamente. O uso atual e passado de maconha foi associado a uma chance significativa 0,62 e 0,43 vezes menor de atingir níveis adequados de atividade física, respectivamente (ASHDOWN-FRANKS et al., 2019);</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Maconha e Aspectos Fisiológicos

Na segunda categoria analítica, Maconha e Aspectos Fisiológicos, reuniu-se todos aqueles artigos que de algum modo correlacionavam o uso dessa substância com prováveis respostas fisiológicas. Nessa categoria foram situados, ao todo, 18 estudos, que, por sua vez, foram divididos em outras 4 subcategorias, a saber: a) Efeitos do uso de maconha no desempenho físico (8 artigos); b) Efeitos do uso de canabinóides e respostas fisiológicas (6 artigos); c) Uso de maconha e adiposidade corporal (3 artigos) e; d) Uso de maconha e mortalidade no esporte (1 artigo);

Na primeira subcategoria, denominada “Efeitos do uso de maconha no desempenho físico”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas:

Quadro 11: Síntese analítica da subcategoria: Efeitos do uso de maconha no desempenho físico

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANÁLITICA</i>
7	<p>Neste artigo, investigou-se o uso de maconha para melhorar o desempenho esportivo e não esportivo entre estudantes esportistas universitários de seis universidades de ciências do esporte, do sul da França. Os achados apontaram que os homens eram mais propensos a já terem usado maconha para melhorar o desempenho não esportivo, bem como o desempenho esportivo. O modelo de equação simultânea indicou que ambos os tipos de uso de substâncias estimulantes eram endógenos: o uso de maconha para melhorar o desempenho esportivo leva ao uso de maconha para melhorar o desempenho não esportivo e reciprocamente. Além disso, as propriedades relaxantes da maconha podem ser usadas com frequência para melhorar o desempenho. O uso de maconha para melhorar o desempenho esportivo foi positivamente relacionado ao nível competitivo e aos esportes de deslizamento (LORENTE et al., 2005);</p>
26	<p>Neste artigo, analisou-se os estudos existentes e sugestões para direções futuras a respeito da maconha e a ciência do exercício. Existem relatos anedóticos comuns de que a maconha diminui a motivação, incluindo a motivação para o exercício. Por outro lado, também há relatos anedóticos de que a maconha é usada antes da atividade atlética. De fato, a Agência Mundial Antidoping, inclui a maconha como substância proibida no esporte, em parte, porque acredita-se que possa melhorar o desempenho esportivo. No momento atual, há evidências científicas limitadas para apoiar qualquer uma dessas perspectivas leigas opostas. Dadas as recentes tendências políticas, culturais e legais, e a crescente aceitação do uso recreativo de maconha, é importante desenvolver uma compreensão mais sutil da relação entre maconha e exercício, especificamente os efeitos potenciais do uso no desempenho do exercício, motivação e recuperação (GILLMAN et al., 2015);</p>
32	<p>Neste estudo, verificou-se através de uma revisão sistemática as evidências ao efeito da maconha no desempenho do exercício. Nenhum estudo mostrou qualquer melhora no desempenho aeróbico. A asma induzida pelo exercício mostrou ser inibida. Em termos de efeitos prejudiciais, dois estudos descobriram que a maconha precipitou a angina em uma carga de trabalho mais baixa (100% dos indivíduos) e a força provavelmente é reduzida. Alguns indivíduos não conseguiram completar um protocolo de exercícios, devido a reações adversas causadas pela maconha. Uma descoberta importante, relevante para o teste de drogas, foi que o exercício aeróbico mostrou causar apenas aumentos muito pequenos (<1ng/mL) nas concentrações de THC. O THC não melhora o exercício aeróbico ou a força (KENNEDY, 2017);</p>

41	<p>Neste trabalho, investigou-se a influência do uso regular de maconha no desempenho neuropsicológico e se a aptidão aeróbica modera esses efeitos. O aumento no consumo de maconha foi associado à diminuição do desempenho na memória de trabalho e nas tarefas psicomotoras. O alto nível de aptidão aeróbica foi relacionado ao melhor desempenho na memória visual, fluência verbal e habilidade de sequenciamento. A maconha versus VO₂max predisse o desempenho de velocidade psicomotora, memória visual e capacidade de sequenciamento. Após a abstinência monitorada, o aumento do uso de maconha foi associado a um pior desempenho na memória de trabalho e na velocidade psicomotora. O maior nível de condicionamento aeróbico moderou o impacto da maconha na memória visual, função executiva e velocidade psicomotora, pois usuários de maconha mais condicionados demonstraram melhor desempenho em relação aos usuários de baixo condicionamento (WADE et al., 2019);</p>
43	<p>Neste estudo, produziu-se uma revisão sistemática, da literatura, sobre os efeitos do consumo de maconha nos resultados do desempenho esportivo. A frequência cardíaca de repouso foi a única medida fisiológica que diferiu significativamente entre os grupos e apenas em um dos quatro estudos incluídos nesta investigação. Os preditores mais fortes de desempenho atlético (VO₂máx e PWC) não foram significativamente diferentes entre os grupos em nenhum dos estudos incluídos. O consumo crônico de maconha não teve efeito significativo no desempenho atlético. Os estudos incluídos não avaliaram outros elementos, como recuperação ou resistência. Não existe evidência de efeitos ergogênicos ou ergolíticos do consumo crônico de maconha (KRAMER et al., 2020);</p>
51	<p>Neste artigo, desenvolveu-se uma revisão sistemática a respeito do uso de maconha entre atletas, incluindo epidemiologia, efeito no desempenho, recuperação e regulamentos para uso no esporte. Entre 11 estudos que relataram o uso dessa substância entre atletas (n = 46.202), aproximadamente 23,4% dos entrevistados evidenciaram ter usado maconha nos últimos 12 meses. Dois estudos encontraram um impacto negativo no desempenho, enquanto outros 2 estudos não encontraram impacto. Não havia literatura sobre a influência da maconha na recuperação atlética. Entre as organizações e ligas atléticas, há uma variabilidade considerável nos limites aceitáveis para os níveis de tetrahydrocannabinol na urina (> 15 a 150 ng/mL) e penalidades para atletas acima desses limites aceitos. No geral, esses resultados sugerem que aproximadamente 1 em cada 4 atletas relataram ter usado maconha no ano passado. Com base nas evidências disponíveis, a maconha não parece afetar positivamente o desempenho, mas a literatura em torno disso é geralmente pobre (DOCTER et al., 2020).</p>

59	<p>Neste artigo, desenvolveu-se uma revisão sistemática e abrangente, para reagrupar todas as revisões sistemáticas, revisões não sistemáticas e todos os artigos originais em uma publicação conveniente, que facilitaria as investigações científicas teóricas e aplicadas, direcionadas ao consumo de maconha e desempenho do exercício. A busca sistemática rendeu um total de 8 publicações revisadas por pares, bem como 10 revisões de literatura. Os resultados mostram que o consumo de maconha antes do exercício induz decréscimos no desempenho (capacidade reduzida de manter o esforço, capacidade física/máxima de trabalho), respostas fisiológicas indesejadas (aumento da frequência cardíaca e respiratória, bem como da demanda miocárdica de oxigênio) e efeitos neurológicos no equilíbrio (aumento da oscilação). Com base nos artigos incluídos nesta revisão, os autores concluem que o consumo de maconha tem um efeito ergolítico no desempenho do exercício e, portanto, não atua como um agente de melhoria do desempenho esportivo, conforme sugerido pelas crenças populares (CHARRON et al., 2021);</p>
68	<p>Este estudo apresenta uma visão geral sobre a maconha e seus outros canabinóides no esporte. Por meio de uma revisão narrativa, confirma que o CBD e o tetrahydrocannabinol (THC) não melhoram o desempenho. O CBD possui propriedades anti-inflamatórias e analgésicas que não foram adequadamente avaliadas na área do esporte. Algumas formulações de CBD contêm THC ou outros canabinóides que podem resultar em um teste de drogas positivo (KENNEDY, 2022);</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na segunda subcategoria, denominada “Efeitos do uso de canabinóides e respostas fisiológicas”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas:

Quadro 12: Síntese analítica da subcategoria: Efeitos do uso de canabinóides e respostas fisiológicas

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
17	<p>Neste artigo, discutiu-se o potencial da maconha para melhorar o desempenho esportivo, o risco que ela representa para a saúde do atleta e sua violação do espírito esportivo. Embora esses compostos sejam proibidos apenas em competição, explicou-se por que a farmacocinética de seu principal composto psicoativo, $\Delta(9)$-tetrahydrocannabinol, pode complicar o gerenciamento de resultados de achados analíticos adversos. A inalação passiva não parece ser uma explicação plausível para um teste positivo. Embora a proibição de canabinóides no esporte seja uma das questões mais controversas do antidoping, nesta revisão enfatizou-se as razões por trás dessa proibição, com forte ênfase no conhecimento em evolução da farmacologia dos canabinóides (HUESTIS et al., 2011).</p>

19	<p>Neste estudo, produziu-se uma investigação para saber se o uso de maconha afeta a saúde física e mental. Os resultados deste estudo sugerem que o uso de maconha reduz o bem-estar mental de homens e mulheres e o bem-estar físico dos homens. Embora estatisticamente significativo, a magnitude do efeito do uso de maconha na saúde mental e física é pequena (OURS et al., 2012);</p>
46	<p>Nesta revisão narrativa, o objetivo foi explorar vários efeitos fisiológicos e psicológicos do CBD, que podem ser relevantes para o contexto do esporte e/ou exercício e identificar áreas-chave para pesquisas futuras. Estudos pré-clínicos observaram efeitos anti-inflamatórios, neuroprotetores e analgésicos robustos do CBD em modelos animais. Evidências pré-clínicas, preliminares, também sugerem que o CBD pode proteger contra danos gastrointestinais associados à inflamação e promover a cicatrização de lesões esqueléticas traumáticas. No entanto, mais pesquisas são necessárias para confirmar essas observações. Estudos clínicos em estágio inicial, sugerem que o CBD pode ser ansiolítico em situações "indutoras de estresse" e em indivíduos com transtornos de ansiedade. Embora alguns relatos de casos indiquem que o CBD melhora o sono, atualmente faltam evidências robustas. A função cognitiva e a termorregulação parecem não ser afetadas pelo CBD, enquanto os efeitos na ingestão de alimentos, função metabólica, função cardiovascular e infecção requerem mais estudos. O CBD pode exercer vários efeitos fisiológicos, bioquímicos e psicológicos com potencial para beneficiar os atletas (MCCARTNEY et al., 2020);</p>
47	<p>Este trabalho tem um caráter de um artigo de opinião, desse modo, expôs as diferentes propriedades do CBD descobertas em estudos pré-clínicos que podem ser testadas no domínio do esporte para verificar sua utilidade. Estudos pré-clínicos sugerem que o CBD pode ser útil para atletas devido às suas propriedades anti-inflamatórias, analgésicas, ansiolíticas, neuroprotetoras e sua influência no ciclo sono-vigília. Infelizmente, quase não há dados clínicos disponíveis sobre o CBD no contexto do exercício, o que torna seu uso neste contexto ainda prematuro (GAMELIN et al., 2020);</p>
49	<p>Neste estudo, determinou-se os efeitos do extrato de cânhamo, disponível comercialmente, por conclusão independente, extrato de óleo de cânhamo contendo CBD, na resiliência ao estresse, recuperação percebida, humor, afeto, composição corporal e marcadores de segurança clínica em seres humanos saudáveis. Uusou-se um projeto randomizado, controlado por placebo, duplo-cego, 65 homens e mulheres com sobrepeso, mas saudáveis (35,2 ± 11,4 anos, 28,5 ± 3,3 kg/m²) ingeriram Extrato de Óleo de Cânhamo [Cânhamo, 60 mg/d PlusCBDTM Extra Strength Hemp Extract Oil (15 mg CBD derivado de cânhamo)] ou um placebo (PLA) todos os dias durante seis semanas, continuando a seguir sua dieta normal e padrões de atividade física. Os resultados foram, o colesterol HDL melhorou significativamente no grupo Hemp. Nenhum outro efeito de interação grupo x tempo estatisticamente significativo foi observado. Tendências estatísticas para diferenças entre os grupos foram encontradas para 'Eu tenho prazer na vida' (p = 0,06, ES = 0,48) e 'Capacidade de lidar com o estresse' (p = 0,07, ES = 0,46). A qualidade do sono (Cânhamo, p = 0,005, ES [tamanhos de efeito] = 0,54) e a quantidade de sono (Cânhamo, p = 0,01, ES = 0,58) exibiram mudanças significativas dentro do grupo. Todos os valores para função hepatorenal, saúde cardiovascular, lipídios no sangue em jejum e contagem de células do sangue total permaneceram dentro dos limites clínicos normais, sem diferenças entre os grupos ao longo do tempo, sono percebido, resposta ao estresse e prazer de vida percebido e foi bem tolerado sem preocupações de segurança clinicamente relevantes (LOPEZ et al., 2020);</p>

64	<p>Este estudo investigou os efeitos do tratamento oral agudo com CBD, nas respostas fisiológicas e psicológicas ao exercício aeróbico. O CBD pareceu aumentar o $\dot{V}O_2$, classificações de prazer e lactato durante a CORRIDA 1 em comparação com placebo. Não foram observadas diferenças na FC (frequência cardíaca), CEP (classificação de esforço percebido), GS (glicose no sangue) ou RTR (razão de troca respiratória) entre os tratamentos. O CBD pareceu aumentar VO_{2max} e RTR_{max} durante a CORRIDA 2 em comparação com placebo. Não foram observadas diferenças no tempo até exaustão ou $FC_{máx}$ entre os tratamentos. O exercício aumentou as concentrações séricas de interleucina (IL) -6, IL-1β, fator de necrose tumoral-α, lipopolissacarídeo e mioglobina. As concentrações plasmáticas do canabinoide endógeno, anandamida, aumentaram pós-execução 1 e pós-execução 2, em relação à linha de base e pré-execução 1. O CBD pareceu reduzir as concentrações de anandamida Pós-EXECUÇÃO 2, em comparação com placebo (SAHINOVIC et al., 2022);</p>
-----------	---

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na terceira subcategoria, denominada “Uso de maconha e adiposidade corporal”, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas:

Quadro 13: Síntese analítica da subcategoria: Uso de maconha e adiposidade corporal

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
27	<p>Este estudo teve como objetivo testar a hipótese de que a associação entre o uso de maconha e a adiposidade em homens e mulheres jovens é modificada pelo tabagismo. A hipótese foi testada em modelos de regressão linear múltipla que incluíam termos de interação para uso de maconha e tabagismo e controlados para atividade física, comportamento sedentário, uso de álcool e nível do desfecho na linha de base. A associação entre o uso de maconha e a mudança na adiposidade foi em forma de U em homens não fumantes e em mulheres, e em forma de U invertido em homens fumantes. No sexo masculino, a interação entre uso de maconha e tabagismo foi significativa em ambos os modelos para mudança no IMC (índice de massa corporal) ($p=0,004$; $n=271$) e mudança na CC (circunferência da cintura) ($p=0,04$; $n=250$). No sexo feminino, a interação entre uso de maconha e tabagismo não foi significativa. Fumar cigarros parece modificar a associação entre uso de maconha e adiposidade em homens jovens (DUBÉ et al., 2015);</p>
31	<p>Examinou-se, neste estudo, a associação entre o uso de maconha na adolescência e a mudança de peso para a meia-idade, ao mesmo tempo em que se contabilizou o uso de outras substâncias. No total, 19,1% ($n = 136$) dos adolescentes relataram ter usado maconha. O ganho de peso entre a adolescência e a meia-idade não foi relacionado à exposição à maconha durante a adolescência, em modelos brutos ou ajustados, e as associações não foram modificadas pela ingestão inicial de álcool ou tabagismo. No entanto, o uso de maconha foi significativamente associado ao tabagismo ($p<0,001$) e ingestão de álcool ($p<0,001$) e inversamente associado aos níveis de atividade física ($p = 0,04$) (JIN et al., 2017).</p>

45	<p>Investigou-se, neste artigo, as associações entre o uso de maconha e fenótipos de gordura derivados de ressonância magnética, bem como índices de sensibilidade à insulina e secreção de insulina. Os usuários regulares de maconha tiveram deposição de gordura intra-hepática significativamente maior em comparação com os nunca usuários, tanto nas análises não ajustadas quanto nas ajustadas. Os outros fenótipos de gordura não diferiram significativamente entre usuários regulares ou não regulares em comparação com nunca usuários. Usuários regulares de maconha tiveram secreção de insulina significativamente maior em comparação com nunca usuários, tanto nas análises não ajustadas ($P = 0,049$) quanto em todas as ajustadas ($P = 0,003$; $P = 0,004$). O uso de maconha explicou 20,3% da variância do índice insulínogênico 60', mas não foi significativamente associado aos demais índices de secreção de insulina. Não houve diferenças significativas nos índices de sensibilidade à insulina em usuários regulares ou não regulares de maconha em comparação com nunca usuários. O uso regular de maconha pode ser um fator de risco para doença hepática gordurosa não alcoólica (mas não IPFD) e pode alterar a neuromodulação da secreção de insulina (STUART et al., 2020);</p>
-----------	---

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Na quarta subcategoria, denominada “Uso de maconha e mortalidade no esporte”, tem-se o seguinte artigo e sua respectiva síntese analítica:

Quadro 14: Síntese analítica da subcategoria: Uso de maconha e mortalidade no esporte

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
53	<p>Buscou-se determinar, nesta produção científica, a incidência de morte súbita cardíaca relacionada ao esporte na Espanha e identificar as características clínico-patológicas, abuso de substâncias e atividade esportiva associadas a esta entidade. Investigou-se 288 casos (98,6% ocorreram em homens com idade média de 43,8 14,4 anos). Os esportes mais frequentes (96% recreativos) foram ciclismo (28%), futebol (18%) e corrida (17%). A morte foi de origem cardiovascular em 99%. As principais causas foram cardiopatia isquêmica (63%), cardiomiopatias (21%) e síndrome da morte súbita arritmica (6%). Nos jovens, as cardiomiopatias (38%) e as cardiopatias isquêmicas (30%), presentes após os 20 anos, foram as mais prevalentes. A doença foi diagnosticada durante a vida em 23 casos, antecedentes clínicos relevantes foram observados em 30 casos e fatores de risco cardiovascular, principalmente obesidade, em 95 casos. A análise toxicológica detectou substâncias cardiotóxicas em 7%, destacando a associação entre maconha e cardiopatia isquêmica aguda (MORENTIN et al., 2021).</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Maconha e Doping

Na terceira categoria analítica, Maconha e Doping, reuniu-se todos aqueles artigos que de algum modo correlacionavam o uso dessa substância com *doping* esportivo. Nessa categoria

foram situados, ao todo, 8 estudos, que tratam a respeito de substâncias proibidas pela Agência Mundial Antidoping (em inglês: *World Antidoping Agency*, WADA). A lista de substâncias proibidas é um padrão internacional obrigatório que é parte do programa mundial antidopagem. De todos os canabinóides existentes o único permitido nesta lista é o Canabidiol (CBD).

Dentro dessa categoria, que não houve subdivisões, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas:

Quadro 15: Síntese analítica da categoria: Maconha e Doping

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
3	<p>Neste artigo, elaborou-se uma análise sobre a maconha como doping no esporte e seus efeitos. Alguns estudos demonstraram que o uso de canabinóides pode reduzir a ansiedade, mas não possui potencial ergogênico em atividades esportivas. Um aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial, declínio do débito cardíaco e redução da atividade psicomotora são alguns dos efeitos farmacológicos do THC, que determinarão uma diminuição no desempenho atlético. Uma atividade ergolítica de produtos de maconha foi observada em atletas de várias categorias esportivas diferentes. No Brasil, análises para controle de doping no esporte, realizadas nos laboratórios pesquisados, detectaram casos positivos para carboxi-THC em amostras de urina de atletas de futebol, vôlei, ciclismo e outros. Este estudo direcionou-se em discutir neste artigo alguns pontos que podem desencorajar indivíduos de usar produtos de maconha durante atividades esportivas, mesmo nas chamadas circunstâncias permitidas definidas pelo COI e algumas federações esportivas (CAMPUS et al, 2003);</p>
9	<p>Apresentou-se, neste estudo, uma visão geral do que se sabe atualmente sobre a maconha em relação à prática do esporte. Realizou-se uma revisão da literatura sobre a maconha e o exercício, seu efeito no corpo e os problemas de interpretação dos resultados quando detectados na urina. O artigo descreve os principais efeitos da maconha no contexto de seu consumo social e para atividades esportivas. São descritas as dificuldades na interpretação dos resultados da análise da amostra de urina devido ao tempo prolongado de excreção do metabólito principal, muito tempo após a ingestão. Há uma necessidade urgente de que as autoridades esportivas tomem as medidas necessárias para evitar que os jogadores façam uso indevido de maconha (SAUGY, 2006);</p>

10	<p>Por um lado, este estudo teve o objetivo de registrar dados confiáveis da situação atual na Turíngia e, por outro, fornecer informações sobre possíveis etapas de intervenção com respaldo científico, no que diz respeito ao uso de drogas entre adolescentes. Trezentos e quarenta e seis (15,1%) alunos de 2.287 alunos (26 alunos sem declaração) indicaram uso de substâncias proibidas da lista da WADA, no ano anterior: 16 (0,7%) esteroides anabolizantes androgênicos (EAA), 10 (0,4%) hormônios de crescimento, 56 (2,4%) estimulantes, 305 (13,2%) maconha, 2 (0,1%) diuréticos, 52 (2,2%) cocaína/heroína e 6 (0,3%) eritropoetina. Além disso, os não atletas (N = 490) relataram um uso de substâncias que foi aproximadamente 5,0% maior do que o de atletas recreativos (N = 1254) e quase três vezes maior do que o de atletas competitivos (497). Todos os três grupos (não atletas, atletas recreativos e atletas competitivos) tiveram um desempenho ruim em um teste de conhecimento sobre doping em geral, com uma média abaixo de 60% em cada caso. Outro aspecto principal do estudo foi determinar os fatores que influenciam o uso de substâncias nos esportes. Além do conhecimento específico de doping (beta = 0,06, p < 0,05), a idade contribuiu (beta = 0,09, p < 0,05), bem como a atitude antidoping (beta = -0,34, p < 0,05), para a variância resultante (WANJEK et al., 2007);</p>
12	<p>Neste artigo, apresentou-se os dados obtidos em testes realizados no período 2003-2007 no Laboratório Antidoping de Roma, em 44781 amostras analisadas. A porcentagem de exames positivos varia de 1,1 a 2%, com alta incidência de estimulantes e drogas de abuso. A substância mais encontrada é o metabólito THC, que representa 0,2-0,4% do total, seguido pelos metabólitos da cocaína, com 0,1%. Outros estimulantes encontrados são efedrinas, carfedon, modafinil e compostos anoréxicos, como fendimetrazina e norfenfluramina. Não foram detectadas anfetaminas ou drogas sintéticas semelhantes às anfetaminas. Esses dados podem ser indicativos da ampla incidência de abuso de cocaína e maconha entre a população jovem italiana (ROSSI et al., 2009).</p>
13	<p>Analisou-se, neste estudo, as características dos ambulatórios de desportistas na <i>Antenne Médicale de Prevention du Dopage Midi-Pyrénées (AMPD-MP)</i>, para saber quais substâncias são usadas pelos desportistas. As substâncias ilícitas mais utilizadas foram a maconha (15), seguida de glicocorticoides (9), andrógenos (4), anfetamínicos simpaticomiméticos indiretos (4), agonistas adrenérgicos beta 2 (2) e AINEs (2). Duas substâncias veterinárias (clembuterol, boldone-veterinaire) também foram encontradas em fisiculturistas. Mostra-se neste artigo uma clara subutilização dos Centros Médicos de Prevenção de Doping por desportistas e praticantes. Indica também uma idade relativamente elevada para os desportistas encaminhados para o centro. Os principais esportes envolvidos foram rugby e ciclismo. A maconha e os glicocorticoides foram as drogas, frequentemente, mais envolvidas nos comportamentos de doping (SENARD-OJERO et al., 2010);</p>

14	<p>Objetivou-se, nessa produção, analisar as infrações de doping no circuito internacional de tênis profissional. Cinquenta e duas infrações de doping foram relatadas e a incidência geral de amostras positivas de doping foi de 0,38% e 7,4 casos/ano. Os jogadores do sexo masculino apresentaram maior incidência de doping do que as do sexo feminino. A incidência em cadeirantes foi maior do que em indivíduos não deficientes. A distribuição de substâncias proibidas mostrou: estimulantes 32,69%, maconha 23,07%, anabolizantes 11,53%, diuréticos e mascarantes 11,53, β2-agonistas 9,61%; corticosteróides 3,84%, outros 3,84%. A incidência geral de 'drogas sociais' (cocaína, maconha) foi de 36,53%. Todas as amostras de EPO e sangue foram normais, enquanto a incidência de infrações 'fora de competição' foi de 0,12%. A menor incidência de doping foi encontrada em torneios de <i>Grand Slams</i>. O uso indevido de "drogas sociais" constitui o principal problema do doping no tênis. Os tenistas do sexo masculino e em cadeira de rodas apresentaram maior risco de infringir o código de doping do que suas contrapartes do sexo feminino e não deficientes (MAQUIRRIAIN, 2010);</p>
34	<p>Este estudo pautou novas comparações entre a guerra mais ampla contra as drogas e os recentes desenvolvimentos no antidoping esportivo. Este artigo revisa o atual sistema antidoping, incluindo as recentes políticas amadoras, e então considera os resultados de um desses programas no ciclismo amador. Em seguida, passamos a considerar as possíveis implicações para atletas amadores sobre as leis criminais de doping e os recentes debates sobre permitir isenções médicas para uso terapêutico de substâncias proibidas. Mostramos que o uso de drogas no esporte pode ser entendido como uma nova frente na guerra às drogas, com algumas medidas extremas e muitas consequências negativas não intencionais (HENNING; DIMEO, 2018);</p>
56	<p>Neste estudo, apresentou-se dados preliminares sobre o potencial de violações não intencionais das regras antidoping pelo uso permitido de canabidiol (CBD). Foi estabelecido um ensaio para a detecção de 16 canabinóides na urina humana. Um estudo de administração de produtos de CBD de dose única controlada, aprovado pelo comitê de ética, foi conduzido para identificar 16 canabinóides em amostras de urina coletadas após a ingestão ou aplicação dos produtos de CBD, bem como sua presença em amostras de urina de usuários habituais de CBD. Padrões variáveis de canabinóides ou seus metabólitos foram observados nas amostras de urina, especialmente quando produtos de CBD de espectro total foram consumidos. A presença de canabinóides menores ou seus metabólitos na amostra de urina de um atleta em competição representa um risco substancial de violação da regra antidoping (MARECK et al., 2021);</p>

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Maconha e Redução de Danos

Nessa categoria foram situados, ao todo, 7 estudos, que tratam a respeito de assuntos que versavam sobre redução do uso de maconha, intervenções com o objetivo de melhorar os comportamentos de saúde, como o conhecimento sobre a substância pode interferir no comportamento de uso e na diminuição de riscos e danos.

Dentro dessa categoria, que não houve subdivisões, tem-se os seguintes artigos e suas respectivas sínteses analíticas:

Quadro 16: Síntese analítica da categoria: Maconha e Redução de Danos

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
15	<p>Objetivou-se, neste estudo, identificar diferenças nas atividades de lazer que previam a gravidade do uso de maconha. Por meio de uma pesquisa prospectiva de base populacional sobre o uso de maconha, um coorte de 5.025 indivíduos com idades entre 13 e 29 anos foi avaliada através de entrevista por telefone e acompanhada 3 anos depois. Diferentes atividades de lazer e as pessoas (por exemplo, parceiro, amigo, irmão) com as quais as atividades foram gastas foram analisadas para o início, progressão e redução/cessação do uso de maconha ao longo do tempo, usando modelos de regressão logística multinomial e ordenada. O resultado apontou que as pessoas com as quais o tempo de lazer foi gasto no início do estudo levaram a uma maior probabilidade de início e progressão do uso de maconha ao longo do tempo do que o tipo de atividade de lazer. Também houve uma tendência de aumento de uso de tabaco durante a fase de progressão e permanência de alto uso após uma redução/cessação do uso de maconha. A influência das pessoas com as quais o tempo de lazer foi gasto foi de maior relevância para a maioria das fases do uso de maconha do que o tipo de atividade de lazer (SCHAUB et al., 2010);</p>
16	<p>Buscou-se, investigar neste estudo, autorrelatos de confiança no conhecimento de drogas ilícitas e comportamentos de busca de informações entre atletas de elite. Os atletas estavam confiantes em seu conhecimento sobre os efeitos de drogas ilícitas, como maconha e metanfetamina, mas menos confiantes em seu conhecimento sobre os efeitos de outras ilícitas, como GHB e cetamina. Uma proporção substancial indicou que os atletas em seu esporte se beneficiariam de mais informações sobre drogas ilícitas. Tanto os atletas quanto os principais especialistas acreditavam que as informações sobre drogas ilícitas deveriam ser entregues aos atletas de maneira específica e relevante. Pode ser que haja um estigma associado à busca de informações dentro dos clubes ou organização esportiva. Assim, melhorar o acesso a informações credíveis através da Internet pode revelar-se um meio eficaz para educar os atletas sobre os efeitos das drogas ilícitas (THOMAS et al., 2011);</p>

<p>20</p>	<p>Este estudo, concentrou-se em investigar um perfil de risco dos atletas australianos de elite que usam drogas ilícitas e aponta que identificar o porquê de alguns atletas aparentam estar em maior risco de uso de substâncias pode ajudar na concepção e implementação de iniciativas de prevenção. Oito por cento (n=134) da amostra relatou o uso de pelo menos uma das seis drogas ilícitas investigadas (ecstasy, maconha, cocaína, metanfetamina, cetamina e GHB) no último ano. Ter sido oferecido ou ter tido a oportunidade de usar drogas ilícitas no último ano, conhecer outros atletas que usam drogas e identificar-se como 'atleta em tempo integral' foram preditores significativos de uso de drogas ilícitas, no último ano, ter concluído o ensino médio ou uma qualificação pós-escolar foi associada a uma menor probabilidade de uso de drogas ilícitas no último ano. Os achados atuais sugerem que o relacionamento com alguns participantes da rede esportiva pode desempenhar um papel importante na compreensão do uso de drogas ilícitas entre atletas de elite. Como a educação parece estar associada a uma menor probabilidade de uso de drogas ilícitas entre esse grupo, as iniciativas devem incentivar os atletas a se envolverem em atividades fora do campo, o que também pode ajudar a prepará-los para a vida após o esporte (DUNN; THOMAS, 2012);</p>
<p>23</p>	<p>Realizou-se, um estudo prospectivo de 2 pontos no tempo de 84 veteranos militares dependentes de maconha (3 mulheres) que responderam a folhetos de estudo, dentro de um Centro Médico de Assuntos de Veteranos, buscando indivíduos interessados em se envolver em uma tentativa de cessação autoguiada. Embora não tenham sido observadas diferenças de linha de base entre aqueles com níveis baixos e moderados/altos de atividade física, os resultados revelaram que os participantes que relataram baixos níveis de atividade física, versus níveis moderados/altos, eram significativamente mais propensos a relatar um lapso decorrente da maconha durante a semana após uma tentativa de parar, particularmente nos primeiros 4 dias do período de cessação. Além disso, indivíduos com baixos níveis de atividade física também eram mais propensos a relatar maior uso médio de maconha durante os primeiros 4 dias do período de cessação (IRONS et al., 2014);</p>
<p>50</p>	<p>Nesta investigação científica, desenvolveu-se um teste do paradigma conhecimento-atitudes-comportamento em atletas adultos ativos, sobre como o conhecimento e as atitudes sobre a maconha afetar o comportamento de uso. Foi feito três agrupamentos denominados, conservadores (n = 374, 32,2%), inseguros (n = 533, 45,9%) e liberais (n = 254, 21,9). Atletas do grupo liberal responderam corretamente às questões de conhecimento com mais frequência. As atitudes mediaram a relação entre o conhecimento de maconha e o uso de maconha [nunca (32,4%), passado (41,6%), atual (26,0%)], com atletas do cluster liberal mostrando mais conhecimento e maior probabilidade de ser um usuário atual de maconha (p < 0,001). Entre os atuais usuários de maconha havia padrões diferenciados de uso de maconha dependendo de suas atitudes e conhecimentos, atletas liberais tendiam a co-usar THC e CBD e usaram maconha por mais tempo. (p < 0,001) (ZEIGER et al., 2020);</p>

57	Examinou-se, neste estudo, as associações entre o cumprimento das diretrizes de movimento de 24 horas para tempo de tela, duração do sono e atividade física (variáveis independentes) com resultados de uso de substâncias, incluindo consumo de álcool, uso de maconha e tabagismo (variáveis dependentes) entre adolescentes. Os resultados mostraram que atender às diretrizes de movimento de 24 horas está associado a menores chances de consumo de álcool, consumo de maconha e tabagismo, de forma diferenciada com o tipo de recomendação atendida e o sexo (SAMPASA-KANYINGA et al., 2021)
66	Neste trabalho, testou-se uma breve intervenção para melhorar vários comportamentos de saúde entre estudantes universitários dos Estados Unidos. No primeiro acompanhamento, foram observados aumentos estatisticamente significativos em dias/semana de atividade física vigorosa (coef. = 0,5,95% CI: 0,2,0,9), dias de atividade física moderada/semana (coef. = 0,7, IC 95%: 0,2 ,1,1), saúde geral (coef. = 4,8,95% CI: 2,1, 7,5) e bem-estar emocional (coef. = 8,6,95% CI: 5,8, 11,3). Foram observadas diminuições estatisticamente significativas no uso de maconha (coef. = -2,3,95% CI:-4,1, -0,5) e no consumo de álcool (coef. = -2,5,95% CI: -3,7,-1,3). Muitas dessas mudanças foram mantidas no segundo e terceiro acompanhamento (PFLEDDERER et al., 2022);

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

Maconha e Saúde Mental

Na quinta categoria analítica, Maconha e Saúde Mental, reuniu-se apenas 1 artigo que, de algum modo, correlacionou o uso dessa substância com saúde mental. O artigo, intitulado “Hit the chronic... physical activity: are cannabis associated mental health changes in adolescents attenuated by remaining active?”, tem-se a seguinte síntese analítica:

Quadro 17: Síntese analítica da categoria: Maconha e Saúde Mental

<i>Nº do Artigo</i>	<i>SÍNTESE ANALÍTICA</i>
62	Este estudo teve o objetivo de examinar se, dentro de um projeto de estudo prospectivo de 1 ano, as mudanças na frequência de uso de maconha estão associadas a mudanças na saúde mental e se o cumprimento das diretrizes de atividade física modera essas associações. Adotar o uso de maconha, pelo menos semanalmente, foi associado ao aumento dos sintomas depressivos e ansiosos e à diminuição do bem-estar psicossocial. A manutenção das diretrizes de atividade física nos dois anos melhorou o bem-estar psicossocial, independentemente da frequência de uso de maconha e compensou o aumento dos sintomas depressivos entre os indivíduos que adotaram o uso de maconha de alta frequência. A adesão à atividade física não teve relação aparente com os sintomas de ansiedade. A adesão à atividade física pode ser uma abordagem para minimizar possíveis mudanças na saúde mental associadas ao aumento do uso de maconha (DUNCAN et al., 2021).

Fonte: produzido pelo autor do estudo.

3.2 Análise crítica dos resultados

A análise crítica dos resultados não tem por objetivo questionar a qualidade dos estudos levantados e muito menos colocar em xeque os seus achados, até mesmo porque há dentro da produção científica possibilidades diversas que dependem, dentre várias coisas, das escolhas do objeto e de suas leituras, das perguntas e problemas elaborados, das hipóteses construídas, do público pesquisado, da cosmovisão científica, política e moral do cientista, dos enfoques institucionais, etc. Sendo assim, nesta parte, objetiva-se realizar apenas uma leitura geral destes estudos, no sentido de tecer uma reflexão crítica sobre a importância de compreendermos o fenômeno do uso humano da maconha a partir de uma perspectiva mais ampla. Isto é, que leve em consideração as interrelações existentes entre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais que envolvem o uso que os seres humanos, em suas mais variadas diferenças, realizam dessa planta.

Para tanto, a construção textual dessa leitura está embasada no primeiro capítulo do TCC, utilizando-se daquela discussão elaborada referente aos aspectos teóricos relacionados à ciência, especialmente ao campo da EF, e à pluralidade de enfoques que dizem respeito aos saberes canábicos. Manifestada tal pretensão, apresenta-se, a seguir, as leituras analíticas críticas sobre os achados.

Conforme observado na análise descritiva dos resultados, orientado pelas escritas de Norbert Elias (1984; 1994) e Michel Foucault (1999; 2008), os artigos que compuseram o banco de dados deste estudo possuem uma característica fragmentada de ciência e com influência predominante do saber biomédico. Esses fatores podem ser explicados tanto pelo antropocentrismo que foi sendo incorporado ao longo do desenvolvimento dessa forma de produção de saber, que separou as ciências humanas das ciências da natureza, quanto pela lógica do Biopoder na formação das sociedades contemporâneas, sobretudo no que se refere aos controles dos corpos individuais, através do poder disciplinar, ou coletivamente, enquanto população, por meio da biopolítica.

Como resultado desse levantamento, tem-se que é quase unânime, inclusive entre aqueles estudos revisionais bibliográficos, o uso de metodologias quantitativas, sobretudo na busca de evidenciar determinadas associações entre o comportamento de consumo de maconha com o corpo de seus usuários, seja por meio de uma análise dos aspectos fisiológicos ou comportamentais.

De modo geral, tem-se que grande parte dos estudos reproduz uma cosmovisão científica de causa-efeito, sem levar em consideração diferentes aspectos que atravessam,

explicam e influenciam o uso humano dessa planta. Isso significa, portanto, que as leituras produzidas por esse conjunto de artigos acabam compreendendo o fenômeno de forma parcializada, como uma relação que é tomada quase que meramente matemática.

No que tange ao olhar científico desses estudos, tem-se um predomínio que coloca os corpos dos usuários, enquanto objeto de investigação, dentro de uma perspectiva biomédica e médica-comportamental. Ou seja, estudos que objetivaram verificar como o uso de maconha impacta o corpo da pessoa usuária, sempre relacionando com temas que dizem respeito a área de conhecimento da EF.

Assim, tem-se, conforme as categorias analíticas construídas ao longo da análise descritiva, um conjunto de artigos que trata da relação do uso da maconha com as práticas corporais, que, dentre diferentes sentidos, visam: produzir levantamentos sobre consumos de substâncias e a prevalência dos usos entre diferentes grupos de indivíduos, sejam em razão de pertencimentos (atletas e não atletas, praticantes de determinadas modalidades esportivas, estudantes de certos agrupamentos de escolaridades), gênero, faixa etária, etc.; medir o impacto do uso de maconha de pessoas usuárias e não usuárias de maconha na realização de atividades físicas, em busca de evidenciar associações ou não com o sedentarismo; de como o uso de maconha e sua relação com as atividades corporais estão correlacionadas com o desenvolvimento de outros comportamentos, na maior parte das vezes tidos como de risco; de que modo o uso de maconha influencia no nível e/ou na intensidade das atividades físicas realizadas pelas pessoas usuárias da substância; da relação entre a maconha e seus efeitos fisiológicos entre as pessoas que a utilizam que são praticantes de algum tipo de atividade física ou esportiva; dos números e da influência do uso de maconha, enquanto substância de dopagem, dentro do esporte e seus aspectos legais; de como as práticas corporais da EF podem influenciar no uso da maconha, seja na avaliação comparativa entre diferentes esportes ou, ainda, por meio de técnicas que podem diminuir os efeitos danosos do consumo; entre outros elementos.

Nesse sentido, é possível afirmar que o conjunto de artigos analisados neste trabalho que estão publicados na Plataforma PubMed e que possuem a maconha como parte de seu objeto investigativo reproduzem uma cosmovisão biomédica. Isso é explicado pela própria característica basilar da plataforma, que tem como fundamento reunir diferentes revistas que estejam assentadas, basicamente, dentro dessa leitura epistemológica de ciência. Logo, os artigos encontrados acabam seguindo essa mesma tendência, situando a EF como uma ciência que visa medir o uso de maconha e avaliar a correlação desse uso com aspectos fisiológicos e comportamentais das pessoas que a consomem, e na maior parte das vezes no sentido de

evidenciar uma hipótese negativa dessa relação, que, possivelmente, pode ser explicado tanto por fatores científicos quanto morais.

Conforme os dados levantados, a produção brasileira da EF, ao menos referente a tal tema, não está presente na Plataforma PubMed. Todavia, é preciso levar em consideração que a importância dessa Plataforma para o campo da EF, em especial entre aquelas pessoas que se identificam mais a partir dessa perspectiva científica, acaba influenciando, de alguma forma, a leitura que profissionais brasileiros possam vir a fazer sobre esse fenômeno.

Ainda dentro dessa ideia, tem-se que a leitura puramente biomédica, ao mesmo tempo que tem importância na explicação sobre parte relevante da relação humana com a maconha, acaba reduzindo um fenômeno tão complexo, como é caso do uso humano dessa substância, a um viés médico-biologicista. Foi em buscar de ampliar essa leitura acerca deste fenômeno que foi empregue no primeiro capítulo do TCC a discussão sobre os saberes canábicos.

De acordo com o que foi apontado na literatura utilizada, não é possível compreender o uso de maconha, assim como de qualquer outra substância dessa natureza, sem levar em consideração os diferentes aspectos que o atravessam. Por conta disso, Norman Zinberg, psicanalista e psiquiatra, vai descrever que os estudos que queiram compreender tal tipo de fenômeno deve levar em conta, e ao mesmo tempo, a droga utilizada – tipo, quantidade, pureza, toxicidade, composição química, etc. –, o set – que tem a ver com o estado psíquico da pessoa no momento do uso e da estrutura de sua personalidade – e, por fim, o setting – que diz respeito a influência do meio físico e social no qual acontecem os usos, assim como os significados políticos e culturais atribuídos a essas substâncias e as práticas sociais relacionadas a elas.

Dentro dessa perspectiva, nota-se, de forma geral, que os estudos da EF levantados neste TCC não foram desenhados a partir dessa complexidade relacional entre a substância, os usuários e os ambientes de uso. Afinal, o conjunto desses estudos não descreveram sobre que tipo de substância canábica (flor, haxixe, óleo, etc.); composição química da substância e taxas de composição (THC, CBD, etc.); dosagem e frequência do uso; alimentação antes/depois do uso; formas de uso (fumado, vaporizado, ingerido, etc.); quadro mental das pessoas usuárias; motivos do uso; com quais pessoas e em quais locais foram realizados o consumo; diferenças de classe, gênero e raciais envolvidas nesses usos; saúde física anterior ao uso dessa substância; entre tantos outros que poderiam ser mencionados.

Diante disso, tem-se, por um lado, que essa visão parcializada desses estudos da EF contribui com a compreensão de que há possíveis correlações entre o uso de maconha com outros fatores ligados às corporalidades humanas, como, por exemplo, a realização de

atividades físicas, porém, por outro lado, é necessário entender que o conjunto de indivíduos analisados, apesar de possuírem características em comum que os colocam dentro de um mesmo perfil analítico, pode ser constituído por uma diferença imensa quando se coloca como questão metodológica a variedade de elementos que atravessam esse fenômeno, conforme apontado no parágrafo anterior, que tem a ver com a própria substância utilizada, com a pessoa que a utiliza (set) e com os aspectos ambientais e socioculturais em que esses usos são feitos (setting).

Esses estudos, de modo geral, estão dentro de uma perspectiva biomédica ou médica-comportamental da maconha, tratando suas relações causais com o corpo humano. Entretanto, considera-se aqui que a EF, assim como qualquer outra ciência que queira se debruçar sobre o tema, precisa fazer um esforço para entender esse fenômeno em suas diferentes relações. No caso dos estudos analisados, além da falta de evidenciar as diferenças existentes acerca da própria morfologia da maconha, entre os usuários e suas diferentes formas de usos, não tratou em nenhum momento sobre os aspectos que dizem respeito às questões ambientais e socioculturais do consumo da planta.

Por conta disso, tem-se que esses estudos, por não se pautarem em uma perspectiva relacional sobre o uso de maconha, não conseguem realizar uma leitura crítica sobre esse fenômeno, e, conseqüentemente, reproduz um conhecimento parcial, como se não houvesse tantas outras questões envolvidas. Assim, seguindo essa lógica, conforme se observou na construção das hipóteses de grande parte desses estudos, há uma tendência de encontrar algum tipo de associação – moral – negativa entre o consumo de maconha, o corpo humano e as práticas de atividades físicas e/ou esportivas.

Isso significa, portanto, que essa tendência científica meramente biomédica, por distanciar ciências humanas e ciências da natureza, acaba contribuindo com a reprodução da visão moral proibicionista que envolve os usos humanos da maconha, assim como reafirma os discursos estigmatizantes que atravessam os usuários da planta. Desse modo, tais saberes e discursos produzidos por esses trabalhos de EF que constituíram a base analítica desse estudo podem ser compreendidos como dispositivos para a manutenção e o fortalecimento de controles sociais sobre os corpos humanos e suas práticas.

É por conta desse tipo de análise parcializada e, por isso, tendenciosa, que o biólogo e doutor em Farmacologia, Rafael Santos, pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), vai dizer que “as ciências biomédicas e as humanas devem se relacionar cada vez mais, englobando os diferentes níveis da realidade humana: biológico, psicológico, social e cultural”, pois, na continuidade de sua analítica, defende-se que a

“incorporação dos saberes dos usuários e a valorização das análises qualitativas só têm a contribuir para os estudos epidemiológicos e quantitativos” (SANTOS, 2008, p. 14).

Feito essa reflexão, fecha-se esse capítulo com a defesa de que a EF que objetiva estudar o uso de maconha, ou de qualquer outra substância dessa natureza, precisa levantar inevitavelmente informações biológicas, químicas, psicológicas e socioculturais que compõem a constituição desse fenômeno em suas multiplicidades. Caso contrário, existirá sempre uma tendência de se produzir um conhecimento fragmentado, parcializado e limitado sobre uma questão humana que é relacional e, por isso, muito mais complexa do que esses estudos nos fazem parecer que é. E por conta disso, ao invés de produzir olhares críticos sobre tal fenômeno, o conjunto desses estudos, de algum modo ou outro, acaba corroborando com a estigmatização da substância e de seus usuários e contribuem com a produção e o fortalecimento de discursos favoráveis à continuidade de políticas proibitivas relacionadas a essa planta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de maconha pelos seres humanos é um objeto recente entre as diferentes disciplinas que formam o saber científico, sendo um fenômeno complexo, com múltiplos aspectos e que se interrelacionam. Conforme se debruçou neste TCC, entende-se que o desenvolvimento do saber científico nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, ao mesmo tempo em que possibilitou avanços sobre diversos aspectos que cercam a vida humana, acabou por reduzir a nossa capacidade mais ampla de compreensão sobre outros tantos fenômenos.

No caso da maconha, diante do crescente poder das ciências médicas na vida social contemporânea, tem-se a constituição de uma cosmovisão que fomentou uma perspectiva parcializada sobre a planta, carregada de valores morais e políticos de grupos sociais dominantes. Nessa lógica, tanto os usos quanto os saberes tradicionais envolvendo essa planta passaram a ser condenados pelo saber científico biomédico e, aos poucos, com a incorporação dessas verdades na constituição do Estado, eles passaram a ser perseguidos e os indivíduos que se relacionavam com a planta criminalizados e punidos, instituindo-se, assim, um controle médico-penal da maconha.

Esse longo processo de criminalização da maconha impediu, e continua a impedir, como é o caso do Brasil, que pesquisas sejam realizadas sobre o tema. Além disso, esses discursos de verdades, que levaram à proibição da maconha e que hoje são questionados de forma ampla, foram incorporados pelo imaginário social de diversas sociedades, sendo colocado em xeque mais amplamente apenas nas últimas décadas. Como reflexo, conforme se evidenciou no TCC, os artigos da EF que estão inseridos no PubMed, reconhecido pela prevalência da epistemologia biomédica de ciência, reproduzem olhares reduzidos e parcializados sobre o uso de maconha pelos seres humanos.

Sendo assim, a partir da literatura biopsicossocial sobre a maconha, é importante compreender essa planta e as relações humanas que são tecidas com ela por meio de uma perspectiva mais ampla, que coloque esse fenômeno atravessado por aspectos biológicos, químicos, psicológicos, médicos, sociais, culturais, políticos, históricos, entre outras possibilidades de saber.

No que tange a EF e as pesquisas sobre o uso de maconha publicados no PubMed, tem-se, conforme os dados levantados, um domínio do saber biomédico. Todavia, é preciso colocar em evidência que essa plataforma tem justamente essa perspectiva epistemológica como base. Sendo assim, não se pode concluir que a produção da EF se guia totalmente por essa perspectiva, já que há outras revistas e bases científicas dentro do campo da EF que partem de

uma perspectiva epistemológica de característica mais próxima das ciências humanas e da saúde coletiva, por exemplo.

O que importa com resultado do estudo empreendido, é chamar atenção para a EF voltada à perspectiva biomédica, mas não só a essa vertente, sobre a necessidade de compreender o uso de maconha, e de tantas outras substâncias, a partir de um olhar biopsicossocial. Afinal, o que se vê é que a EF, assim como várias outras áreas científicas, parte de uma leitura simplificada da relação humana com as drogas. Portanto, esse TCC, ao trazer esse conjunto de dados e ao analisá-los descritivamente e criticamente, objetivou, no sentido político, realizar uma reflexão sobre a importância dessa área de saber em sua potencialidade de contribuir com a compreensão desse fenômeno.

Afinal de contas, uma ciência que se preocupa com as diferentes manifestações culturais dos movimentos e das corporalidades humanas precisa igualmente entender que essas diferenças atravessam qualquer fenômeno que nos cerque, por isso o campo da EF precisa estar aberto tanto para os diálogos internos entre as diferentes vertentes que a constitui quanto entre as mais variadas disciplinas e saberes – não só do campo científico –, pois isso, certamente, além de permitir o desenvolvimento de um campo científico mais fortalecido para a própria autonomia da EF, essa abertura possibilitará que essa área venha dar respostas mais amplas sobre os diferentes fenômenos que se relacionam com os corpos e as corporalidades humanas, a maconha foi apenas um pequeno exemplo dentro desse mar de possibilidades.

5. REFERÊNCIAS

5.1 Referências Bibliográficas do TCC

ABANADES, S. Cannabis terapéutico. In: Colectivo Interzona (eds.). *Cannabis*. Madrid: Ediciones Amargord, 2005. p. 31-44.

AMADO, P. B. D.; VIEIRA, J. S. M. Biopoder: a física dos corpos na escola contemporânea. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 8, n. 8, 2015.

AMARAL, L.; NEVES, R.; BAPTISTA, T. J. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas e aproximações com o corpo, saúde e Educação Física. **Praxia - Revista online de Educação Física da UEG**, v. 4, p. e2022005, 6 maio 2022.

AMERI, A. The effects of cannabinoids on the brain. **Progress in Neurobiology**, v. 58, p. 315-348, 1999.

American Psychiatric Association (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARANA, X. Cannabis y salud pública: del bien jurídico al bien político. En: ORÓ, D. M. (coord.). *Las sendas de la regulación en España*. Barcelona: Bellaterra, 2017, p. 386-400.

ARANA, X. *Drogas, legislaciones y alternativas*. San Sebastián: Tercera Prensa, 2012.

BARRIUSO, M. Cannabis: Placeres y riesgos de una compañera milenaria. En: ORÓ, D. M.; PALLARÉS, J. (Eds.). *De riesgos y placeres: manual para entender las drogas*. España: Editorial Milenio, 2013.

BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERTOLOTE, J. M. Aspectos históricos e sociais do uso da maconha no Brasil e no mundo. In: DIEHL, A.; PILLON, S. C. (org.). *Maconha: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Porto Alegre: Artmed, 2021, p. 1-11.

BOBES, J.; CALAFAT, A. Da neurobiologia à psicosociologia do uso da cannabis. *Vícios*, [S.l.], v. 12, p. 7-17, jun. 2000. ISSN 0214-4840. Disponível em: <<https://adicciones.es/index.php/adicciones/article/view/669>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BORGES, G. *A figuração social das drogas e as relações de poder: ethos, habitus jurídicos e o meio caminho andado da decisão sentencial dos crimes de tráfico de drogas em Goiânia*. 2020. 416 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.5, n.º 11, p. 121-136, maio-ago – 2011. Disponível em: <http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 28 julho 2022.

BOURDIEU, P. *O campo científico*. In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, p. 122-155, 1983.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 6. ed. Lisboa. Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 891*, de 25 de novembro de 1938. Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes. Presidência da República, Brasília, 1938. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0891.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o sistema de políticas públicas sobre drogas no Brasil. Presidência da República, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

CARLINI, E. A. *et al.* I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país. **Cebrid, Unifesp**, São Paulo, 2002.

CARLINI, E.A. Riscos e promessas da Cannabis. **Scientific American Brasil**, v. 26, p. 59-65, 2004.

CARNEIRO, H. A fabricação do vício. In: XIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-MG, 2002, Mariana. *Anais...* Mariana, LPH-Revista de História, Departamento de História/ICHS/UFOP, 2002. n.º 12.

CARNEIRO, H. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã Ed, 2002.

CARNEIRO, H. *Drogas: A história do proibicionismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

CAVALCANTI, B.C. (2005). A folha amarga do avô grande: fluxos e refluxos do sagrado no maconhismo popular brasileiro. In: LABATE, B.C.; GOULART, S.L. (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. (pp. 489-518). Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 480-518.

COSTA, B. R.; NEVES, R. L. de R. Lutas e disputas no campo científico da educação física: o grupo de trabalho temático gênero no colégio brasileiro de ciências do esporte. **Movimento**, [S. l.], v. 28, p. e28009, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/118067>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ELIAS, N. *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta, 2002.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

ESCOHOTADO, A. *Historia general de las drogas*. v. 3. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

FIOCRUZ. III Levantamento Nacional sobre uso de Drogas pela População Brasileira: Documentação complementar II – Versão Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz1: Rio de Janeiro, 2019.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009

FOUCAULT, M. Crise da medicina e da antimedicina. **Verve**, nº 18, p. 167- 194, 2010.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURST, P.T. *Alucinogenos y cultura*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

GALDURÓZ, J. C. F. *et al.* V Levantamento sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras – 2004. **Cebriad**, São Paulo, 2005.

GÁLLIGO, F.C. (2005). Efectos y riesgos del cannabis. En: Colectivo Interzona (eds.), *Cannabis*. Madrid: Ediciones Amargord, 2005, p. 45-52.

GROISMAN, A. (2000). *Santo Daime in the Netherlands: An Anthropological Study of a New World Religion in a European Setting*. Dissertação (Doutorado), Universidade de Londres, Londres, 2000.

HARZING, A.W. *Publish or Perish*, 2007. Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>. Acesso em: 28 julho 2022.

HENMAN, A. A guerra às drogas é uma guerra etnocida. In: HENMAN, A.; PESSOA JR, O. (orgs.), *Diamba Sarabamba*. São Paulo: Ground, 1986, p. 91-115.

HENMAN, A. *Mama Coca*. Lima: Juan Gutemberg Editores-Impressores, 2005.

IVERSEN, L. L. *Marihuana: El conocimiento científico actual*. Madrid: Ariel, 2001.

IVERSEN, L. L. *The Science of Marijuana*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2018.

JIMÉNEZ MUÑOZ, J.; MARTINS, C. Educação Física como tecnologia política dos corpos: governamentalidade biopolítica no Brasil e na Colômbia. In: XIII CONGRESO ARGENTINO DE EDUCACIÓN FÍSICA Y CIENCIAS, 2019, Ensenada, Argentina. Anais... Educación Física: ciencia y profesión. EN: Actas. Ensenada: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Educación Física. Disponible en: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.12944/ev.12944.pdf

LAZZAROTTI FILHO, A.; SILVA, A. M.; MASCARENHAS, F. Transformações contemporâneas do campo acadêmico-científico da Educação Física no Brasil: novos habitus,

modus operandi e objetos de disputa. **Movimento**, [S. l.], v. 20, n. esp, p. 67–80, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/48280>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MACRAE, E. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S.; TOSCANO JR, A. *Dependência de drogas*. São Paulo: Editora Atheneu, 2001, p. 25-34.

MACRAE, E. *Guiado pela Lua: Xamanismo e uso ritual da ayahuasca no culto do culto do Santo Daime*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MACRAE, E. *Redução de danos para o uso da Cannabis*. Trabalho apresentado ao Programa de Orientação e Apoio a Dependentes de Drogas (PROAD), Escola Paulista de Medicina / Unifesp, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_edw4.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2022.

MACRAE, E. Santo Daime and Santa Maria: The licit ritual use of ayahuasca and the illicit use of cannabis in a Brazilian Amazonian Religion. **International Journal of Drug Policy**, v. 9, p. 325-338, 1998.

MACRAE, E. Santo Daime e Santa Maria: usos religiosos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. In: LABATE, B.C.; Goulart, S.L. (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 459-485.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador: Edufba, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S. A. 1996.

MARSHALL, E. U.K. backs off reclassifying Cannabis as a dangerous drug. **Science**, v. 311, p. 455, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. *A natureza: curso do Collège de France*. Tradução: Álvaro Cabral. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MILLS, J. H. *Cannabis Britannica: Empire, Trade, and Prohibition, 1800-1928*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MORAES E SILVA, M. Escola e educação física: maquinaria disciplinar, biopolítica e generificante. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.34, n.2, p.343-357, 2012.

MORIN, E., *O método I: a natureza da natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

MORIN, E., *O paradigma perdido: a natureza humana*. 5. ed. Lisboa: Publicações Europa-América. Tradução: Hermano Neves, 1973.

MOTT, L. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, A.; PESSOA JR, O. (orgs.). *Diamba Sarabamba*. São Paulo: Ground, 1986, p. 117-135.

ROBINSON, R. *O Grande Livro da Cannabis: Guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

RODRIGUES, E.; CARLINI, E.A. Ritual use of plants with possible action on the central nervous system by Krahô Indians, Brazil. **Phytotherapy Research**, v. 19, p. 129- 135, 2005.

SAMORINI, G. (2005). Buiti: religião enteogênica africana. In: LABATE, B.C.; GOULART, S.L. (orgs.), *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 301-318.

SANTOS, R. G. *Consumo de psicoativos e saúde pública: variáveis envolvidas*. 2008. Disponível em: < http://www.neip.info/downloads/rafael/psic_final.pdf> Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, R. G. *Um panorama sobre a maconha*. Salvador, 2009. Disponível em: < http://www.neip.info/upd_blob/0000/790.pdf> Acesso em 20 ago. 2018.

SCHEERER, S. Prohibición de las drogas en las sociedades abiertas. En: ARANA, X.; HUSAK, D.; SCHEERER, S. (Coord.). *Globalización y drogas: Políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos*. Madrid: Dykinson, 2003, p. 53-65.

SCHULTES, R.E.; HOFMANN, A. *Plants of the gods: their sacred, healing, and hallucinogenic powers*. Rochester, Vermont: Healing Arts Press, 1992.

SILVA, A. L. S. *Nos domínios do corpo e da espécie: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da educação física*. Porto Alegre: Orquestra, 2014. Disponível em: <https://www.cbce.org.br/item/nos-dominios-do-corpo-e-da-especie--eugeniae-biotipologia-na-constituicao-disciplinar-da-educacao-fisica>. Acesso em: 15 jun. 2022

SILVA, N. L. M. O tempo social de Norbert Elias: uma proposta de superação ao conhecimento dicotômico do tempo. **Mneme**, v. 11, n. 27, p.162-180, 2010.

SOARES, C. L. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

SOUZA, D. F.; SILVINO, Z. R. The Sociology of Pierre Bourdieu: theoretical potential for the subfield of nursing. **Rev Bras Enferm**, v. 71, n.º 4, p.2055-2059, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Csn6pBm8XjcznpN7SVQ3Ggn/?lang=en>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SPINELLA, M. *The psychopharmacology of herbal medicine: plant drugs that alter mind, brain and behavior*. Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2001.

UNODC - *World Drug Report 2018, booklet 3*. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2018.

USÓ, J.C. Historia y evolución del consumo de cannabis en España. En: Colectivo Interzona (eds.). *Cannabis*. Madrid: Ediciones Amargord, 2005, p. 23-30.

WHITEMORE, R.; KNAFL, Ka. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v.52, n.º 5, p. 546–553, 2005. Disponível em: http://users.php.ufl.edu/rbauer/ebpp/whitemore_knafl_05.pdf. Acesso em: 28 jul.2022.

ZINBERG, N. E. *Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use*. New Haven: Yale University Press, 1984.

5.2 Referências Bibliográficas dos Artigos do Banco de Dados

ARVERS P, CHOQUET M. Pratiques sportives et consommation d'alcool, tabac, cannabis et autres drogues illicites. Analyse réalisée à des données de l'enquête ESPAD 99 [Sporting activities and psychoactive substance use. Data abstracted from the French part of the European

School Survey on Alcohol and other Drugs (ESPAD 99)]. **Ann Med Interne**, Paris, v. 154, p. 25-34, jun 2003.

ASHDOWN-FRANKS, G., *et al.* Cannabis use and physical activity among 89,777 adolescents aged 12-15 years from 21 low- and middle-income countries. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 205, 2019.

BOYES, R. *et al.* Gender-specific associations between involvement in team sport culture and canadian adolescents' substance-use behavior. **SSM - Population Health**, v. 3, p. 663-673, 2017.

BRISOLA-SANTOS, M. B. *et al.* Prevalence and correlates of cannabis use among athletes-A systematic review. **The American journal on addictions**, v. 25, n.º 7, p. 518-528, 2016.

CAMPOS, D. R.; YONAMINE, M.; DE MORAES MOREAU, R. L. Marijuana as Doping in Sports. **Sports Medicine**, v. 33, n.º 6, p. 395-399, 2003.

CHAFFEE, B. W. *et al.* Adolescents' Substance Use and Physical Activity Before and During the COVID-19 Pandemic. **JAMA Pediatr**, v. 175, n.º 7, p. 715-722, 2021.

CHARRON, J. *et al.* Acute effects of cannabis consumption on exercise performance: a systematic and umbrella review. **J Sports Med Phys Fitness**, v. 61, n.º 4, p. 551-561, abr - 2021.

COURTNEY, J. B; RUSSELL, M. A; CONROY, D. E. Tobacco and cannabis use as moderators of the association between physical activity and alcohol use across the adult lifespan in the United States: NHANES, 2005-2016. **Prev Med**, v. 155, fev 2022.

DIEHL, K. *et al.* Substance use among elite adolescent athletes: Findings from the GOAL Study. **Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports**, v. 24, n.º 1, p. 250-258, 2012.

DOCTER, S. *et al* (2020). Cannabis Use and Sport: A Systematic Review. **Sports Health: A Multidisciplinary Approach**, v. 2, n.º 1, p. 189-199, 2020.

DUBÉ, E. *et al.* Cigarette smoking may modify the association between cannabis use and adiposity in males. **Pharmacology Biochemistry and Behavior**, v. 135, p. 121-127, 2015.

DUNCAN, M. J.; PATTE, K. A.; LEATHERDALE, S. T. Hit the chronic... physical activity: are cannabis associated mental health changes in adolescents attenuated by remaining active? **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 56, n.º 1, p. 141-152, jan 2020.

DUNN, M. *et al* (2011). Recreational substance use among elite Australian athletes. **Drug and Alcohol Review**, v. 30, n.° 1, p.63-68, 2011.

DUNN, M.; THOMAS, J. O. A risk profile of elite Australian athletes who use illicit drugs. **Addictive Behaviors**, v. 37, n.° 1, p. 144-147, 2012.

EXNER, J. *et al*. Use of psychotropic substances among elite athletes - a narrative review. **Swiss Med Wkly**, v. 151, fev 2021.

FRENCH, M. T.; MORTENSEN, K.; KOVALSKI, M. A. The relationships between marijuana use and exercise among young and middle-aged adults. **Preventive Medicine**, v. 147, 2021.

GAMELIN, F.-X. *et al*. Cannabidiol in sport: ergogenic or else? **Pharmacological Research**, v. 156, 2020.

GILLMAN, A. S.; HUTCHISON, K. E.; BRYAN, A. D. Cannabis and Exercise Science: A Commentary on Existing Studies and Suggestions for Future Directions. **Sports Medicine**, v. 45, n.° 10, p. 1357-1363, 2015.

GUAGLIARDO, V. *et al* (2006). Pratique sportive intensive et addictions: une enquête en région PACA. **Santé Publique**, v. 18, n.° 3, p. 353-362, 2006.

HENCHOZ, Y. *et al*. Associations of physical activity and sport and exercise with at-risk substance use in young men: A longitudinal study. **Preventive Medicine**, v. 64, p. 27-31, 2014.

HENNING, A. D.; DIMEO, P. The new front in the war on doping: Amateur athletes. **International Journal of Drug Policy**, v. 51, p. 128-136, 2018.

HUESTIS, M. A.; MAZZONI, I.; RABIN, O. Cannabis in Sport. **Sports Medicine**, v. 41, n.° 1, p. 949-966, 2011.

IMBODEN, C. *et al*. COVID-19 Lockdown 2020 Changed Patterns of Alcohol and Cannabis Use in Swiss Elite Athletes and Bodybuilders: Results from an Online Survey. **Front Sports Act Living**, v. 3, nov 2021.

IRONS, J. G. *et al*. Physical activity and cannabis cessation. **The American Journal on Addictions**, v. 23, n.° 5, p. 485-492, 2014.

JIN, L. Z. *et al*. Association Between Use of Cannabis in Adolescence and Weight Change into Midlife. **PLOS ONE**, v. 12, n.° 1, 2017.

KENNEDY, M. C. Cannabis: Exercise performance and sport. A systematic review. **Journal of Science and Medicine in Sport**, v. 20, n.° 9, p. 825-829, 2017.

KENNEDY, M. Cannabis, cannabidiol and tetrahydrocannabinol in sport: An overview. **Intern Med J**, jan 2022.

KRAMER, A. et al. Chronic cannabis consumption and physical exercise performance in healthy adults: a systematic review. **Journal of Cannabis Research**, v. 2, n.° 1, p. 34, out 2020.

KWAN, M. *et al.* Sport participation and alcohol and illicit drug use in adolescents and young adults: A systematic review of longitudinal studies. **Addictive Behaviors**, v. 39, n.° 3, p. 497-506, 2014.

LAU, E. Y. *et al.* Protective or risky? The longitudinal association of team sports participation and health-related behaviours in Canadian adolescent girls. **Canadian Journal of Public Health**, 2019.

LESJAK, V.; STANOJEVIĆ-JERKOVIĆ, O. Physical Activity, Sedentary Behavior and Substance use Among Adolescents in Slovenian Urban Area / Telesna Aktivnost, Oblike Sedečega Vedenja In Uživanje Psihoaktivnih Snovi Med Mladostniki V Slovenskem Urbanem Okolju. **Slovenian Journal of Public Health**, v. 54, n.° 3, p. 168-174, 2015.

LOPEZ, H. L. *et al.* Effects of Hemp Extract on Markers of Wellness, Stress Resilience, Recovery and Clinical Biomarkers of Safety in Overweight, But Otherwise Healthy Subjects. **Journal of Dietary Supplements**, v. 17, n.° 5, p. 561-586, 2020.

LORENTE, F. O.; PERETTI-WATEL, P.; GRELOT, L. Cannabis use to enhance sportive and non-sportive performances among French sport students. **Addictive Behaviors**, v. 30, n.° 7, p. 1382-1391, 2005.

MAQUIRRIAIN, J. Epidemiological analysis of doping offences in the professional tennis circuit. **Journal of Occupational Medicine and Toxicology**, v. 5, n.° 30, dez 2010.

MARECK, U. *et al.* Preliminary data on the potential for unintentional anti-doping rule violations by permitted CBD use. **Drug Testing and Analysis**, v. 13, p. 539-549, 2020.

MCCARTNEY, D. *et al.* Cannabidiol and Sports Performance: a Narrative Review of Relevant Evidence and Recommendations for Future Research. **Sports Medicine - Open**, v. 6, n.° 1, 2020.

MCDUFF, D., *et al* (2019). Recreational and ergogenic substance use and substance use disorders in elite athletes: a narrative review. **British Journal of Sports Medicine**, v. 53, n.° 12, p. 754-760, jun 2019.

MORENTIN, B. *et al.* Sports-related sudden cardiac death in Spain. A multicenter, population-based, forensic study of 288 cases. **Revista Española de Cardiología (English Edition)**, v. 74, n.º 3, p. 225-232, 2020.

ONG, L. Q. *et al.* Cannabis use, sedentary behavior, and physical activity in a nationally representative sample of US adults. **Harm Reduction Journal**, v. 18, n.º 1, 2021.

PERETTI-WATEL, P. *et al.* Sporting activity and drug use: alcohol, cigarette and cannabis use among elite student athletes. **Addiction**, v. 98, n.º 9, p. 1249-1256, 2003.

PERETTI-WATEL, P.; BECK, F.; LEGLEYE, S. Beyond the U-curve: the relationship between sport and alcohol, cigarette and cannabis use in adolescents. **Addiction**, v. 97, n.º 6, p. 707-716, 2002.

PERETTI-WATEL, P.; LORENTE, F. O. Cannabis use, sport practice and other leisure activities at the end of adolescence. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 73, n.º 3, p. 251–257, 2004.

PFLEDDERER, C. D. *et al.* Changes in college students' health behaviors and substance use after a brief wellness intervention during COVID-19. **Prev Med Rep.** v. 26, mar 2022.

PILLARD, F. *et al.* Pratique sportive et usage de cannabis d'un échantillon représentatif des élèves de Midi-Pyrénées [Sport practice and cannabis consumption in a representative sample of French high school adolescents]. **Ann Med Interne**, Paris, v. 7, p. 28-36, nov 2001.

SAHINOVIC, A. *et al.* Effects of Cannabidiol on Exercise Physiology and Bioenergetics: A Randomised Controlled Pilot Trial. **Sports Med Open**, v, 8, n.º 1, p. 27, 2022.

SAMPASA-KANYINGA, H, *et al.* 24-h Movement Guidelines and Substance Use among Adolescents: A School-Based Cross-Sectional Study. **Int J Environ Res Public Health**, v. 18, n.º 6, mar 2021.

SAUGY, M. Cannabis and sport. **British Journal of Sports Medicine**, v. 40, p. 13-15, 2006.

SCHAUB, M. *et al.* Leisure time activities that predict initiation, progression and reduction of cannabis use: A prospective, population-based panel survey. **Drug and Alcohol Review**, v. 29, n.º 4, p. 378-384, 2010.

SENARD-OJERO, A. *et al.* Consommation de substances interdites chez le sportif: étude à l'Antenne Médicale de Prévention du Dopage de Midi-Pyrénées (AMPD-MP). **Thérapie**, v. 65, n.º 5, p. 459-463, 2010.

- SMITH, L. *et al.* Physical activity, sedentary behaviour and cannabis use in 15,822 US adults: cross-sectional analyses from NHANES. **Public Health**, v. 193, p. 76-82, 2021.
- STRANO ROSSI, S. Consumo de sustancias estimulantes y drogas de abuso en el deporte: la experiencia italiana [Use of stimulants and drugs of abuse in sport: the Italian experience]. **Adicciones**, v. 21, n.º 3, p. 239-242, 2009.
- STUART, C. E. *et al.* Associations Between Cannabis Use, Abdominal Fat Phenotypes and Insulin Traits. **Journal of Clinical Medicine Research**, v. 12, n.º 6, p. 377-388, jun 2020.
- THOMAS, J. O. *et al.* Illicit drug knowledge and information-seeking behaviours among elite athletes. **Journal of Science and Medicine in Sport**, v. 14, n.º 4, p. 278-282, 2011.
- VAN OURS, J. C.; CWILLIAMS, J. The effects of cannabis use on physical and mental health. **Journal of Health Economics**, v. 31, n.º 4, p. 564-577, 2012.
- VANCAMPFORT, D., *et al.* Cannabis use and leisure-time sedentary behavior among 94,035 adolescents aged 12–15 years from 24 low- and middle-income countries. **Addictive Behaviors**, dec 2019.
- VIDOT, D. C. *et al.* Moderate and vigorous physical activity patterns among marijuana users: Results from the 2007–2014 National Health and Nutrition Examination Surveys. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 178, p. 43-48, 2017.
- VUORI, M. T. *et al.* Is physical activity associated with low-risk health behaviours among 15-year-old adolescents in Finland? **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 40, n.º 1, p. 61-68, 2011.
- WADE, N. E., *et al.* Aerobic Fitness Level Moderates the Association Between Cannabis Use and Executive Functioning and Psychomotor Speed Following Abstinence in Adolescents and Young Adults. **Journal of the International Neuropsychological Society**, v. 25, n.º 2, p. 1-12, 2018.
- WANJEK, B. *et al.* Doping, Drugs and Drug Abuse among Adolescents in the State of Thuringia (Germany): Prevalence, Knowledge and Attitudes. **International Journal of Sports Medicine**, v. 28, n.º 4, p. 346-353, 2007.
- WANKE, E. M. *et al.* Health behaviors in dance teachers and their use of psychoactive substances. **Work**, v. 64, p. 697-704, 2019.

- WEST, A. B. *et al.* A systematic review of physical activity, sedentary behavior, and substance use in adolescents and emerging adults. **Translational Behavioral Medicine**, v. 10, n.° 5, p. 1155-1167, 2020.
- WICHSTRØM, T.; WICHSTRØM, L. Does sports participation during adolescence prevent later alcohol, tobacco and cannabis use? **Addiction**, v. 104, n.° 1, p. 138-149, 2009.
- WILLIAMS, C. M. *et al.* Sport-Related and Psychosocial Factors Associated with Motives and Consequences of Alcohol and Cannabis Use Among NCAA Athletes: A Systematic Review. **Alcohol and Alcoholism**, v. 57, n.° 1, p. 74-84, 2021.
- WILLIAMS, G. C. *et al.* High school sport participation and substance use: A cross-sectional analysis of students from the COMPASS study. **Addictive Behaviors Reports**, v. 12, 2020.
- WILLIAMS, G. C.; BATTISTA, K.; LEATHERDALE, S. T. An examination of how age of onset for alcohol, cannabis, and tobacco are associated with physical activity, screen time and BMI as students are preparing to graduate from high school. **Preventive Medicine Reports**, v. 15, 2019.
- YORKWILLIAMS, S. L. *et al.* The New Runner's High? Examining Relationships Between Cannabis Use and Exercise Behavior in States with Legalized Cannabis. **Frontiers in Public Health**, v. 7, n.° 99, 2019.
- YORKWILLIAMS, S. L., *et al.* Exercise Intervention Outcomes with Cannabis Users and Nonusers Aged 60 and Older. **American Journal of Health Behavior**, v. 44, n.° 4, p. 420-431, 2020.
- ZEIGER, J. S. *et al.* Attitudes about cannabis mediate the relationship between cannabis knowledge and use in active adult athletes. **Journal of Cannabis Research**, v. 2, n.° 1, 2020.

ANEXO A – BANCO DE DADOS DA PESQUISA

Nº	ANO	DOI	AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	PERÍODICO
1	2001	Não consta	F Pillard, V Cances-Lauwers, E Godeau, F Navarro, Y Rolland, D Rivière	Sport practice and cannabis consumption in a representative sample of French high school adolescents	Annales de medecine interne
2	2002	10.1046/j.1360-0443.2002.00116.x	Patrick Peretti-Watel, François Beck, Stéphane Legleye	Beyond the U-curve: the relationship between sport and alcohol, cigarette and cannabis use in adolescents.	Addiction (Abingdon, England)
3	2003	10.2165/00007256-200333060-00001	Daniel R Campos, Mauricio Yonamine, Regina L de Moraes Moreau	Marijuana as doping in sports.	Sports medicine (Auckland, N.Z.)
4	2003	10.1046/j.1360-0443.2003.00490.x	Patrick Peretti-Watel, Valérie Guagliardo, Pierre Verger, Jacques Pruvost, Patrick Mignon, Yolande Obadia	Sporting activity and drug use: Alcohol, cigarette and cannabis use among elite student athletes.	Addiction (Abingdon, England)
5	2003	Não consta	Philippe Arvers, Marie Choquet	[Sporting activities and psychoactive substance use. Data abstracted from the French part of the European School Survey on Alcohol and other Drugs (ESPAD 99)].	Annales de medecine interne
6	2004	10.1016/j.drugalcdep.2003.10.016	Patrick Peretti-Watel, Fabrice Olivier Lorente	Cannabis use, sport practice and other leisure activities at the end of adolescence.	Drug and alcohol dependence
7	2005	10.1016/j.addbeh.2005.01.019	Fabrice Olivier Lorente, Patrick Peretti-Watel, Laurent Grelot	Cannabis use to enhance sportive and non-sportive performances among French sport students.	Addictive behaviors
8	2006	10.3917/spub.063.0353	V Guagliardo, P Peretti-Watel, P Verger, J Pruvost, L Guibbert, P Mignon, Y Obadia	[The relationship between the rigorous practice of sports and addictions: results from a survey in south-eastern France].	Sante publique (Vandoeuvre-les-Nancy, France)
9	2006	10.1136/bjism.2006.027607	M Saugy, L Avois, C Saudan, N Robinson, C Giroud, P Mangin, J Dvorak	Cannabis and sport.	British journal of sports medicine

10	2007	10.1055/s-2006-924353	B Wanjek, J Rosendahl, B Strauss, H H Gabriel	Doping, drugs and drug abuse among adolescents in the State of Thuringia (Germany): prevalence, knowledge and attitudes.	International journal of sports medicine
11	2009	10.1111/j.1360-0443.2008.02422.x	Tove Wichstrøm, Lars Wichstrøm	Does sports participation during adolescence prevent later alcohol, tobacco and cannabis use?	Addiction (Abingdon, England)
12	2009	Não consta	Sabina Strano Rossi, Maria Gabriella Abate, Maria Cristina Braganõ, Francesco Botrè	[Use of stimulants and drugs of abuse in sport: the Italian experience].	Adicciones
13	2010	10.2515/therapie/2010056	Ana Senard-Ojero, Geneviève Durrieu, Frédéric Depiesse, Laurent Schmitt, Daniel Riviere, Jean-Louis Montastruc	[What illegal substances are used by sportsmen? a study in Midi-Pyrénées Doping Preventing Medical Centre (AMPD-MP)].	Therapie
14	2010	10.1186/1745-6673-5-30	Javier Maquirriain	Epidemiological analysis of doping offences in the professional tennis circuit.	Journal of occupational medicine and toxicology (London, England)
15	2010	10.1111/j.1465-3362.2009.00156.x	Michael Schaub, Gerhard Gmel, Beatrice Annaheim, Max Mueller, David Schwappach	Leisure time activities that predict initiation, progression and reduction of cannabis use: a prospective, population-based panel survey.	Drug and alcohol review
16	2011	10.1016/j.jsams.2011.02.001	Johanna O Thomas, Matthew Dunn, Wendy Swift, Lucinda Burns	Illicit drug knowledge and information-seeking behaviours among elite athletes.	Journal of science and medicine in sport
17	2011	10.2165/11591430-000000000-00000	Marilyn A Huestis, Irene Mazzoni, Olivier Rabin	Cannabis in sport: anti-doping perspective.	Sports medicine (Auckland, N.Z.)
18	2011	10.1111/j.1465-3362.2010.00200.x	Matthew Dunn, Johanna O Thomas, Wendy Swift, Lucinda Burns	Recreational substance use among elite Australian athletes.	Drug and alcohol review

19	2012	10.1016/j.jhealeco.2012.04.003	Jan C van Ours, Jenny Williams	The effects of cannabis use on physical and mental health.	Journal of health economics
20	2012	10.1016/j.addbeh.2011.09.008	Matthew Dunn, Johanna O Thomas	A risk profile of elite Australian athletes who use illicit drugs.	Addictive behaviors
21	2012	10.1177/1403494811423429	Mika T Vuori, Lasse K Kannas, Jari Villberg, S A Kristiina Ojala, Jorma A Tynjälä, Raili S Välimaa	Is physical activity associated with low-risk health behaviours among 15-year-old adolescents in Finland?	Scandinavian journal of public health
22	2014	10.1016/j.ypped.2014.03.022	Yves Henchoz, Marc Dupuis, Stéphane Deline, Joseph Studer, Stéphanie Baggio, Alexandra Adjua N'Goran, Jean-Bernard Daeppen, Gerhard Gmel	Associations of physical activity and sport and exercise with at-risk substance use in young men: a longitudinal study.	Preventive medicine
23	2014	10.1111/j.1521-0391.2014.12135.x	Jessica G Irons, Kimberly A Babson, Cecilia L Bergeria, Marcel O Bonn-Miller	Physical activity and cannabis cessation.	The American journal on addictions
24	2014	10.1111/j.1600-0838.2012.01472.x	K Diehl, A Thiel, S Zipfel, J Mayer, S Schneider	Substance use among elite adolescent athletes: findings from the GOAL Study.	Scandinavian journal of medicine & science in sports
25	2014	10.1016/j.addbeh.2013.11.006	Matthew Kwan, Sarah Bobko, Guy Faulkner, Peter Donnelly, John Cairney	Sport participation and alcohol and illicit drug use in adolescents and young adults: a systematic review of longitudinal studies.	Addictive behaviors
26	2015	10.1007/s40279-015-0362-3	Arielle S Gillman, Kent E Hutchison, Angela D Bryan	Cannabis and Exercise Science: A Commentary on Existing Studies and Suggestions for Future Directions.	Sports medicine (Auckland, N.Z.)
27	2015	10.1016/j.pbb.2015.04.018	Emily Dubé, Jennifer O'Loughlin, Igor Karp, Didier Jutras-Aswad	Cigarette smoking may modify the association between cannabis use and adiposity in males.	Pharmacology, biochemistry, and behavior
28	2015	10.1515/sjph-2015-0024	Vesna Lesjak, Olivera Stanojević-Jerković	Physical Activity, Sedentary Behavior and Substance Use among Adolescents in Slovenian Urban Area.	Zdravstveno varstvo

29	2016	10.1111/ajad.12425	Maria Beatriz Brisola-Santos, João Guilherme de Mello E Gallinaro, Felipe Gil, Bernardo Sampaio-Junior, Matheus Cheibub David Marin, Arthur Guerra de Andrade, Kimber Paschall Richter, Ira David Glick, Danilo Antonio Baltieri, João Mauricio Castaldelli-Maia	Prevalence and correlates of cannabis use among athletes-A systematic review.	The American journal on addictions
30	2017	10.1016/j.drugalcdep.2017.05.004	Denise C Vidot, Jordan B Bispo, WayWay M Hlaing, Guillermo Prado, Sarah E Messiah	Moderate and vigorous physical activity patterns among marijuana users: Results from the 2007-2014 National Health and Nutrition Examination Surveys.	Drug and alcohol dependence
31	2017	10.1371/journal.pone.0168897	Lexie Zhiyan Jin, Anna Rangan, Jesper Mehlsen, Lars Bo Andersen, Sofus C Larsen, Berit L Heitmann	Association Between Use of Cannabis in Adolescence and Weight Change into Midlife.	PloS one
32	2017	10.1016/j.jsams.2017.03.012	Michael C Kennedy	Cannabis: Exercise performance and sport. A systematic review.	Journal of science and medicine in sport
33	2017	10.1016/j.ssmph.2017.08.006	Randy Boyes, Dylan E O'Sullivan, Brooke Linden, Michael McIsaac, William Pickett	Gender-specific associations between involvement in team sport culture and canadian adolescents' substance-use behavior.	SSM - population health
34	2018	10.1016/j.drugpo.2017.05.036	April D Henning, Paul Dimeo	The new front in the war on doping: Amateur athletes.	The International journal on drug policy
35	2019	10.1136/bjsports-2019-100669	David McDuff, Todd Stull, João Mauricio Castaldelli-Maia, Mary E Hitchcock, Brian Hainline, Claudia L Reardon	Recreational and ergogenic substance use and substance use disorders in elite athletes: a narrative review.	British journal of sports medicine

36	2019	10.1016/j.addbeh.2019.106104	Davy Vancampfort, Joseph Firth, Lee Smith, Brendon Stubbs, Simon Rosenbaum, Tine Van Damme, Lore Christiaansen, Garcia Ashdown-Franks, Ai Koyanagi	Cannabis use and leisure-time sedentary behavior among 94,035 adolescents aged 12-15 years from 24 low- and middle-income countries.	Addictive behaviors
37	2019	10.3233/WOR-193031	Eileen M Wanke, Mike Schmidt, Michael Bendels, Gerhard Oremek, David A Groneberg	Health behaviors in dance teachers and their use of psychoactive substances.	Work (Reading, Mass.)
38	2019	10.17269/s41997-019-00221-4	Erica Y Lau, Negin A Riazi, Wei Qian, Scott T Leatherdale, Guy Faulkner	Protective or risky? The longitudinal association of team sports participation and health-related behaviours in Canadian adolescent girls.	Canadian journal of public health = Revue canadienne de sante publique
39	2019	10.1016/j.drugalcdep.2019.107584	Garcia Ashdown-Franks, Catherine M Sabiston, Davy Vancampfort, Lee Smith, Joseph Firth, Marco Solmi, Nicola Veronese, Brendon Stubbs, Ai Koyanagi	Cannabis use and physical activity among 89,777 adolescents aged 12-15 years from 21 low- and middle-income countries.	Drug and alcohol dependence
40	2019	10.1016/j.pmedr.2019.100956	Gillian C Williams, Kate Battista, Scott T Leatherdale	An examination of how age of onset for alcohol, cannabis, and tobacco are associated with physical activity, screen time and BMI as students are preparing to graduate from high school.	Preventive medicine reports
41	2019	10.1017/S1355617718000966	Natasha E Wade, Alexander L Wallace, Ann M Swartz, Krista M Lisdahl	Aerobic Fitness Level Moderates the Association Between Cannabis Use and Executive Functioning and Psychomotor Speed Following Abstinence in Adolescents and Young Adults.	Journal of the International Neuropsychological Society : JINS

42	2019	10.3389/fpubh.2019.00099	Sophie L YorkWilliams, Charleen J Gust, Raeghan Mueller, L Cinnamon Bidwell, Kent E Hutchison, Arielle S Gillman, Angela D Bryan	The New Runner's High? Examining Relationships Between Cannabis Use and Exercise Behavior in States With Legalized Cannabis.	Frontiers in public health
43	2020	10.1186/s42238-020-00037-x	Andrew Kramer, Justin Sinclair, Lara Sharpe, Jerome Sarris	Chronic cannabis consumption and physical exercise performance in healthy adults: a systematic review.	Journal of cannabis research
44	2020	10.1093/tbm/ibaa008	Ashley B West, Kelsey M Bittel, Michael A Russell, M Blair Evans, Scherezade K Mama, David E Conroy	A systematic review of physical activity, sedentary behavior, and substance use in adolescents and emerging adults.	Translational behavioral medicine
45	2020	10.14740/jocmr4165	Charlotte E Stuart, Juyeon Ko, Gisselle C Alarcon Ramos, Andre E Modesto, Jaelim Cho, Maxim S Petrov	Associations Between Cannabis Use, Abdominal Fat Phenotypes and Insulin Traits.	Journal of clinical medicine research
46	2020	10.1186/s40798-020-00251-0	Danielle McCartney, Melissa J Benson, Ben Desbrow, Christopher Irwin, Anastasia Suraev, Iain S McGregor	Cannabidiol and Sports Performance: a Narrative Review of Relevant Evidence and Recommendations for Future Research.	Sports medicine - open
47	2020	10.1016/j.phrs.2020.104764	François-Xavier Gamelin, Gregory Cuvelier, Antoine Mendes, Julien Aucouturier, Serge Berthoin, Vincenzo Di Marzo, Elsa Heyman	Cannabidiol in sport: Ergogenic or else?	Pharmacological research
48	2020	10.1016/j.abrep.2020.100298	Gillian C Williams, Kathleen E Burns, Kate Battista, Margaret de Groh, Ying Jiang, Scott T Leatherdale	High school sport participation and substance use: A cross-sectional analysis of students from the COMPASS study.	Addictive behaviors reports

49	2020	10.1080/19390211.2020.1765941	Hector L Lopez, Kyle R Cesareo, Betsy Raub, A William Kedia, Jennifer E Sandrock, Chad M Kerksick, Tim N Ziegenfuss	Effects of Hemp Extract on Markers of Wellness, Stress Resilience, Recovery and Clinical Biomarkers of Safety in Overweight, But Otherwise Healthy Subjects.	Journal of dietary supplements
50	2020	10.1186/s42238-020-00023-3	Joanna S Zeiger, William S Silvers, Edward M Fleegler, Robert S Zeiger	Attitudes about cannabis mediate the relationship between cannabis knowledge and use in active adult athletes.	Journal of cannabis research
51	2020	10.1177/1941738120901670	Shgufta Docter, Moin Khan, Chetan Gohal, Bheeshma Ravi, Mohit Bhandari, Rajiv Gandhi, Timothy Leroux	Cannabis Use and Sport: A Systematic Review.	Sports health
52	2020	10.5993/AJHB.44.4.5	Sophie L YorkWilliams, Laurel P Gibson, Charleen J Gust, Gregory Giordano, Kent E Hutchison, Angela D Bryan	Exercise Intervention Outcomes with Cannabis Users and Nonusers Aged 60 and Older.	American journal of health behavior
53	2021	10.1016/j.rec.2020.05.044	Benito Morentin, M Paz Suárez-Mier, Ana Monzó, Javier Ballesteros, Pilar Molina, Joaquín Lucena	Sports-related sudden cardiac death in Spain. A multicenter, population-based, forensic study of 288 cases.	Revista espanola de cardiologia (English ed.)
54	2021	10.1001/jamapediatrics.2021.0541	Benjamin W Chaffee, Jing Cheng, Elizabeth T Couch, Kristin S Hoeft, Bonnie Halpern-Felsher	Adolescents' Substance Use and Physical Activity Before and During the COVID-19 Pandemic.	JAMA pediatrics
55	2021	10.3389/fspor.2021.759335	Christian Imboden, Malte Christian Claussen, Samuel Iff, Boris B Quednow, Erich Seifritz, Jörg Spörri, Johannes Scherr, Stefan Fröhlich	COVID-19 Lockdown 2020 Changed Patterns of Alcohol and Cannabis Use in Swiss Elite Athletes and Bodybuilders: Results From an Online Survey.	Frontiers in sports and active living
56	2021	10.1002/dta.2959	Ute Mareck, Gregor Fuschöller, Hans Geyer, Marilyn A Huestis, Anja B Scheiff, Mario Thevis	Preliminary data on the potential for unintentional antidoping rule violations by permitted cannabidiol (CBD) use.	Drug testing and analysis

57	2021	10.3390/ijerph18063309	Hugues Sampasa-Kanyinga, Ian Colman, Gary S Goldfield, Ian Janssen, JianLi Wang, Hayley A Hamilton, Jean-Philippe Chaput	24-h Movement Guidelines and Substance Use among Adolescents: A School-Based Cross-Sectional Study.	International journal of environmental research and public health
58	2021	10.4414/smw.2021.20412	Jan Exner, Raoul Bitar, Xaver Berg, Eva-Maria Pichler, Marcus Herdener, Erich Seifritz, Malte Christian Claussen	Use of psychotropic substances among elite athletes - a narrative review.	Swiss medical weekly
59	2021	10.23736/S0022-4707.20.11003-X	J�r�mie Charron, Vincent Carey, Viviane Marcotte L'heureux, Philippe Roy, Alain S Comtois, Pierre-Marc Ferland	Acute effects of cannabis consumption on exercise performance: a systematic and umbrella review.	The Journal of sports medicine and physical fitness
60	2021	10.1016/j.puhe.2021.01.018	L Smith, F Sherratt, Y Barnett, C Cao, M A Tully, A Koyanagi, L Jacob, P Soysal, G F López Sánchez, J I Shin, L Yang	Physical activity, sedentary behaviour and cannabis use in 15,822 US adults: cross-sectional analyses from NHANES.	Public health
61	2021	10.1186/s12954-021-00496-2	Lydia Q Ong, John Bellettiere, Citlali Alvarado, Paul Chavez, Vincent Berardi	Cannabis use, sedentary behavior, and physical activity in a nationally representative sample of US adults.	Harm reduction journal
62	2021	10.1007/s00127-020-01900-1	Markus J Duncan, Karen A Patte, Scott T Leatherdale	Hit the chronic... physical activity: are cannabis associated mental health changes in adolescents attenuated by remaining active?	Social psychiatry and psychiatric epidemiology
63	2021	10.1016/j.ypped.2021.106518	Michael T French, Karoline Mortensen, Manuel Alcal� Kovalski	The relationships between marijuana use and exercise among young and middle-aged adults.	Preventive medicine

64	2022	10.1186/s40798-022-00417-y	Ayshe Sahinovic, Christopher Irwin, Peter T Doohan, Richard C Kevin, Amanda J Cox, Namson S Lau, Ben Desbrow, Nathan A Johnson, Angelo Sabag, Matthew Hislop, Paul S Haber, Iain S McGregor, Danielle McCartney	Effects of Cannabidiol on Exercise Physiology and Bioenergetics: A Randomised Controlled Pilot Trial.	Sports medicine - open
65	2022	10.1093/alcalc/agab022	Callon M Williams, Michael T Shaw, Nadine R Mastroleo, Emily L Zale	Sport-Related and Psychosocial Factors Associated With Motives and Consequences Of Alcohol and Cannabis Use Among NCAA Athletes: A Systematic Review.	Alcohol and alcoholism (Oxford, Oxfordshire)
66	2022	10.1016/j.pmedr.2022.101743	Christopher D Pfladderer, Yang Bai, Timothy A Brusseau, Ryan D Burns, Jessica L King Jensen	Changes in college students' health behaviors and substance use after a brief wellness intervention during COVID-19.	Preventive medicine reports
67	2022	10.1016/j.ypped.2021.106931	J B Courtney, M A Russell, D E Conroy	Tobacco and cannabis use as moderators of the association between physical activity and alcohol use across the adult lifespan in the United States: NHANES, 2005-2016.	Preventive medicine
68	2022	10.1111/imj.15724	Michael Kennedy	Cannabis, cannabidiol and tetrahydrocannabinol in sport: An overview.	Internal medicine journal

Fonte: produzido pelo autor do estudo.